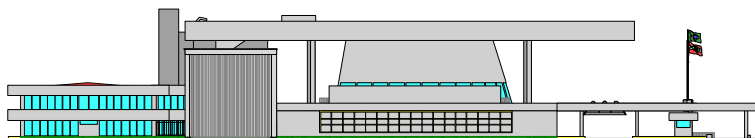


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 03 DE NOVEMBRO DE 2010

NÚMERO 6.220

**16ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa  
MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Jorginho Mello  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Antonio Aguiar  
Dirceu Dresch  
Décio Góes  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Sargento Amauri Soares  
Terças-feiras, às 9:00 horas

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Manoel Mota  
Valdir Cobalchini  
Gilmar Knaesel  
Narcizo Parisotto  
Terças-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Ronaldo Benedet  
Altair Guidi  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça (Peninha) -  
Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Serafim Venzon  
Dirceu Dresch  
Romildo Titon  
Sargento Amauri Soares  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Dado Cherem  
Dirceu Dresch  
Elizeu Mattos  
Altair Guidi  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Pedro Uczai  
Lício Mauro da Silveira  
Sílvio Dreveck  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Gilmar Knaesel  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Nilson Gonçalves  
Pedro Uczai  
Kennedy Nunes  
Valdir Cobalchini  
Ronaldo Benedet  
Quartas-feiras às 11:00 horas

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Sílvio Dreveck  
Valdir Cobalchini  
Elizeu Mattos  
Renato Hinnig  
Altair Guidi  
Quartas-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Dirceu Dresch - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Onofre Santo Agostini  
Reno Caramori  
Edison Andrino  
Altair Guidi  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

### COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos  
Dado Cherem  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Genésio Goulart  
Prof. Odete de Jesus  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Ronaldo Benedet  
Valdir Cobalchini  
Onofre Santo Agostini  
Gilmar Knaesel  
Professora Odete de Jesus  
Quartas-feiras às 10:00 horas

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Flávio Ragagnin  
Edison Andrino  
Valdir Cobalchini  
Altair Guidi  
Quartas-feiras às 08:00 horas

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Flávio Ragagnin  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Pe. Pedro Baldissera  
Flávio Ragagnin  
Rogério Mendonça (Peninha)  
Genésio Goulart  
Quartas-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann  
Serafim Venzon  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Joares Ponticelli  
Antônio Aguiar  
Ronaldo Benedet  
Romildo Titon  
Prof. Odete de Jesus

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA</b> <b>ANO XVIII - NÚMERO 2220</b> <b>EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 092ª Sessão Ordinária realizada em 26/10/2010 .....2 Ata da 093ª Sessão Ordinária realizada em 27/10/2010 .....13 Ata da 028ª Sessão Extraordinária realizada em 27/10/2010 .....22 Ata da 029ª Sessão Extraordinária realizada em 27/10/2010 .....23</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Redações Finais.....26</p>
--	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - André Dadam - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flávio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

### SUMÁRIO

#### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta apoio às reivindicações da comunidade de Guarda do Cubatão.  
**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Fala do mau estado das estradas catarinenses.  
**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Registra a presença de apoiadores do deputado Lício Mauro da Silveira.  
**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Reporta-se aos problemas relativos à extração de areia nas margens do rio Cubatão; relata evento de apoio à Dilma Rousseff.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Menciona avanço em obras do governo federal e a presença do presidente Lula em Itajaí; volta ao tema do pagamento de insalubridade aos servidores da Alesc.

#### Partidos Políticos

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Tece comentários sobre o mau estado de conservação das rodovias estaduais e federais em Santa Catarina.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Apela que o governador conserve as rodovias estaduais, que o poder central conservará as federais.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** (pela ordem) - Solidariza-se com o deputado Onofre Santo Agostini.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Fala dos avanços do sul do estado no governo de Luiz Henrique; reclama dos atrasos na duplicação da BR-101.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Ironiza o pronunciamento do deputado Onofre Santo Agostini.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Reporta-se ao prêmio recebido pelo estado na área de turismo; comemora os 11 anos da TVAL.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Neivo José Pivetta, presidente do PMDB do município de Tangará.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Eni Voltolini.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Comenta o resultado do censo populacional em Rio do Sul e a licitação de lote do metrô de São Paulo.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discorre sobre o projeto de resolução que denomina Deputado Lício Mauro da Silveira a Escola do Legislativo.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Elogia o deputado Lício Mauro da Silveira e a iniciativa do deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Solidariza-se com a iniciativa do deputado Joares Ponticelli de homenagear o deputado Lício Mauro da Silveira.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** (aparte) - Cumprimenta o deputado Joares Ponticelli pela sugestão de dar à Escola do Legislativo o nome de Deputado Lício Mauro da Silveira.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Estranha o momento em que o governo federal lança a ordem de serviço para a duplicação da BR-280.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Defende o governo federal.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Enaltece as conquistas e a administração do Criciúma

Esporte Clube; manifesta-se acerca da discussão do Orçamento de 2001.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Ressalta a união do sul do estado.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Louva a conquista do Criciúma Esporte Clube

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Reclama do mau estado das rodovias estaduais.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Concorda com o deputado Pedro Uczai.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Descreve o péssimo estado de conservação das rodovias da sua região.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** (aparte) - Corroborar as palavras do deputado Reno Caramori.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que faça a entrega do expediente aos srs. deputados.

Passaremos à Ordem do Dia.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Aleisc Digital, senhoras e senhores, estamos recebendo hoje a visita da comunidade da Guarda do Cubatão, na Palhoça, composta por lideranças comunitárias, por donas-de-casa, juventude, estudantes, proprietários e preservadores de área daquela região, moradores em geral do bairro, assim como diversas e majoritariamente moradoras. Eles estão aqui organizados e articulados pelo vereador Leonel Pereira de Palhoça, que também é soldado, policial militar.

A Guarda do Cubatão está aqui para manifestar a sua posição clara contra a exploração de areia nas margens do rio Cubatão. Nós já falamos disso, na última quinta-feira, nesta tribuna, indicando inclusive que não existe uma posição, *a priori*, de buscar e de impedir qualquer exploração de areia no município de Palhoça ou relacionada ao rio Cubatão, até porque é desejável que as mineradoras explorem a areia da calha do rio, do meio do rio, do centro do rio. E isso levaria ao desassoreamento do rio, aprofundando a sua calha, facilitando ou dificultando a vida da comunidade, pois durante uma enxurrada poderia ocorrer alagamentos na comunidade.

Então, não se trata tão somente de dizer que eles são contra a toda e a qualquer exploração de areia na comunidade de Palhoça ou no rio Cubatão. Não, aquelas feitas de forma legal, que não prejudiquem as comunidades e a comunidade, que não destruam e não mudem o curso do rio Cubatão e que possam inclusive favorecer a comunidade, a partir do momento em que aprofunda a calha do rio, impedindo os alagamentos, são bem-vindas.

Mas o que tem sido feito em Palhoça, ao longo de vários anos, e que tem sido protestado agora pela comunidade, vítima de enxurradas e de alagamentos cada vez que chove um pouco mais na região do morro do Cambirela, é que está possibilitando à comunidade de estar aqui. Ela se manifesta contra porque essa exploração que está sendo feita tem prejudicado, e vai prejudicar ainda mais, a comunidade,

degradando a natureza e colocando em risco a defesa das comunidades que ali vivem.

Pedimos que a assessoria apresente algumas imagens que mostram um pouquinho da enchente que ocorreu em Palhoça.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Essa imagem mostra a comunidade da Guarda do Cubatão, na Palhoça, alagada.

Essa outra imagem mostra uma rua na Guarda do Cubatão tomada pela água, sendo que animais, pessoas e casas foram levados pela água, como outras vezes no passado.

Essa é uma imagem recente da exploração ilegal de areia nas margens do rio Cubatão, não na calha, mas no barranco, nas margens do rio, trazendo, inclusive, um risco de mudança no curso, que pode tomar outra direção porque está ocorrendo uma escavação das margens, destruindo propriedades e colocando em risco a vida das pessoas que lá moram.

Estivemos na Guarda do Cubatão no dia 15 de outubro, numa sexta-feira, chamados pelo vereador Leonel José Pereira que, por sua vez, foi chamado pela dona Adriana porque as autoridades municipais proibiram a mineração de areia nas margens do rio Cubatão, mas mesmo assim havia uma empresa explorando. Devido a esse alerta da comunidade, foi realizado um flagrante de exploração ilegal de areia, sem licença da prefeitura, da Fatma ou de qualquer outro órgão responsável pelo controle dessa situação. Com esse documento, organizado pela comunidade, através do gabinete do vereador Leonel José Pereira, há o compromisso das autoridades municipais em cancelar e não mais permitir a exploração de areia.

No dia 6 de abril do ano passado, uma ata assinada pelo prefeito Ronério Heiderscheidt, de Palhoça, pelo vereador Leonel José Pereira e por outras autoridades, proíbe a liberação de alvará de licença ambiental.

Posteriormente, no dia 10 de agosto de 2010, há dois meses, o prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, assinou um documento e encaminhou ao sr. Murilo Xavier Flores, presidente da Fatma, Ofício n. 0120/2010, e para o sr. João Júlio da Rosa Júnior, superintendente da Fundação Cambirela de Meio Ambiente, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"[...]Pugnamos a V.S.<sup>a</sup>, no caso o presidente da Fatma, que sejam revogadas as licenças ambientais, pois além de não serem de interesse público, elas vêm sendo descumpridas pelos infratores ambientais[...]"

O prefeito está dizendo, com isso, juntamente com o responsável pela questão ambiental da prefeitura, que aquela prática é coisa de infratores ambientais e pedindo para que a Fatma revogue todas as licenças.

Esse mesmo documento, no mesmo dia, foi encaminhado também ao sr. Ricardo Moreira Peçanha, superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral. Ou seja, temos aqui, além desses outros documentos que provam a intenção das autoridades municipais de Palhoça em consonância com a comunidade do rio Cubatão, de que não sejam concedidas novas licenças e que sejam revogadas as licenças anteriores que havia naquela área, deputado Décio Góes, v.exa. que se preocupa com problemas sociais e ambientais.

Curiosamente, 12 dias depois das eleições, máquinas, caçambas e dragas começaram a funcionar tirando o barranco do rio Cubatão, que protege a comunidade da Guarda. É evidente que aplaudimos a atitude do prefeito e das autoridades municipais, mas estamos pedindo que essas posições tomadas anteriormente sejam ratificadas e mantidas porque a comunidade da Guarda do Cubatão não vai permitir de nenhuma forma, sra. Adriana, que o meio ambiente seja prejudicado.

Então, pedimos que as posições do poder municipal de Palhoça sejam ratificadas, que as autoridades municipais e estaduais tomem posição com relação a isso, porque a comunidade está mobilizada, merece o nosso aplauso e merece os parabéns.

Estou com vocês e este Parlamento também.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência registra a presença dos alunos do Colégio de São Bento do Sul. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha, quero dizer, deputado Sargento Amauri Soares, que a bancada do PP faz um pedido para assinar embaixo de tudo o que v.exa. falou em relação a essa questão que foi denunciada agora.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado, peço desculpas, mas por um lapso não consegui registrar a presença neste plenário de apoiadores e militantes do deputado Lício Mauro da Silveira, que no dia 15 estava conosco, algumas horas antes do seu falecimento, às margens do rio Cubatão, lutando em defesa da comunidade. Faça esse registro, essa homenagem ao colega Lício Mauro da Silveira e a todos os seus apoiadores no município de Palhoça.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Por isso, deputado, falamos que a luta de vocês é a nossa luta também, da bancada do PP, do deputado Flavio Ragagnin, que está ocupando cadeira que era do deputado Lício Mauro da Silveira, e dos demais deputados, Joares Ponticelli, Reno Caramori, Silvio Dreveck e Valmir Comin. Somos parceiros nessa luta de todos vocês!

Todos nós, neste período de eleição, sr. presidente, rodamos essas estradas de cima abaixo. Neste meu mandato, deputado Genésio Goulart, só no estado de Santa Catarina viajei 480 mil quilômetros visitando todos os municípios, os 293, indo, vindo, conversando, levando alguma solução, trazendo os problemas para cá. E uma das coisas que observei foi a má qualidade das nossas estradas, deputado Flavio Ragagnin, a dificuldade em certos lugares, principalmente nas estradas catarinenses.

Não vamos falar aqui do problema da duplicação atrasada do trecho sul da BR-101, nos problemas da BR-470, que precisa ser duplicada, ou da BR-282, que em alguns trechos precisa de capeamento, que está sendo feito nas estradas federais.



Quero falar das nossas estradas, das estradas estaduais. E como temos essa interatividade com os eleitores, com os nossos municípios, seja nas visitas que fazemos aos municípios ou através da internet, do *twitter*, sempre estamos recebendo algumas reclamações de pessoas que vivem, assim como os deputados, o dia a dia das estradas catarinenses.

Quero pedir para a assessoria mostrar as fotos tiradas por um amigo que utiliza diariamente a estrada que liga Chapecó ao Rio Grande do Sul, a BR-470, para mostrarmos a dificuldade que há. Esse meu amigo, deputado Genésio Goulart, que é representante comercial e faz esse trajeto quase diariamente, disse-me que tem que colocar no seu orçamento, no orçamento do seu negócio, um pneu por semana. Já pensou?! Colocar no orçamento de gastos, não só a troca de óleo, a manutenção do veículo, o combustível que gasta, mas um pneu por semana. Por quê? Por conta da má qualidade das estradas que temos no estado de Santa Catarina.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Srs. deputados, essa é a situação apenas num pequeno trecho. O deputado Flavio Ragagnin conhece bem aquele trecho que liga Chapecó ao Rio Grande do Sul. Uma estrada esburacada como essa não traz só riscos à vida das pessoas que passam por ali, mas incide diretamente no preço dos alimentos que chegam às prateleiras, no preço dos fretes.

Imaginem que um trabalhador, um representante autônomo, tem que incluir no seu orçamento mensal um pneu, deputado Décio Góes, por semana. Ou seja, quatro pneus por mês que ele tem que trocar!

Imaginem as frotas de caminhões, o risco de vida para as pessoas. Por quê? Porque existe um desleixo por parte do governo do estado com algumas rodovias estaduais de Santa Catarina, que oferecem risco iminente de morte para as pessoas. E para o cidadão comum, que não viaja, aumenta absurdamente o preço do frete que incide no preço final das mercadorias.

Estamos apresentando uma emenda ao Orçamento para esse setor, para que possamos ter condições de colocar as nossas estradas em dia. Não somos nós que estamos dizendo, mas uma pesquisa feita pela Confederação de Transportes coloca que um pouco mais de 60% das nossas estradas são péssimas ou regulares. Ai o que sobra para boas e ótimas? Apenas 40%!

Trago aqui, mais uma vez, essa reclamação dos catarinenses que utilizam a estrada e peço ao governo estadual, à secretaria da Infraestrutura e ao próprio Deinfra, que prestem atenção porque pelo que vimos ali os buracos que foram fotografados por um cidadão e enviados por e-mail já possuem DNA de são antigos. Ou seja, o que aconteceu? Acontece que muitas vezes o recalçamento ou a solução tomada para resolver o problema não oferece a qualidade que deveria. E aí o que ocorre? Acabam ocorrendo as operações tapa-buraco e as empreiteiras sabem o dia certo para voltar lá e tapar novamente porque muitas vezes a emulsão do piche ou do asfalto que é colocado na recuperação daquele buraco é a base de água, portanto, a chuva acaba tirando a emulsão que é feita naquele remendo.

É preciso ter mais cuidado, sim, e vamos garantir nas emendas um valor maior para que tanto o Deinfra quanto a secretaria da Infraestrutura possam ter um pouquinho mais de condições de atender a esses 60%

das nossas estradas que são consideradas péssimas ou regulares.

Essa é a reclamação que trago em nome dos catarinenses que utilizam o trecho entre Chapecó e Rio Grande do Sul, que passam diariamente por esse tipo de problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Agradeço a intervenção do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência suspende a presente sessão por até cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos visita nesta tarde, especialmente da comunidade de Palhoça, moradores da região do rio Cubatão, quando cheguei à sessão o deputado Sargento Amauri Soares estava falando sobre a situação vivida pela comunidade, tendo em vista que a exploração de areia ameaça a comunidade e, inclusive, a integridade daquele importante manancial hídrico da nossa região. Até porque a extração de areia não é baseada em estudos científicos que realmente comprovem que há necessidade de desassorear uma parte prejudicada em função das cheias ou do próprio movimento do rio. Dessa forma, a extração exacerbada coloca em risco a comunidade, que se sente ameaçada.

Eu estava lembrando que não é só na foz do rio Cubatão que o problema acontece. Ele acontece desde a sua nascente, passando pela comunidade de Santo Amaro da Imperatriz, a comunidade à montante. Aquela região, que é uma região importante para o turismo ecológico, para o ecoturismo e para a prática de esportes radicais, está ameaçada com a construção de pequenas centrais hidroelétricas numa quantidade demasiada. São seis pequenas centrais hidroelétricas em sequência, sem um estudo das seis unidades em conjunto, e isso vai provocar um impacto ambiental vultoso na região.

Estamos vendo toda uma movimentação no sentido de que esse projeto seja aprovado, e as reações da comunidade não estão sendo levadas em consideração. Inclusive, aqui na Assembleia apresentamos um projeto de lei baseado numa lei semelhante que foi feita no oeste catarinense, estabelecendo critérios, parâmetros, para que as PCHs sejam instaladas na região, de tal forma que não passem de três unidades. Com isso se poderia manter a atividade turística, os esportes radicais e ter um maior controle da vazão das enchentes e do abastecimento de água. Há também o problema da foz e poder-se-ia ter um maior controle daquele manancial hídrico, de tal forma que se contemplasse melhor as diversas necessidades que existem na região.

Então, esse nosso projeto está com um pedido de vistas desde o dia 16 de dezembro de 2009, feito pelo deputado Marcos Vieira. E, por mais que tenhamos insistido, ele não o devolveu para permitir o trâmite normal, a realização de audiências públicas, o debate necessário sobre toda essa questão do rio Cubatão que precisa ser discutida.

Como o deputado está de licença, faço um apelo ao deputado que o substitui para que devolva o projeto, a fim de que ele possa continuar tramitando.

Gostaríamos de solicitar a realização de uma audiência pública para que possamos discutir esse assunto com mais profundidade. Inclusive, poderíamos discutir o tema que traz a comunidade a esta sessão.

Então, comprometo-me a insistir com o deputado Marcos Vieira e com o seu substituto, para que possamos realizar uma audiência pública destinada a discutir esse tema tão importante que vocês trazem aqui para essa Casa, que é a questão do rio Cubatão.

Queremos também, sr. presidente, mudando de assunto, registrar o momento que estamos vivendo, que é o do segundo turno das eleições presidenciais.

Ontem houve um evento de apoio à candidata do meu partido e de toda a coligação que apoia Dilma Rousseff. Refiro-me ao evento que contou com a participação de um conjunto de prefeitos dos partidos que a apoiam, de um conjunto significativo de prefeitos do PP. A grande maioria dos prefeitos do Partido Progressista está apoiando a candidata Dilma, o que ficou evidente no ato de ontem. Também, segundo o presidente do PMDB, deputado João Matos, dos 114 prefeitos do PMDB, 80 estão efetivamente na campanha e apoiando a candidatura de Dilma Rousseff a presidente, assim como também os do PR, do PDT e do PSB. Várias candidaturas a apoiam também, e o deputado Genésio Goulart, de Tubarão, meu vizinho, também apoia a candidatura Dilma.

Fala-se aqui tanto em privilegiar e apoiar o município, que o município é o maior exemplo de descentralização e de parcerias, porque é lá que vivem as pessoas e que, portanto, o município merece ter maior atenção. Pois bem. Os prefeitos testemunharam que no governo Lula houve um aumento do repasse de recursos aos municípios de 13% para 19%. Isso melhorou significativamente a condição de os municípios enfrentarem os seus problemas.

Os prefeitos destacaram a forma com que o governo do presidente Lula os têm recebido em Brasília, com muito carinho, de forma republicana, sem discriminar esse ou aquele, que é o que desejamos, e isso é feito.

Então, fatos como esses levaram a esse apoio significativo, com discursos contundentes, como os dos deputados João Pizzolatti, do PP, e João Matos, do PMDB, reforçando a tese do apoio a Dilma, dizendo da sua coerência e fidelidade ao projeto nacional do seu partido. Foram discursos realmente contundentes e importantes na noite de ontem, e que eu queria registrar.

Para finalizar esse período que tenho na tribuna, também é importante registrar a presença do prefeito de Bom Jardim da Serra, Rivaldo Macari. Amanhã vai ser dada a ordem de serviço para o novo trecho da via que ligará a serra gaúcha com a serra catarinense. Já existe um trecho em obras e agora vai começar o segundo trecho que vai completar essa ligação tão sonhada nos aparatos da serra. Essa estrada ligará a serra catarinense à serra gaúcha, otimizando de maneira muito forte o turismo na serra catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Corsin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os companheiros deputados desta Casa, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Aleisc Digital e aproveitar este momento para anunciar, deputados Valdir Comin e Décio Góes, que amanhã o nosso presidente Lula estará na cidade de Itajaí vistoriando as obras em Itajaí, tendo em vista os altos investimentos do governo federal feitos naquele porto e o ele que representa economicamente.

Além do mais, o presidente está de aniversário amanhã, o que representa um momento importante da vida dessa grande liderança com mais de 80% de aprovação nas pesquisas, como comprovou a última pesquisa *Datafolha*.

Amanhã também será lançado o edital de licitação da BR-280, que vai de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul, aquele trecho de duplicação. É lógico que com certo atraso, sim, em decorrência das questões ambientais. No entanto, quando se questiona se é por causa do período eleitoral, diz—se que não, que está dentro do prazo que estava previsto pelo governo federal. E isso não pode parar de jeito nenhum.

Mas, de qualquer maneira, deputado Valmir Comin, agora sei efetivamente por que voltei a esta Casa e fui reeleito. O povo catarinense acompanhou, deputado Flavio Ragagnin, durante o ano passado, o embate que tive nesta Casa sobre a moralidade do pagamento de insalubridade e por aí fora.

No jornal de hoje, deputado Valmir Comin, o jornalista Rafael Martini, na sua coluna Visor, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Danos Morais

O Sindicato e a Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa” (portanto, é bom que o sindicato e a associação escutem-me agora) “movem, na 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital ação de indenização por danos morais contra o Estado no valor de R\$ 702 mil[...]”

Diz a matéria que a origem do processo do sindicato da Assembleia e da associação deve-se às críticas que eu, como deputado, fiz em relação ao serviço médico da Assembleia Legislativa em agosto do ano passado, contra o pagamento de insalubridade a 111 servidores.

(Continua lendo.)

“Como o parlamentar tem foro privilegiado, a Justiça determinou que apenas o Estado (leia-se Parlamento) poderá ser acionado. Cuidado, falar dos benefícios pagos ao servidor público faz mal ao bolso. Do contribuinte.”[sic]

Então, quero deixar claro, em primeiro lugar, que vou dizer aos meus advogados que não quero ter foro privilegiado nisso. Em segundo, se querem brigar por isso, vão ver o que é brigar com uma ação como essa. Em terceiro, ser processado por recebimento indevido?! Em quarto lugar, vou pedir à minha assessoria que liste, neste momento, todos os funcionários que continuam recebendo isso. Quinto, o laudo, que foi emitido nesta Assembleia pelos representantes do estado de Santa Catarina, pelo médico e pelos dois engenheiros, será enviado ao Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, seção de Medicina do Trabalho, porque quero o pronunciamento do CRM. Ao mesmo tempo, o profissional que assinou esse laudo vai responder eticamente também. Vou fazer o mesmo em relação ao Crea quanto aos dois engenheiros, porque vou

pedir manifestação sobre isso. E vou entrar com uma ação no Ministério Público para pedir a devolução do dinheiro de quem recebeu indevidamente, o que até então eu não tinha feito!

Estou colocando isso porque casualmente, antes de vir para cá, abri o jornal e vi essa matéria dizendo que só não estou sendo processado por ter foro privilegiado. Quero dizer que não quero ter foro privilegiado nessa questão e, mais, há jurisprudência de sobra com relação a isso no estado, porque pagamento indevido nunca foi salário neste país. Estou fazendo essas colocações porque acho que esse é um dos motivos que me permitirão voltar a este Parlamento na próxima legislatura e se quiserem continuar brigando, faremos o bom debate.

Ao mesmo tempo, tramita nesta Casa um projeto de lei do governador Leonel Pavan sobre as licenças-prêmio do estado, deputado Valmir Comin - e v.exa. faz parte da Mesa -, que veio para cá em regime de urgência em junho, que já deveria ter sido votado. Todo mundo sabe que a licença-prêmio foi configurada em lei porque pressupõe que as pessoas podem adoecer em decorrência da condição do trabalho, ficar estressadas e ter problemas de saúde.

Então, a licença-prêmio foi instituída para que as pessoas a utilizem, não é para acumular. E nesta Casa há pessoas com licença-prêmio acumulada, o que dá mais de R\$ 100 mil em indenização para receber. E, como já não trabalhavam mesmo, nem precisariam tirar a licença! Essa é a realidade.

Foi uma iniciativa do governador Leonel Pavan, a quem quero parabenizar publicamente, pois sou governista quanto a esse projeto. Pedi que o projeto viesse para cá de acordo com o Regimento Interno desta Casa, mas ele já deveria ter sido votado. Foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e estava para receber o parecer de um deputado desta Casa. Assim, ele deve vir para cá para ser votado logo, porque aqui ninguém vai ficar doente por causa do excesso de trabalho, deputado Flavio Ragagnin, senão daqui a pouco vai haver ação contra a Assembleia por as pessoas estarem adoecendo porque trabalham demais. Deputado Manoel Mota, v.exa., que está aqui há tantos mandatos, sabe quantas pessoas ficaram doentes por excesso de trabalho.

Então, como sou médico, estou preocupado com a saúde do povo catarinense, dos funcionários do estado e dos funcionários desta Casa. Acho que todos devem tirar licença-prêmio e digo ainda que devam tirá-la ao mesmo tempo, porque descansarão, voltando revigorados e com bastante energia.

Portanto, parabenizo o jornalista Rafael Martini. Observem que estou na Assembleia, mas disseram-me que estava tramitando e que viria à Mesa. Já quero adiantar que vou pedir vistas, porque quero ver o parecer do procurador, e é justo e meritório. Acho que o sindicato e a associação cumprem o seu papel ao fazer a defesa da categoria.

Agora, cabe-me, como parlamentar, como cidadão que também paga impostos e mantém essa estrutura, questionar aquilo que é imoral neste estado. O que acontecia nesta Assembleia era uma imoralidade, que foi corrigida. Tenho absoluta convicção de que não vou perder esse processo, porque aprendei a me conhecer nesta Casa como um cidadão de postura firme e, principal-

mente, que defende os princípios da cidadania e da moralidade pública.

No mais, 13 abraços para o sindicato, que cumpriu o seu papel, e para a associação e nesta Casa vou continuar cumprindo o meu papel, fazendo o bom debate.

Vou falar também no horário destinado ao nosso partido abordando outros temas relevantes, porque o meu segundo mandato não vai ser pautado apenas por essa questão da insalubridade dentro desta Casa. Outros debates virão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente e srs. deputados, quero dar continuidade ao assunto aqui levantado pelo ilustre deputado Kennedy Nunes, que abordou um problema sério, deputado Antônio Ceron, o mau estado de conservação das rodovias de Santa Catarina.

A única discordância que tenho com o deputado Kennedy Nunes é que ele só fez referência às rodovias estaduais, e precisamos fazer referência às rodovias federais, pois também é lastimável o estado em que também se encontram.

Se viajarmos pela BR-282 veremos que o trecho de Florianópolis até Santo Amaro da Imperatriz está sendo recuperado, vamos fazer justiça. Mas se viajarmos lá para o oeste, veremos que lá as rodovias efetivamente estão complicadas. E preocupo-me quando, deputado Kennedy Nunes, eu sinto que estão arrumando as rodovias porque deve vir aí pedágio. Ao vermos a BR-282 sendo arrumada, temos a impressão de que não vai demorar muito para haver pedágio lá também.

Deputado Genésio Goulart, v.exa. pode ter certeza de que não vai demorar muito para que se instale também o pedágio na BR-282, muito embora eu não seja contra o pedágio, pois sempre o defendi. Sou favorável ao pedágio, mas não da forma como está sendo feito. Ainda bem que em Santa Catarina o pedágio nas rodovias federais não está sendo feito de forma exagerada. Acho que se cometeu uma grande injustiça com o povo de Palhoça na escolha do ponto onde foi colocado o posto de pedágio. Realmente eu entendo que ali se cometeu uma grande injustiça. Agora, o preço dos pedágios nas rodovias do estado de Santa Catarina não estão fora da realidade. Não está sendo cobrado como no Rio Grande do Sul ou como no Paraná, que é um verdadeiro absurdo.

Outro dia eu estava olhando os preços e vi que um caminhão com dois eixos, saindo de Santa Catarina e indo para São Paulo, gasta R\$ 90,00 só de pedágio. Ai não há motorista, proprietário de caminhão ou caminhoneiro que agente esse pedágio que é cobrado nas rodovias nacionais.

Portanto, Deputado Kennedy Nunes, v.exa. tem toda razão e assino embaixo o seu documento, porque as rodovias de Santa Catarina são um desastre, e não só as estaduais, mas as federais também.

Deputado Kennedy Nunes, a situação do trecho de Campos Novos a Tangará não dá para acreditar. Uma estrada de chão seria melhor do que aquele asfalto que há no trecho Campos Novos/Tangará.

Já ouvi a manifestação do deputado Romildo Titon, que está revoltado com a situação, porque se trata de uma região produtora, de uma região agrícola que possui uma produção muito grande, e a estrada está intransitável.

Para ir de Tangará a Campos Novos é preferível fazer 100km a mais, deputado Antônio Ceron, e ir por Fraiburgo do que fazer aquele trequinho de 20 e poucos quilômetros que está intransitável.

Já houve denúncia feita pelo deputado Romildo Titon, já vi o deputado Valdir Cobalchini também aqui reclamar, bem como o deputado Antônio Ceron, mas por enquanto nada foi feito naquele trecho da estrada, que é de muita importância e está num total abandono.

Claro que é uma estrada, deputado Antônio Ceron, em que se fez uma experiência no governo de Vilson Kleinübing, com o chamado asfalto frio para servir de modelo para outras. Infelizmente não deu certo, deputado Décio Góes, e v.ex.a., que é engenheiro, sabe muito melhor do que eu que tecnicamente não deu certo. Pode ser que o asfalto frio dê certo para estradas com trânsito pequeno, mas no caso de trânsito pesado não dá, como acontece na rodovia que liga Campos Novos a Tangará.

Por isso, reforço o pleito do deputado Kennedy Nunes. Temos que fazer alguma coisa não só com relação àquela estrada como em relação às outras, principalmente a BR-282. O trecho de Florianópolis a Lages melhorou, realmente melhorou e está sendo recuperado. Vamos fazer justiça ao governo federal de v.ex.a., porque está sendo recuperado. Muito embora, deputado Décio Góes - e Deus permita que eu esteja equivocado -, pareça que, quando começam a arrumar as estradas, a roçar, a pintar, a tapar um buraco aqui e outro ali, vem por aí pedágio. Tenho certeza absoluta de que aconteceu isso na BR-101, na BR-401 e em outras estradas. Por isso, temos a preocupação de que venha o pedágio.

Deputado Décio Góes, eu fui o relator quando quiseram privatizar a BR-470 e votei a favor, porque entendo que a saída para a recuperação das estradas do Brasil e de Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, é a privatização.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não.

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero somente reforçar o apelo do deputado Kennedy Nunes. O estado pode arrumar as estradas estaduais, que nós não vamos entender que o estado está querendo privatizar. Ele pode arrumar. Nós precisamos que ele arrume, pois quando se anda no sul do estado, de Tubarão a Braço do Norte, é terrível. E o deputado Genésio Goulart sabe disso, pois nós temos feito aqui várias reivindicações.

O trecho de Treviso a Lauro Müller há cinco anos está para ser concluído e não termina. De Jacinto Machado a Praia Grande, deputado Valmir Comin, houve promessas, reivindicações, mas os empresários tiveram que se reunir para fazer a manutenção da estrada.

Enfim, há vários problemas que precisamos resolver. Mas o estado pode arrumar as estradas que não vamos lançar suspeita de que vão privatizar, porque estaremos parabenizando o governador do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Provavelmente o próximo governador, o demista Raimundo Colombo, vai recuperar essas estradas que eu citei e outras que precisam de reparos, entre as quais a de Mirim Doce.

Deputado Antônio Ceron, a estrada que liga Mirim Doce à BR-470 não está pronta, não foi concluída pela empreiteira, mas já precisa de reformas. É uma vergonha o que essas empreiteiras estão fazendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Onofre Santo Agostini, eu não ouvi 100% do seu pronunciamento, mas ouvi as suas últimas manifestações e quero ser solidário a v.ex.a.

Não dá mais! E não adianta colocar a culpa no governador, no presidente da República. A forma como são feitas as restaurações das nossas rodovias é a mesma coisa que jogar dinheiro na lata do lixo.

Se observarmos, a situação das rodovias estaduais não é diferente das federais. Nas rodovias federais é a mesma coisa. Nas BRs-153, 180, 101, 282, 470 e nos acessos aos municípios é preciso tomar cuidado. E quero ver quem vai ter recurso para fazer a restauração.

Para concluir, acho que é preciso realmente fiscalização e ninguém melhor do que nós para denunciar. E os órgãos do governo responsáveis, quando recebem as obras, precisam verificar de que forma elas foram feitas para poder dar continuidade.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Em homenagem ao deputado Moacir Sopelsa, quero citar a estrada de Jaborá. É outra estrada, deputado, que não há quem aguente. Só a pé para passar naquela estrada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense, é importante, na tarde de hoje, ouvir essas manifestações.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Ex.a. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - É que achei meio engraçado o pronunciamento do deputado Onofre Santo Agostini. Aqui já houve a definição no primeiro turno da eleição e já se elegeu o governador, mas se houvesse o segundo turno esse discurso teria que ser feito só depois do próximo domingo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini (Intervindo) - O atual governador não apoiou Raimundo Colombo...

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deve ser a relação entre Leonel Pavan e

Raimundo Colombo. Ele tentou prejudicar a eleição de Raimundo Colombo em Santa Catarina abandonando as SCs. Acho que foi isso mesmo. Nós confirmamos isso na campanha, pois andamos o estado todo e as SCs estão numa situação insustentável e precisam de recuperação urgentemente. É preciso elaborar no estado um programa permanente como o DNIT fez. Acho que isso daria conta da questão em Santa Catarina também.

Ainda bem que o deputado Onofre Santo Agostini fez o discurso só agora, porque ele foi eleito e elegeu o seu governador.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero dizer que nós, do sul do estado de Santa Catarina, acompanhamos a construção de uma estrada que foi palco de muito trabalho, de muita luta, que é a BR-101, onde houve o trabalho de "n" pessoas, do comércio, da CDL, da associação dos prefeitos, dos vereadores. Foi uma batalha incansável e eu presidi uma comissão com mais de 100 pessoas. Houve paralisação das 6h às 16h, das 9h às 15h. A BR-101 foi trancada até a ordem de serviço chegar a Palhoça para o começo da obra.

Agora, o contrato da BR-101 venceu em 2009, algumas empresas cumpriram religiosamente o determinado e outras abandonaram os trechos que tinham recebido. Em Araranguá, por exemplo, as obras do trecho 29 estão abandonadas, bem como nos gargalos, que são: o morro do Berbigão, em Tubarão; a ponte de Cabeçuda, em Laguna, e o morro dos Cavalos, em Palhoça.

Na minha região acontece uma média de dois acidentes com morte por semana. Neste último, fui ao enterro de um casal que morreu quando atravessava a BR-101, porque a empresa responsável pela obra fez uma lambança e tirou os sinais eletrônicos. Os veículos que trafegam por lá abusam da velocidade e quando as pessoas querem atravessar a rodovia não dá tempo e ocorrem os acidentes. Há pouco tempo um amigo, Rodolfinho, perdeu a vida e neste sábado esse casal foi atravessar a rodovia e morreu. Isso acontece toda semana.

É preciso responsabilizar aqueles que tiraram o sinal eletrônico, pois há que se diminuir a velocidade dos veículos e dos acidentes. Temos que respeitar a vida! Por isso, o nosso movimento na BR-101 é pelo direito à vida. Lutamos para duplicar a rodovia, mas com respeito à vida. A cada instante uma vida é ceifada na BR-101, porque trechos são abandonados, sinalizações caem e, quando chove, à noite os acidentes são muitos. É preciso que seja feita uma ação a respeito.

Então, chamo a atenção do DNIT para que coloque lá pessoas para fiscalizar a rodovia. Duas empresas são responsáveis pela qualidade da obra e onde elas estão? O que estão fazendo? É preciso que medidas sejam tomadas e por isso vamos encaminhar um pedido de informações ao DNIT, no sentido de sabermos o que essas empresas estão fazendo, já que ganham para cuidar da obra. A sinalização é uma vergonha e a cada instante ocorre mais um acidente. A obra ainda não foi entregue e daqui a pouco bastará colocar um tijolo no acelerador do caminhão e não será necessário motorista, porque por onde passam os pneus os rastros são evidentes.

O deputado Onofre Santo Agostini falou sobre o pedágio. A obra não foi entregue e já estão cobrando pedágio, ou seja, tirando dinheiro indevidamente das

peças. O dinheiro do pedágio cobrado indevidamente está indo para a Espanha sem a obra estar pronta. Não há melhorias, mas o dinheiro está saindo do bolso do contribuinte.

Precisamos lutar, fazer movimentos coerentes e capazes de reverter esse processo para termos mais tranquilidade no sul do nosso estado, pois lá muitas pessoas ainda choram a perda de seus entes queridos. Temos convicção de que é preciso que algumas medidas importantes sejam tomadas para podermos amenizar essa situação.

Há dez dias tivemos momentos importantes para a BR-285, que ligará o corredor do Mercosul, ou seja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Faltam 25km de serra. Foi realizada uma audiência pública, coordenada pelo Ibama, que foi uma das maiores audiências que já fiz nesses 28 anos de vida pública, para que saia a licença ambiental, a licitação, para que tenhamos uma obra que será o corredor do Mercosul em Santa Catarina e por onde será transportada toda a soja do Rio Grande, através do porto de Imbituba. Então, é preciso, sim, continuar lutando, trabalhando e trazendo resultados.

Minha região tem uma obra importante que liga Canela, Gramado e Caxias do Sul, a cidade dos Cânions, Praia Grande, que é a serra do Faxinal, onde 60km estão concluídos e custarão R\$ 22 milhões. Mas o restante ainda não está concluído. Por quê? Porque a promotora pública federal entrou com uma ação em razão de dois casais de pererecas, e essas pererecas pararam a obra. Agora conseguimos no Supremo Tribunal Federal ganhar a ação, só que não sai a licença para a conclusão do restante.

Então, falta muito! É muito bom vender alguma coisa que não é verdadeira, ou seja, vender ilusão. Agora, é preciso ter um real compromisso com o povo do sul do meu estado, que é onde lutamos e trabalhamos. É preciso continuar trabalhando. Nós estamos lutando há alguns anos para tirar uma licença ambiental para a barragem do rio do Salto. Quantos anos passaram? E agora temos que conseguir a licença da barragem do rio do Salto. É preciso viabilizar essa obra, mas o governo tem que fazer uma desapropriação no valor de R\$ 13 milhões. Inclusive, queremos agradecer ao deputado Décio Goês, que apresentou uma emenda, que apoiamos desta tribuna, que foi aprovada, alocando no Orçamento o valor de R\$ 20 milhões. Hoje, temos dinheiro orçado sobrando para poder, no próximo Orçamento, desapropriar aquela população. São mais ou menos 40 proprietários que está lá há 27 anos sem poder investir um centavo, desesperados. Não podem plantar ou fazer investimentos, porque não há garantia de nada e a população está sofrendo com essa insegurança.

Esperamos que a partir de janeiro o governador eleito no primeiro turno, Raimundo Colombo, tome as providências necessárias, porque ele é a esperança do povo catarinense de continuar o grande trabalho de descentralização iniciado pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que fez Santa Catarina crescer por um todo.

Eu tenho certeza, tenho convicção de que Raimundo Colombo está pronto, está preparado para dar continuidade ao grande governo do nosso ex-governador, mas essa obra é fundamental e muito importante, pois vai abastecer os perímetros urbanos da

região. Ela também vai garantir a expansão do maior produtor de arroz irrigado do Brasil, que é o estado de Santa Catarina, através da minha região. Os municípios de Turvo, Meleiro, Timbé do Sul, Ermo, Jacinto Machado, aquela região inteira, enfim, são os grandes produtores de arroz irrigado neste estado. Essa barragem, além de abastecer o perímetro urbano, vai garantir o plantio do arroz irrigado, que contribui muito com o ICMS para o nosso estado.

É preciso também, depois de anos de luta para conseguir a licença ambiental, fazer o trecho que vai de Laguna à barra do Camacho, pois os primeiros 20km da Interprias já estão prontos. Agora é preciso executar o restante, ligar a Estrada do Mar, lá em Passo de Torres, pois só assim o sul de Santa Catarina vai começar outro perfil de crescimento, de geração de emprego e renda, de melhoria da qualidade da vida das pessoas.

O porto de Imbituba está recebendo investimentos no valor de mais de R\$ 300 milhões. O aeroporto de Jaguaruna está na segunda etapa de construção e já licitaram o acesso.

Então, é preciso continuar lutando e trabalhando para levar resultados para o sul de Santa Catarina. Esses 28 anos de vida pública norteiam o estímulo de trabalho, de responsabilidade e de lealdade com o povo e com a região do sul de Santa Catarina.

Por isso, o lema da minha campanha para o meu sexto mandato foi o seguinte: "o trabalho deve continuar, porque as obras não estão concluídas". Esse meu mandato será um dos mais importantes, porque temos que concluir as obras que são fundamentais para desenvolver aquela região. Graças a Deus fomos eleito e vamos continuar trabalhando com garra, com determinação, com lealdade pelo povo do sul do meu estado, porque nossa região já perdeu muito tempo. Muitas empresas foram distanciando-se, mas hoje conseguimos reverter o processo. Levamos a Tramonto para Morro Grande, com mais de 1,5 mil empregos; levamos a CTA para Araranguá, com mil empregos; levamos a Alliance One, que abre agora em dezembro, daqui a um mês e pouco, com dois mil empregos, e levamos a Phillip Morris, que vai gerar 1,5 mil empregos. Então, serão 4,5 mil empregos só em Araranguá e R\$ 1 bilhão em faturamento. Isso irá mudar aquela cidade, gerará emprego e renda e melhorará a qualidade de vida do nosso povo.

É por isso que lutamos e que viemos hoje agradecer ao ex-governador Luiz Henrique, hoje senador da República eleito, porque ajudou, contribuiu para que tudo isso acontecesse no sul do meu estado. Agora vem Raimundo Colombo, que vai continuar com a mesma garra e determinação, fazendo com que a minha região continue crescendo e assim, dentro de uns três ou quatro anos, podermos alcançar o estágio que desejamos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, catari-

nenses que acompanham esta sessão, primeiramente quero registrar a honrosa presença do prefeito de Campo Erê, Nilson de Lima, popular Nego Lima, parceiro e amigo, que está na Assembleia, nesta capital, em busca de parcerias para aquela dinâmica cidade.

Queremos também registrar a presença do jornalista e escritor de Laguna, Márcio Carneiro, nosso amigo.

Trago hoje ao conhecimento deste plenário e dos catarinenses mais uma conquista do nosso estado na área do turismo. Todos conhecem a Editora Abril e o conceito de seus veículos de comunicação. Pois bem, a revista *Viagem e Turismo*, líder nesse segmento, normalmente escolhe, através dos seus leitores, os melhores destinos turísticos e premia aqueles que se destacam no Brasil, escolhendo o melhor hotel, o melhor *resort*, o melhor equipamento, a melhor parte de entretenimento, a melhor cidade e também o melhor estado brasileiro. Segundo os seus leitores e pela quarta vez consecutiva, o estado de Santa Catarina foi escolhido como o melhor destino turístico do Brasil!

Claro que devemos isso a várias situações, a iniciar pelas nossas belezas naturais ímpares e hoje reconhecidas nacional e internacionalmente; pelos nossos equipamentos turísticos, através de várias ações da iniciativa privada, os nossos hotéis, *resorts* e parques, da mesma forma que a estrutura de gestão pública implementada nos últimos oito anos, que regionalizou o turismo no estado, que sedimentou as nossas belezas e as nossas forças culturais. Com isso ganhamos espaço na mídia e conseguimos conquistar esse prêmio pela quarta vez consecutiva.

Vários itens são analisados, entre os quais, claro, está a beleza natural, a gastronomia, a segurança pública. Um dado importante também nessa avaliação é a integração de um processo que só Santa Catarina utiliza e trabalha, que é a área cultural e esportiva, parceiras importantes para dinamizar o crescimento do turismo em nosso estado.

Quero parabenizar a nossa estrutura através da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, através da Santur, toda a estrutura municipal, os nossos municípios âncoras, mas também aqueles que estão desenvolvendo o turismo em nosso estado e, especialmente, o nosso *trade*, através das entidades, das federações e das associações, ABIH, Abrasel, Abrajel, enfim, todo o segmento do turismo do nosso estado por esta premiação pelo quarto ano consecutivo como o melhor destino turístico do Brasil, o que deve ser comemorado, mas, acima de tudo, valorizando a continuidade dessas políticas que hoje estão dando resultados, criando emprego e renda, nessa área da economia que representa, hoje, 13% do PIB catarinense.

Quero cumprimentar a todos que direta ou indiretamente participaram, mas fazer uma menção especial ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira, e ao atual governador Leonel Pavan, que esteve presente, pessoalmente, no Rio de Janeiro, na premiação, mais uma vez, com isso valorizando ainda mais essa conquista.

Quero também fazer o registro, em nome do PSDB, dos 11 anos da nossa TVAL. Este veículo de comunicação que ganhou o seu espaço foi criado em 25 de outubro de 1999, quando fui presidente desta Casa e foi a segunda TV Assembleia Legislativa do

Brasil a operar, a entrar no ar. No primeiro momento com duas horas de transmissão, repetidas tantas vezes quantas necessárias para preencher a grade, com apenas dez profissionais para atuar na área. Hoje, contudo, tem um corpo técnico de quase 50 profissionais, temos esse espaço, essa conquista, dividindo também com as Câmaras Municipais.

Atualmente a TVAL está presente na grande maioria do nosso estado, sendo complementada pelos demais veículos de comunicação, como a nossa Rádio AleSC Digital e o nosso jornal informativo. Com isso, com a nossa rede de comunicação, conseguimos levar a todos os catarinenses o nosso trabalho na Assembleia Legislativa, o trabalho dos 40 deputados, seja no âmbito das comissões, sena no âmbito do plenário. Na sua grade, muitas vezes abriu espaço para a questão da cidadania, especialmente na área educacional e cultural, com debates, palestras, enfim, participando também de outros momentos importantes até da estrutura do nosso estado.

Gostaria de cumprimentar todos os ex-presidentes e o atual presidente, deputado Gelson Merísio, que deram sequência a esse trabalho: deputado Onofre Santo Agostini, meu sucessor, que deu um grande impulso; deputado Julio Garcia, assim como os demais deputados que exerceram a Presidência, que deram as condições para que essa estrutura fosse dinamizada, pudesse crescer, fortalecer-se e hoje ser este grande veículo de comunicação estadual, ocupando um grande espaço. Mas, acima de tudo, quero cumprimentar os profissionais que trabalham na TVAL, através dos jornalistas, dos assessores, da diretora e de toda a equipe que faz a TV Assembleia Legislativa acontecer.

Lembro-me que quando acionamos o botão para gerar as primeiras imagens foi aquela angústia, aquela expectativa, e o sinal falhou, porque ele era ligado à internet. Não tínhamos experiência na área e com apenas R\$ 20 mil alugamos o equipamento e os primeiros profissionais foram juntando-se a nós de forma corajosa, eu diria, no sentido de colocar a TVAL no ar.

É por isso que hoje, passados esses 11 anos, a TVAL está consolidada como um dos grandes veículos de comunicação da política catarinense, especialmente do nosso Parlamento.

Quero dizer ainda que a primeira TV Assembleia foi a do estado de Minas Gerais, onde nós buscamos tecnologia e informações. Mas a tecnologia para operar a TVAL é catarinense, porque não tínhamos recursos para buscar uma tecnologia mais adequada, mais moderna. Por isso fizemos com uma parceria Digilab, uma empresa que prestou importante serviço de consultoria no primeiro momento, no sentido dos primeiros equipamentos que foram locados pela Assembleia Legislativa para colocar no ar a nossa TV.

Então, quero fazer este registro no décimo primeiro aniversário da nossa TVAL, tão importante para todos nós, especialmente para a sociedade catarinense, que pode acompanhar o nosso desempenho, o nosso trabalho nesta Casa.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Presidente, quero apenas registrar a presença, nesta Casa, do vereador Neivo José Pivetta, presidente do PMDB do município de Tangará.

Seja bem-vindo à nossa Casa.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero registrar a presença, nesta Casa, do ex-deputado Eni Voltolini, que já esteve aqui conosco como deputado estadual e que disputou mais uma vez a eleição, figura muito estimada na região do vale do Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Estão consignados os registros dos deputados Gilmar Knaesel e Valdir Cobalchini.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Quero registrar, rapidamente, que me ligou há pouco o vereador Mário Miguel, de Rio do Sul, do Partido dos Trabalhadores, informando-me que, segundo o censo, foram levantados 60.912 habitantes naquele município. Com essa população a cidade receberá 2,2 do FPM. E existe o condomínio Bela Vista, que construímos quando éramos prefeito, que fica na divisa com Agronômica, que tem hoje 378 moradores.

Estava nas mãos do deputado Lício Mauro da Silveira, deputado Flavio Ragagnin, o projeto de lei que delimita a divisa entre Rio do Sul e Agronômica, ao qual vamos procurar dar agilidade, porque dessa forma Rio do Sul será considerado de acordo com a sua real população, ou seja, somando esse contingente de 378 habitantes passará para 61.129 habitantes e receberá 2,4 do FPM.

Mas como esse é o horário do partido, quero trazer à tona o resultado da licitação do metrô de São Paulo, que foi aberta na quinta-feira, deputado Silvio Dreveck.

Durante o governo do candidato à Presidência José Serra, que tanto fala da Erenice Guerra e de tantas outras coisas do governo Lula, foi lançado o edital de licitação do metrô. O mais interessante é que são oito lotes e após o primeiro lote o jornal *Folha de S. Paulo* registrou, antecipadamente, no dia 23 de abril deste ano, os vencedores do leilão que só foi aberto nesta quinta-feira, dando, inclusive, o nome das empresas e tudo mais.

Deputado Genésio Goulart, trata-se de uma obra de 20km, que beira os R\$ 5 bilhões. O candidato José Serra afirma que vai fazer 400km de metrô no país, mas ele não somou ainda e não sabe quanto dá isso, porque com relação ao primeiro lote o primeiro vencedor, o estado de São Paulo já pediu às empreiteiras que revissem os seus custos e elas já reviram. No entanto, no dia 23 de abril, um repórter, a quem parabeno, fez uma gravação que vou pedir para colocarem no ar, falando dos vencedores da licitação. Essa licitação aconteceu anteriormente e no dia 20 de outubro, semana passada, o governador que sucedeu

José Serra abriu os envelopes dando conhecimento do nome das empresas vencedoras.

Então, só observem o que aconteceu com a licitação do metrô do estado de São Paulo, do governador José Serra e do seu vice-governador Alberto Goldman. Eu estou colocando isso para mostrar que nem todos estão certos e que temos que apurar. Isso que ocorreu em uma única obra, da qual um dos coordenadores era o tal do Paulo Preto, aquele que cuidava do Rodoanel, que foi demitido e que sumiu com R\$ 4 milhões, mostra explicitamente o que está acontecendo.

Por isso, por gentileza, peço que coloquem a gravação do repórter.

(Procede-se à execução da gravação.)

Nós só temos que parabenizar Ricardo Feltrin, pois mostrou que é um grande repórter. A *Folha de S. Paulo*, que até então tinha tomado uma postura clara do ponto de vista eleitoral desse pleito, juntamente com *O Estado de S. Paulo*, veio, num momento desses, a dez dias das eleições, mostrar que tentaram fazer a licitação de um metrô para mostrar continuidade. E esse repórter, em abril deste ano, antecipadamente, já sabia quem seriam os vencedores de todos os lotes. O que se estima é que alguns desses lotes tenham valores adicionais que podem chegar a 30% do valor real da obra, deputado Silvio Dreveck.

Logicamente o jornalista não tem bola de cristal, porque essa é uma postura investigativa, deputado Joares Ponticelli. Isso aqui até me lembrou um pouco a terceirização da merenda escolar no estado, acerca da qual nós pegamos o mapa e ficamos sabendo quanto cada um pegou e qual foi o acerto antecipado. Não é muito diferente do caso de São Paulo. A única diferença é que aqui nenhum repórter consignou antecipadamente os vencedores.

Em São Paulo, em 2008, havia sido licitado o primeiro lote, e naquela ocasião houve o questionamento de que quando tinha sido feito esse lote o próprio governo do estado teria pedido às empresas que revissem os valores. E eles foram revistos, mas mesmo assim aconteceu isso.

Assim sendo, distorções acontecem em todos os governos. O caso Erenice Guerra foi uma infelicidade, no caso do Partido dos Trabalhadores, mas o governo tomou posições claras assim que apurou essa questão. Não foi um ato de corrupção, foi uso indevido, na realidade, da estrutura pública por parentes. Agora, esse caso mostra, nitidamente, além de valores, que os vitoriosos eram conhecidos quase sete meses antes das eleições. E trata-se de uma obra muito importante e muito vangloriada por José Serra, que é o metrô de São Paulo.

Então, se todas as obras do Brasil fossem feitas desse jeito estaríamos à beira do caos! Porque numa obra prioritária como essa, num estado como o de São Paulo, não poderia, de jeito algum, acontecer isso que ocorreu na licitação dos trechos do metrô de São Paulo.

Por isso, parabéns à *Folha de S. Paulo*, ao jornalista que ajudou a restaurar a moralidade deste país, num estado que consideramos importante para todos os brasileiros.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.



Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TV Assembleia e ouvintes da Rádio Alesc Digital, como não estive nesta Casa na semana passada, uma vez que estava representando o deputado Edison Andrino, que é o presidente do bloco brasileiro na UPM, deputado Sílvio Dreveck, bloco que v.exa. também integra, não pude, portanto, participar das sessões, mas, pelo que soube, foram sessões em homenagem, em reverência à memória do nosso já saudoso companheiro de partido, colega de Parlamento, deputado Lício Mauro da Silveira.

Eu gostaria que v.exa. estivesse aqui, deputado Flavio Ragagnin, numa outra condição, aliás, tive a oportunidade de passar pelo rodízio que a bancada fez. Mas a vida segue, v.exa. no direito legítimo de assumir o seu mandato, e desejamos que possa concluir nesse período a missão do deputado Lício Mauro da Silveira e que no próximo período, na próxima legislatura, possa o deputado Reno Caramori dar continuidade e levar adiante também as propostas que fizeram do referido deputado um vitorioso nas eleições no último dia 3 de outubro.

Lamentavelmente, por designios de Deus, ele não poderá cumprir aquele mandato legítimo que as urnas lhe outorgaram, mas com certeza o deputado Reno Caramori haverá de incorporar também, através de suas ações, de seus projetos, as ideias e as propostas vencedoras que o deputado Lício Mauro da Silveira debateu com a sociedade catarinense, pois foi compreendido, tanto que teve um resultado positivo.

Como já anunciamos, deputados Sílvio Dreveck e Kennedy Nunes, no sábado, no dia do velório, neste plenário, do nosso caro deputado Lício Mauro da Silveira, conversamos com os deputados que compareceram - vale mais uma vez agradecer pela presença de tantos que suprapartidariamente vieram prestar as últimas homenagens ao referido deputado - sobre a necessidade de se imortalizar o nome do referido deputado nesta Casa. Ele foi, além de um intransigente defensor da Celesc e da Casan, até porque foram empresas nas quais atuou, um professor apaixonado pela causa da educação.

Nessa campanha, deputado Nilson Gonçalves, o *slogan* do deputado Lício Mauro da Silveira era o seguinte: "Educar é crescer junto!" Ele fez toda a sua campanha em cima desse *slogan*, pois estava sempre comprometido com as causas da educação, como v.exas. são testemunhas. Alguns de nós conviveram com ele durante 12 anos, como eu e v.exa., deputado Nilson Gonçalves, alguns há mais tempo, como o deputado Reno Caramori, outros há menos tempo, mas não menos admiradores dele.

Anunciamos naquele dia e estamos formalizando hoje a entrada de um projeto de resolução subscrito por todos os líderes, por todos os membros da Mesa, por todos os deputados, porque essa homenagem não pode ser de um só deputado nem somente da bancada, que era a que ele pertencia. Mas eu senti, na coleta das assinaturas que já fiz, a emoção até dos deputados e o gosto com que assinaram esse projeto de resolução.

Portanto, essa vai ser uma homenagem desta Casa, deste Parlamento para imortalizar o deputado Lício Mauro da Silveira dando o seu nome à Escola do Legislativo, que completará em dezembro dez anos de fundação. Foi fundada na gestão do presidente Gilmar Knaesel, que também fez questão absoluta de assinar, como tantos outros deputados.

Assim, a partir de amanhã estará tramitando esse projeto de resolução. Esperamos que esta Casa dê celeridade para que na Semana da Cidadania, que ocorre na segunda semana de novembro e que a Escola irá promover, já se possa organizar todos os seus documentos com a nova denominação: Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Joares Ponticelli, primeiramente quero parabenizá-lo pela iniciativa, que acho que é extremamente oportuna. Consagramos o nome de um amigo, de um parlamentar exemplar e eternizamos o seu nome nesta Casa através desse projeto.

Gostaria somente que ficasse registrado o meu sentimento de não poder estar aqui no momento em que o seu corpo foi velado nesta Casa. Infelizmente, não estava em Florianópolis e quando cheguei pude apenas e tão-somente acompanhar o féretro na avenida Mauro Ramos, pois o corpo estava sendo levado para o cemitério, juntamente os demais deputados, para dar o último adeus ao deputado Lício Mauro da Silveira.

Fico triste, sentido mesmo, porque ele era um dos grandes amigos que eu tinha nesta Casa, por quem tinha uma grande admiração e respeito. Tive a oportunidade, inclusive, de viajar algumas vezes com ele, momentos esses de muita alegria e felicidade, que vou levar para o resto da minha vida, pois ele era uma pessoa extremamente especial.

Ficam meus sentimentos, meu registro nesta Casa e meus parabéns a v.exa., deputado, pela iniciativa.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-lo, deputado, pela excelente iniciativa de fazer essa homenagem ao deputado Lício Mauro da Silveira, alguém que, sem dúvida alguma, teve muito a ver com a educação, defendendo-a com unhas e dentes, pois a educação do estado de Santa Catarina era a sua vida.

Parabéns pela homenagem prestada ao referido deputado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Quero deixar claro que a homenagem e a iniciativa não são minhas. Não quero a paternidade da iniciativa. Só estou tomando a providência burocrática até na condição de presidente da Escola do Legislativo. Essa homenagem é uma homenagem dos 40 deputados, é uma

homenagem do Parlamento catarinense. Tenho certeza de que essa homenagem é da sociedade catarinense a um grande parlamentar e, acima de tudo, a um grande cidadão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Joares Ponticelli, só quero cumprimentá-lo pela iniciativa, pois foi v.exa. quem iniciou esse processo, que teve uma adesão unânime, com certeza.

Que o nosso saudoso Lício Mauro da Silveira possa ficar na memória daqueles que prezam um dos instrumentos importantes desta Casa, que é a nossa Escola do Legislativo. Ele, que foi educador, mas, acima de tudo, um grande deputado, um parceiro, um irmão de todos nós, teve um tratamento diferenciado na Assembleia e irá fazer muita falta para todos pelos ensinamentos que nos deixou.

Então, quero cumprimentá-lo e dizer que no dia do velório v.exa. já havia colocado essa questão. Eu, na mesma manhã, havia pensado nisso, parece que os nossos pensamentos se cruzaram em algum lugar, em algum plano, no sentido de que o nosso querido deputado ficasse na memória não só desta legislatura, como de todas que haverão de vir, pelos seus grandes exemplos e ensinamentos.

Parabéns, deputado, o deputado Lício Mauro da Silveira deve estar feliz por isso.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel e todos os srs. deputados, essa é a forma de mantermos a memória do deputado Lício presente. Que ele seja luz para todos nós, principalmente para aqueles que têm compromissos com a educação.

Eu, na condição de presidente do PP, quero mais uma vez agradecer, em nome do grande correligionário e companheiro leal que ele era, todas as manifestações de solidariedade pelo passamento prematuro do deputado Lício Mauro da Silveira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, consulto os srs. líderes se podemos votar em bloco as redações finais constantes da pauta de hoje. (As lideranças aquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s.: 0002/2010, 0120/2010, 0134/2010, 0166/2010, 0271/2010 e 0282/2010.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0531/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0532/2010, de autoria do deputado Flávio Ragagnin, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.099/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 1.100/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 1.101/2010, de autoria de deputado Joares Ponticelli; 1.102/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin; e

1.103/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Pedido de Informação n. 0117/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário da Infraestrutura e ao secretário de Desenvolvimento Regional de Seara, solicitando informações sobre quais os estudos viabilizados pelo Deinfra para efetivação do projeto e obra do contorno viário no município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0118/2010, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, a ser enviado ao governador do estado, ao secretário de Infraestrutura e ao secretário de Desenvolvimento Regional da Mesorregião de Concórdia, solicitando informações sobre em qual estágio está o projeto de início das obras de melhoria na SC-463, no trecho que liga os municípios de Jaborá e Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, agradeço, mas já utilizei o espaço do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, há uma semana ocupei a tribuna desta Casa e fiz alguns comentários. Na ocasião referia-me ao porto, que teve um incremento de movimentação bastante interessante, e à BR-280, que continuava na mesma, no aguardo de uma iniciativa esperada há muito tempo. Há muitos anos esperávamos essa tal duplicação. Eu não sei se, coincidentemente ou não, a alguns dias da eleição que vai decidir o rumo deste país, teremos em Santa Catarina a visita de ministros e, se não estou enganado, até do próprio presidente da República, para fazer a tal assinatura da ordem de serviço.

Há quantos anos estamos martelando nessa tecla? Há quanto tempo estamos pedindo, solicitando, elaborando pedidos de informação, indo pessoalmente aos órgãos públicos para tentar de alguma forma viabilizar a nossa BR-280?

E, coincidentemente, faltando três dias para o segundo turno das eleições à Presidência da República, será assinada, finalmente, a ordem de serviço para dar início ao trabalho de duplicação da BR-280, cujas obras, segundo informações, após a assinatura da ordem de serviço e possivelmente no mês de fevereiro, já começarão a acontecer e as máquinas a roncar no sentido de duplicá-la.

É muita coincidência eu diria até que subestimam um pouco a nossa

inteligência, porque estamos há tanto tempo esperando, reivindicando, fazendo reuniões e, de repente, faltando três ou quatro dias para se decidir o segundo turno dessa eleição vamos ter, finalmente, a assinatura da ordem de serviço.

Eu, particularmente, sou sincero. Deveríamos ter, se é que só funciona assim, quem sabe, uma eleição a cada ano, porque assim teríamos também a entrega da ordem de serviço para tantas outras obras que precisamos. Conseguiríamos desembrulhar esses pacotes todos e dar prosseguimento ao desenvolvimento do nosso estado através da assinatura das ordens de serviço, através de inaugurações, através de tanta coisa, não é mesmo?

Contudo, no ano que vem não haverá eleição e teremos que aguardar o início das obras, o roncar das máquinas, a partir de fevereiro.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado Décio Góes, até porque tenho o maior respeito por v.exa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Agradeço imensamente a sua consideração e quero dizer que confio nessa ordem de serviço, até porque o governo não pode parar no período de eleição. Além disso, tenho certeza de que essa obra não será como a via rápida, via expressa, lá de Criciúma, da qual foi dada a ordem de serviço, deputado Valmir Comin, na outra eleição e agora, deputado Nilson Gonçalves, fizeram a mesma autorização de licitação, quatro anos depois.

Mas confio neste governo e com certeza essas obras vão estar com as máquinas roncando logo em seguida da ordem de serviço.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Vamos torcer, deputado Décio Góes, porque precisamos muito dessa obra. Nós, que somos de Joinville, sabemos e sentimos na carne o quanto é necessária a duplicação da BR-280. Não há uma única semana em que não morra alguém naquela rodovia. É impressionante! Quem sabe não aproveitamos também para assinar uma ordem de serviço da BR-470? Quando poderemos ter uma ordem de serviço para a BR-470? Não vai ocorrer até domingo! Vamos ter que esperar até o final do ano.

Deputado Pedro Uczai, deputado federal eleito, vou a Brasília visitá-lo e cobrar de v.exa. isso. Até o final do ano a BR-470 vai sair do papel e quem sabe as máquinas ronquem lá também. Se continuar assim, vamos ver máquinas roncando no ano que vem para todo lado. Vai ser um "ronronar" de máquinas no ano que vem impressionante, uma loucura!

Vamos torcer para que isso aconteça porque, independentemente de questões políticas ou de cores partidárias, queremos ver este país cada vez melhor. Queira Deus que tudo isso que se fala, tudo isso que se planeja, tudo isso que está sendo assinado, torne-se realmente uma grande realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrição para falar o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, permitam-me, com muita honra, vestir a camiseta do nosso glorioso Tigre, deputado Décio Góes.

Foi um prazer muito grande, no sábado próximo passado, às 17h, estar no estádio do Criciúma Esporte Clube, onde tivemos a oportunidade de ir com a família e presenciar a marcação de dois gols, mostrando a competência do nosso dirigente, presidente Antenor Angeloni, de toda a sua diretoria, de todos os parceiros, dos patrocinadores e, acima de tudo, dos torcedores, que atenderam ao chamamento.

A importância do acesso do Criciúma à Série B do Campeonato Brasileiro enaltece toda a região sul. Queremos ressaltar o trabalho desenvolvido pela diretoria atual e, de maneira especial, o trabalho do presidente Antenor Angeloni, que pegou o time numa situação complicada, quase fechando as portas por problemas financeiros, deputado Ronaldo Benedet, e reergueu-o.

Quero parabenizar também o trabalho do técnico Argel e de todos os jogadores, especialmente o atacante Marcos Denner e o meia Roni, que foram os autores dos gols. Queremos enaltecer ainda o goleiro Agenor, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que também representa o sul, que foi o salvador da pátria, foi quem mais se destacou nos momentos mais difíceis, salvando o Criciúma de chutes a gol.

Gostaria de falar um pouco também sobre o investimento pesado que vem sendo feito nas categorias de base. Na sexta-feira os juniores foram campeões do estado diante do Figueirense. E ontem, segunda-feira, os juvenis derrotaram o Joinville e também foram campeões da categoria. Trata-se de um bom momento vivido pelo time desde a base até o profissional.

Precisamos aqui enaltecer e frisar a importância do torcedor virar sócio. Com o chamamento do presidente, que tem muita credibilidade, hoje o Criciúma possui quase dez mil sócios e a meta é chegar a 20 mil.

Eu tive a oportunidade, deputado Joares Ponticelli, no ano passado, de fazer uma viagem governamental à Espanha. Num final de semana tivemos a satisfação de visitar a Universidade de Madri e também o Real Madri. É impressionante como impregnam na essência do cidadão, desde quando nasce, a marca do futebol. A Universidade de Madri fez um curso de gestão em futebol, começando do pré, do ensino fundamental, até a pós-graduação, qualificando os mercados profissionais, formando especialistas e gerando bilhões de dólares e milhares de empregos.

Lá, devido a um sistema integrado, eles têm um banco de dados do hospital pediátrico e quando nasce uma criança, em seguida, o time remete aos pais um kit bebê. A criança cresce com essa formação e abraça a causa por patriotismo. E é esse espírito que precisa ser incentivado no futebol catarinense e brasileiro.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. V.Exa. pegou uma linha de pensamento muito interessante, que é a nova direção do Criciúma. Mas o importante é este momento em que o clube conquista esse título.

Vimos nesta campanha, pela primeira vez, as candidaturas trabalhando pelo sul do estado. Acho que é um grande momento para isso, aquelas porteiros bairristas de divisão das três microrregiões

se romperam nesta campanha. E agora o Criciúma ascende à Série B num grande momento, ou seja, no momento de uma grande unidade do sul do estado.

O Criciúma tem que ter agora a força dos 43 municípios, tem que ter o sul do estado inteiro unido em torno desse projeto, porque a diretoria é séria, o projeto é sério. V.Exa. observa muito bem isso e está sendo feito um trabalho de base muito forte. Não é uma coisa maluca para um campeonato só, não, é um trabalho de quem sabe aonde quer chegar. E no ano que vem, deputado Valmir Comin, com esse trabalho que está sendo feito e com o nosso engajamento, com o engajamento de todo o sul, haveremos de estar comemorando a subida do Criciúma para a Série A.

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço o seu aparte, nobre colega.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputado, rapidamente desejo parabenizar a diretoria do Criciúma, a torcida e toda a equipe porque apresentou um belo espetáculo no sábado e tenho certeza de que vamos obter, até o final do campeonato, uma melhor classificação.

Estamos todos confiantes nessa ideia do deputado Joares Ponticelli de que no ano que vem estaremos todos juntos torcendo para o Criciúma subir para a Série A.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço seu aparte, nobre deputado.

Finalizo dizendo que agora conseguimos o acesso à Série B, vamos brigar pelo título da Série C já no sábado próximo, porque teremos o primeiro jogo das semifinais contra o Ituiutaba, no Heriberto Hülse.

Quero lembrar que o nosso glorioso Tigre foi o único catarinense campeão da Copa do Brasil, em 1991. Também possui outros dois títulos nacionais: campeão da Série B, em 2002; e campeão da Série C, em 2006, sendo o maior clube de Santa Catarina.

Então, esse é o chamamento que fazemos e para nós é um prazer muito grande representar Santa Catarina, de maneira especial, a nossa região e usar esta tribuna para falar de um tema tão importante que com certeza está elevando a autoestima do povo do sul do estado.

Quero dizer que adentrou a esta Casa o Orçamento do estado, para a apreciação das comissões e de todos os 40 deputados.

Só gostaria de ressaltar aqui que em dez anos a arrecadação do estado aumentou oito vezes. Estava, aproximadamente, no mês próximo passado, em R\$ 1,2 bilhão/mês, sendo que o Orçamento ultrapassa a casa dos R\$ 15 bilhões, mostrando a pujança e o espírito empreendedor que tem o povo de Santa Catarina, através das indústrias, das universidades, das exportações, uma vez que o nosso é um estado altamente exportador. Aliás, com 1,1% do território nacional, Santa Catarina é responsável por 5,6% das exportações e 4,7% do Produto Interno Bruto.

Então, realmente é um estado que se diferencia dos demais membros da federação, e para nós é sempre motivo de muita satisfação representar o sul do estado

nesse momento tão especial da discussão do Orçamento de 2011.

Por fim, gostaria de fazer um convite a todos os torcedores do nosso Tigre para que compareçam ao estádio Heriberto Hülse.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até dez minutos

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste nesta tarde, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o que eu vi, hoje, nesta tarde no Parlamento de Santa Catarina? De um lado, deputados da base do governo, do DEM, do PMDB, criticando o governo do estado, que abandonou as SCs. E quem participou da campanha este ano vai entender o que estou falando. Eu cheguei a estourar não só o pneu, estourou a roda e foi para o ferro velho porque não havia como consertá-la. Além disso, não consegui trocar o pneu lá em Matos Costa. A estrada de Caçador a Porto União, o deputado Reno Caramori conhece muito bem e, inclusive, há pouco tempo o governador andou por lá, fez até procissão.

Eu ouvi a base do governo criticando as SCs. Ouvi, por outro lado, o deputado Nilson Gonçalves insinuando, ou falando mais abertamente, que uma ordem de serviço da BR-280 teria característica eleitoreira nesse momento, porque estamos a quatro, cinco dias das eleições.

Eu queria começar o meu discurso falando dos projetos de infraestrutura do governo federal. Mas quero fazer uma terceira colocação: nessa semana que passou, Luiz Henrique da Silveira defendeu a atualização das federais - ele, juntamente com Raimundo Colombo! Não é eleitoreiro, deputado Nilson Gonçalves, defender a atualização, que eles toquem as obras de duplicação da BR-282 e da BR-470?

Vejam que nesses oito anos de Luiz Henrique da Silveira o governo repassou para Santa Catarina R\$ 305.997.000,00 da Cide! Para onde foram esses R\$ 305.997.000,00, porque as SCs estão abandonadas?! Por outro lado, o governo federal, só na BR-282, investiu R\$ 350 milhões em oito anos - São José do Cerrito a Lagoas e São Miguel d'Oeste a Paraíso, além dos programas de revitalização e recuperação. Está em obras o acesso à BR-282.

Então, afirmo: Luiz Henrique e Raimundo Colombo defenderem a atualização é uma falácia! Foi federalizado o acesso de Chapecó à BR-282 para conseguir aplicar R\$ 60 milhões. A comunidade de Chapecó quer que federalizem a estrada de Chapecó a Marechal Bormann porque está abandonada. O extremo oeste quer federalizar a SC de São Miguel d'Oeste a Itapiranga, que é do governo do estado, porque está abandonada.

Quanto à parte estadual da BR-280, deputado Nilson Gonçalves, os deputados da base do governo de Luiz Henrique querem federalizar! Vão mandar agora para o Orçamento da União! O ex-secretário de Infraestrutura de Santa Catarina não fez a parte estadual da BR-280 para que seja federalizada a o trecho Canoinhas/Porto União, porque está abandonada e cheia de buracos.

Em relação à BR-280, deputado Nilson Gonçalves, foi feito todo um estudo antes. Agora está sendo entregue a ordem de serviço, como aconteceu também com a Ferrovia da Integração. Primeiramente foi feito um estudo ambiental. O projeto ambiental, o projeto de viabilidade e o projeto de engenharia já foram feitos. Agora, como o projeto executivo já está concluído, veio a licitação para a construção da obra. Demorou dois, três, quatro anos para elaborar esses projetos para que agora pudesse ser entregue a ordem de serviço. Coincidiu que isso aconteceu a quatro ou cinco dias das eleições. Em São Paulo também coincidiu. A *Folha de S.Paulo* denunciou R\$ 4,5 bilhões de uma licitação fraudulenta no metrô, articulada e organizada por José Serra há seis meses.

Então, precisamos fazer justiça e dizer que continuamos investindo nas BRs em Santa Catarina. Quem acompanhou essa campanha percebeu que as BRs estão sendo modernizadas, recuperadas, recebendo investimentos e que as SCs estão abandonadas! E não é apenas um deputado da Oposição que está falando isso, não! O deputado Onofre Santo Agostini, do DEM, que eleger o seu governador, falou isso hoje aqui. E só falou porque já eleger o governador, caso contrário não falaria.

Eu vim fazer esta fala para dizer que esta década tem que ser a década da infraestrutura no Brasil, juntamente com os programas sociais de crescimento econômico. É preciso investir em portos, aeroportos, rodovias e ferrovias.

Eu, que coordeno a Frente Parlamentar das Ferrovias, estou muito feliz porque já estamos no segundo edital de licitação. Em 1º de dezembro serão abertas as propostas para fazer o estudo básico, que é o chamado estudo de engenharia, de Itajaí a Chapecó. Essa é uma grande conquista para Santa Catarina, pois temos que integrar o estado para além das rodovias, para além da duplicação da BR-280, da BR-470, da BR-282, da BR-101, mas todos esses investimentos - e eu concordo com isso e apoio - são insuficientes.

Santa Catarina vai ser inserida num contexto de desenvolvimento regional, nacional e internacional, social, econômica e estrategicamente, se construir ferrovias. A ferrovia representa transporte mais barato, mais seguro, ambientalmente sustentável, que mantém as empresas na região, atrai novos investimentos e melhora a situação das rodovias. Porque não adianta duplicar, mantêm-se apenas as rodovias como o único modal de transporte. Daqui a dez anos teremos que quadruplicar? Não há sustentabilidade. Temos que construir hidrovias, ferrovias, rodovias e bons aeroportos para o transporte de passageiros e de cargas de alto valor agregado. O transporte aéreo, para altíssimo valor agregado; as rodovias, para médio e baixo valor agregado, dependendo da distância; e as ferrovias, para baixo valor agregado dos produtos. É sustentável e competitivo o transporte ferroviário.

Por isso é que defendo a continuidade desse projeto de implantação e fortalecimento da infraestrutura no país. Eu acho que o presidente Lula nem vai fazer a entrega da ordem de serviço, pois estará em Itajaí inaugurando uma obra. Espero que a imprensa não divulgue que está havendo também campanha eleitoral e que o presidente deveria desmarcar também.

Ao mesmo tempo, a imprensa de Santa Catarina deveria começar a mostrar os

buracos das SCs. O que eu não consigo entender é por que a imprensa nacional e a imprensa estadual, a grande mídia, não mostra os buracos das SCs. Quando existem problemas nas rodovias federais, mostram todos os dias, mas os das SCs não mostram! E há buracos em todos os lugares!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Pedro Uczai, quero cumprimentá-lo até pela preocupação que v.exa. tem com as rodovias estaduais.

Nós não andamos nem de helicóptero nem de avião durante a campanha. Aliás, até percorremos um trecho a cavalo! O trecho de Ibiã e a Tangará fizemos a cavalo, porque a pé era longe e de carro não havia condições. Em Macieira, na SC-451, lá em Caçador, dois ou três dias antes das eleições retomaram as obras. Colocaram um caminhão e uma patrula que estão no posto estacionados.

Mas o problema é que aquele buraco existente no trecho entre Porto União e Ireneópolis, na BR-280, trecho estadual, é uma cratera! Aquilo é um perigo! No jornal *A Notícia* de hoje, ou de ontem, há uma foto. Inclusive, tenho no gabinete algumas fotos e, se der tempo, hoje ainda vou exibi-las para que Catarina tome conhecimento da maneira como Luiz Henrique deixou as estradas.

Isso eu vou fazer parceladamente, porque vão faltar dias neste ano para apresentar todas as rodovias e mostrar o estado em que estão, sem a menor recuperação. Não há acostamento, não há sinalização horizontal e vertical, as estradas estão realmente num abandono total!

Quando falei com governador Leonel Pavan, ele me disse: "Deixaram-me com as mãos amarradas, com o cofre vazio, e eu não tenho condições de continuar essas obras"!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu gostaria que tivéssemos, nesta tribuna, elogios acerca da continuidade das grandes obras do governo do presidente Lula, das obras do PAC em Santa Catarina. Nesses oito anos do governo Lula foram investidos, muito diferente do governo FHC/Serra, em Santa Catarina, R\$ 2,4 bilhões, e isso movimentou a economia do estado.

Temos muito a fazer. Tendo em vista o abandono de 30 anos, gastaremos mais dez anos ainda para recuperar e modernizar as rodovias e ver o trem apitar, porque as ferrovias foram sucateadas e privatizadas no governo anterior.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, realmente hoje, terça-feira, é um dia para falar de estradas, até porque estamos voltando das nossas bases. O fim de semana passamos nas nossas bases, pois lá trabalhamos, deputado Pedro Uczai, e andamos pela nossa região verificando a situação das estradas federais, estaduais e municipais.

Com relação às estradas municipais, até devo dizer que algumas, em convênio com o governo do estado, a prefeitura está executando, mas o que me assusta, sr. presidente, são as estradas

estaduais. E elas não são tantas assim. As estradas feitas nos governos de Jorge Bornhausen, Esperidião Amin e Antônio Carlos Konder Reis estão abandonadas. No governo de Paulo Afonso foram feitas muito poucas, porque ele pegou o BID II, na época, e concluiu algumas e abandonou outras. Mas mesmo aquelas iniciadas há oito ou dez anos no governo de Esperidião Amin e que já carecem de reparo estão abandonadas.

E começo citando como exemplo a famosa SC-302, que liga Caçador, Calmon, Matos Costa e Porto União. Deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão, é uma vergonha! Quando há um buraco e cai uma caçamba que transporta areia, eles fecham aquele buraco. Mas para um Fusca e outros carros, eles deixam abertos os buracos, que não há problema. Essa é a reclamação que temos que fazer, porque não é possível! Quem conhece aquela rodovia sabe disso! Nós recebemos telefonemas de pessoas de outros estados, que sabem que somos deputado e usamos muito aquela estrada, dizendo: "Mas, deputado, que barbaridade"!

Além disso, deputados, aquela é uma estrada que deveria ter uma conservação prioritária porque ela integra o Rio Grande do Sul, subindo Concórdia acima. A outra estrada que sai de Piratuba, passa por Marcelino Ramos, atravessa a ponta do estado, vai ao Paraná e retorna a Santa Catarina pela BR-280, que também está num estado lastimável de conservação. A estrada que liga Caçador, Lebon Régis e a BR-116 é uma piada. Lá há uma ponte que parece que houve um tiroteio! É uma barbaridade a situação! O mato tomou conta! Quando veio a geada no inverno, matou o mato, mas agora ele está ressurgindo. Eu tenho medo de que lá se crie algum bicho silvestre. E alguém até pode ser processado! Pode haver um acidente, a pessoa acabar matando um bichinho e daí vir o problema ecológico. E tudo isso porque a ponte está no meio de uma capoeira. As laterais de proteção já não existem mais na maior parte da ponte. E estou falando só da minha região.

Agora vou falar das estradas Tangará/Videira, Tangará/Ibicaré e Tangará/Ibiã. Deputado Flavio Ragagnin, eu aconselho o seguinte: quem quiser fazer um rali, que faça esta viagem: Tangará/Ibiã/Campos Novos, mas com tempo! É necessário que a pessoa leve um revirado de feijão porque senão morrerá de fome para fazer o trecho todo.

Alguns dias antes da eleição - e eu vou trazer este assunto na semana que vem -, jornais de Caçador estampavam a seguinte manchete: "Governo do estado recomeça a estrada que liga Macieira ao Km 30 na SC-451". Realmente, aquela estrada está em estado lastimável na interseção com a BR-153. Inclusive, já solicitamos a construção de um trevo porque é um trecho muito perigoso. O caso é que depende também do DNIT e estamos em contato há muito tempo, já existe um projeto e brevemente será executado aquele trevo.

Como dizia, alguns dias antes das eleições colocaram uma patrolazinha e um caminhãozinho velho - que estão encostados lá no posto de Macieira -, dizendo que retomariam as obras daquela estrada. Mas faz sete anos, srs. deputados, que iniciaram politicamente a obra!

Um amigo meu, que é do PMDB, comprou um automóvel novo e disse: "Deputado Reno Caramori, agora, sim, com um carro novo e o asfalto vai ser uma beleza"! A estrada acabou com o carro! O

carro dele está bom é para o ferro-velho! Como ele está há sete anos transitando diariamente naquela estrada, porque faz aquele trajeto todos os dias, ela já demoliu o carro dele. E a estrada tem apenas 5km de asfalto num trecho de 19km.

Então, isso é menosprezar o cidadão de Macieira. E vão ver quantos votos eles fizeram lá ainda! Eu não estou entendendo essas coisas! Parece que um negócio assim é complicado!

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Ouço v.exa. porque na sua região também existem alguns precipícios.

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - Deputado Reno Caramori, quero reforçar a sua indignação dizendo que com relação à SC-463, estão agora iniciando uma restauração, um tapa-buracos. Quanto tempo v.exa. acha que durará isso? Seis meses, no máximo.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É apenas paliativo!

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - Então, não se toma uma atitude definitiva para fazer com que a rodovia seja realmente restaurada.

E o problema não é só de restauração. Há poucos dias percebi que duas rodovias, aquelas rodovias novas de acesso a municípios, já estão carecendo de restauração. Então, veja o que poderá acontecer daqui a pouco. Nós vamos ter que restaurar as novas e as velhas ainda não foram recuperadas.

Mas outro assunto muito sério e que acho que temos que levar em conta é o seguinte: hoje o pessoal que transporta produtos das agroindústrias e que investe um patrimônio muito grande em cima de um caminhão está reclamando e dizendo que, se a estrada fosse boa, quase pagaria a prestação do caminhão. Então, com esse tipo de estradas que temos, v.exa. já pode imaginar o que está acontecendo.

Então, acho que isso tem que ser muito bem pensado, acho que é importante fazer um apelo ao novo governo para que pense com mais seriedade, pois não se pode construir estradinhas apenas para fazer política.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Isso é uma realidade. Eu dizia e já repeti por várias vezes aqui, que tinha pena do meu amigo Leonel Pavan quando assumiu o governo. Pena no sentido de vê-lo humilhado pela situação em que recebeu o estado. Essa é a grande verdade, pois conhecemos o nosso estado e ninguém duvida do que estou dizendo, porque conheço todas as rodovias estaduais. As federais também deixam a desejar, mas já melhoraram muito. A BR-282 está uma beleza, a BR-101 está pererecando, mas esperamos que chegue a bom termo.

Eu diria agora, inclusive, governador Leonel Pavan, que tenho muito mais pena do futuro governador Raimundo Colombo. Se nesses sete anos o Orçamento cresceu oito vezes, esperamos que cresça um pouco mais, porque o futuro governador Raimundo Colombo terá muito o que fazer para recuperar as rodovias de Santa Catarina, pois sem estrada não se vai a lugar nenhum.

Dizia o meu amigo Antônio Carlos Konder Reis que governar é encurtar distâncias. Isso porque ele construía rodovias e assim deu seguimento aos governos de Jorge Bornhausen e de Esperidião Amin, que foram os governadores

que mais fizeram estradas em Santa Catarina. Inclusive, faremos um resumo oportunamente para mostrar quem é quem de acordo com o orçamento e as obras realizadas em cada governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, serão as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da sessão de amanhã:

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s 0283/2010 e 0437/2009.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã a hora regimental.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2010

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - André Dadam - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discorre sobre sua visita a Dionísio Cerqueira e investimentos no oeste catarinense.

**DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN** - Aborda os problemas da SC-463 e da BR-283.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Comenta a necessidade de pista dupla em rodovias do oeste.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Refere-se à eleição presidencial.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Registra a onda de assaltos que estão ocorrendo na capital e região.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Parabeniza a TVAL pela passagem dos seus 11 anos de existência; comenta o processo de eleição da nova Mesa Diretora.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Registra sua participação na II Conferência Nacional para o Desenvolvimento e Aplicação de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Refere-se ao Código Ambiental.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Aborda a descentralização adotada pelo governo estadual.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Comenta a onda de assaltos que vêm ocorrendo no estado.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (aparte) - Reporta-se ao problema da impunidade dos criminosos.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Registra a visita do presidente Lula ao estado para inauguração do Berço 3 do Porto de Itajaí.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Refere-se à pavimentação de trecho da SC-453.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Comenta a eleição para Presidência da Casa.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Registra seu apoio ao deputado Gelson

Merisio na reeleição para presidente da Casa.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Porto União.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Declara o apoio da bancada à recondução do deputado Gelson Merisio à Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital, quero primeiramente registrar que ontem não pude estar presente na sessão por ter ido ao município de Dionísio Cerqueira participar de um grande evento regional do extremo oeste catarinense, principalmente da região fronteira, onde prefeitos e lideranças se reuniram por dois motivos.

Houve a realização do 10º Seminário Municipal de Produção de Leite, em Dionísio Cerqueira, com um grande número de agricultores familiares presentes. A segunda atividade foi relativa à assinatura de contratos e investimentos para o município de Dionísio Cerqueira que vão atender toda a região. Mais de R\$ 5 milhões obtidos junto à Caixa Econômica Federal serão destinados à melhoria do hospital do município, deputado Genésio Goulart, e também a obras de habitação, de calçamento, de asfaltamento, e haverá outros grandes investimentos por articulação do prefeito Altair, que é o coordenador do Consórcio Intermunicipal da Fronteira.

Então, esse é mais um investimento importante para melhorar a condição de vida do povo de Dionísio Cerqueira e de toda a região do extremo oeste catarinense.

No seminário nós também estivemos com um dos palestrantes, uma liderança importante da França, o francês e engenheiro agrônomo Michel Brocard, que viaja o mundo divulgando a produção leiteira, o gado, os animais e discutindo o futuro da

agricultura familiar nas pequenas propriedades.

Eu também estive no ano passado na França, na Feira Internacional do Gado Montbeliard, que é uma raça que combina a produção de leite e a produção de carne, e está entrando via inseminação artificial também neste estado. E Dionísio Cerqueira está fazendo um trabalho muito importante na produção de leite com vacas que vieram da França da raça *Montbeliard*.

Então, foi um belo seminário, um belo ato, que contou com a participação extraordinária da população de Dionísio Cerqueira, de lideranças, de prefeitos, de sindicalistas, de movimentos sociais, enfim, de todo o oeste catarinense.

Ontem, além dos investimentos conseguidos para a melhoria da condição de vida do povo daquela região, realizamos outro sonho. Uma luta antiga está-se realizando com a ida do governador à comunidade de Bela Vista, no município de São Carlos. Trata-se de mais de 5km de asfalto ligando o município de São Carlos a Cunhatai, que também vai fazer a ligação com o município de Saudades. Eu não pude estar presente no ato porque estive em Dionísio Cerqueira no mesmo horário da assinatura.

Participamos de vários momentos de mobilização, pois a comunidade já reivindicava há muitos anos essa obra, e inclusive fizemos atos políticos naquela mesma comunidade de Bela Vista.

Trata-se de uma importante obra para o desenvolvimento da região, para o transporte dos produtos agrícolas, pois é uma região que produz muito. Vai encurtar caminhos também e o custo do transporte para quem roda e viaja naquela região.

Então, com certeza, esse investimento precisava ser feito. Assim, junto com os investimentos federais, os recursos da Cide que estão sendo distribuídos desde 2004, o governo do estado tem condições de fazer esses acessos tão necessários, tão esperados, dando aos municípios dos pequenos municípios o direito a um acesso digno na sua cidade.

Houve um investimento, de 2004 a 2009, de mais de R\$ 130 milhões no oeste catarinense, e são recursos que vêm do governo federal via governo do estado e têm contribuído decisivamente para esses acessos, deputado Moacir Sopelsa. Municípios como Arvoredo e outros tiveram os seus acessos concluídos, e agora estamos na reta final do término dessa obra de Saudades ao município de São Carlos.



Quero registrar a satisfação de ter participado dessa luta e de ver, no dia de hoje, Santa Catarina contemplada com esses investimentos. Também congratulo o presidente Lula, que cumpriu a palavra. Ele tinha assumido o compromisso de estar em Santa Catarina inaugurando mais um estaleiro do porto de Itajaí, destruído pelas enchentes. O segundo estaleiro já está pronto e foi inaugurado no dia de hoje.

Também realizamos um sonho, uma luta muito grande, o trecho da duplicação da BR-280 que passa por Jaraguá do Sul. Trata-se de uma reivindicação muito grande e este é o novo Brasil que se vem construindo com grandes investimentos em rodovias, que eram lutas antigas e históricas nossas, como o término da BR-282, de Campos Novos, divisa da Argentina e Paraíso, e agora da BR-280.

Então, este novo Brasil vem-se desenvolvendo, vem crescendo e dando condições para as pessoas comprarem um carro, para o pobre, o assalariado também poder comprar um carro.

Também há a questão dos aeroportos, da passagem aérea. De fato, também foi um compromisso de campanha do presidente Lula popularizar o transporte aéreo no Brasil. Isso se tem visto hoje pelo Brasil afóra.

Mas, é claro que as nossas rodovias precisam de duplicação, precisam ser estruturadas para dar conta desse crescimento, e este ano vamos crescer mais de 7%. Então, o grande desafio que temos, deputadas e deputados, é fazer investimentos.

Na semana passada saiu a licitação do projeto técnico da ferrovia de Itajaí a Chapecó, do projeto de viabilidade técnica até Dionísio Cerqueira. Então o país volta numa perspectiva muito positiva, inclusive investindo em ferrovias, uma necessidade que os governos passados tinham abandonado, pois tinham privatizado as ferrovias.

Hoje há menos ferrovias do que existia 20, 30 anos atrás. É uma necessidade para qualquer país que quer crescer e desenvolver-se, fazer investimentos em ferrovia.

Eu ouvi inclusive representantes de entidades, associação comercial, cooperativas do oeste catarinense, falando da importância das ferrovias. E o governo federal, o presidente Lula vem trazer de volta essa expectativa. Agora, as entidades, inclusive, podem se mobilizar, discutir, fazer investimentos em grandes obras.

Estamos muito animados, pois Santa Catarina jamais viu tanto investimento neste estado, como houve em Dionísio Cerqueira, como houve aqui na questão dos acessos asfálticos. O governo federal tem uma participação ativa nesse investimento, porque até 2004, deputado Sargento Amauri Soares, os recursos da Cide, do imposto sobre os combustíveis ficava todo concentrado no governo federal, e hoje 30% desses recursos estão sendo repassados para os estados e municípios.

Isso tem dado condição para que os municípios e os estados possam investir em infraestrutura, principalmente em termos de asfaltamento, acessos e melhoria dentro das próprias cidades.

Então, esse é um momento muito importante e positivo que nós precisamos comemorar.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Flavio Ragagnin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, quero dar sequência ao assunto que o deputado Dirceu Dresch comentou há pouco. Agora pela manhã, li uma reportagem do presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, se não me falha a memória, retratando justamente o assunto rodovias e ferrovias da região oeste.

Quero acompanhar e descrever, deputados Reno Caramori e Moacir Sopelsa que conhecem muito bem a situação das nossas rodovias e das necessidades que existem lá no oeste de Santa Catarina, os problemas da SC-463 e vou insistir na questão de Jaborá a Concórdia, que é aquele trecho que está recebendo um trabalho de tapa buraco. Não é essa a solução, sem dúvida nenhuma, porque dentro de 60 a 90 dias vamos ter problemas novamente nessa rodovia devido ao excesso de carga pesada que trafega naquele trecho. Mas de qualquer forma, fazendo esse trabalho de recuperação de tapa buraco nessa rodovia, damos uma melhorada por um determinado tempo, mas daqui a pouco voltam os problemas e as críticas.

Prestei bem atenção no discurso do novo governador, Raimundo Colombo, que diz que vai pensar muito no ser humano. E eu agora fico pensando na questão do motorista de caminhão, no proprietário da carreta e repito que o motorista de caminhão, hoje, tem que trabalhar diuturnamente, fora de hora; sabemos que ele não consegue cumprir o que está na legislação porque tem que pagar a prestação do veículo para sustentar a sua família.

Deputado Genésio Goulart, qual é a perspectiva hoje de um proprietário de carreta, de caminhão a não ser trabalhar um bom tempo, sustentar a família e depois pensar na aposentadoria? Agora vão dizer a ele, depois de um determinado tempo de trabalho, de 25 a 30 anos, quando está com a vida mais ou menos segura, tranquila, que fez seu pé de meia, que está enganado? Não dá! Acho que o ser humano deve ser respeitado, e temos que pensar muito sobre o assunto.

Volto a falar da SC-463 e vou até Itá, deputado Reno Caramori, onde existe um trevinho que não tem nenhuma possibilidade de ser chamado de trevo, é um descanso para o pessoal que atravessa a BR-283. E nós ontem fizemos uma indicação para que haja um estudo sobre esse trevo que dá acesso a Itá.

Ao sair do trevo de Itá, de Concórdia a Seara, chega-se a uma empresa que tem aproximadamente 200 a 300 funcionários, e há necessidade também de trevo naquele trecho para proteção dos pedestres e dos motoristas, por isso esse assunto é importante.

Mas falando da BR-283, de Seara a Concórdia e vice-versa, ela foi construída em 1976, à época do governador Antônio Carlos Konder Reis, e de lá até agora essa rodovia não recebeu nenhum tipo de reparo ou revitalização, e o acostamento está lá que é uma vergonha de se ver. Imaginem o volume de trânsito que passa por Chapecó, Seara e Concórdia. O trecho que o pessoal de Xanxerê usa para chegar a Seara é a menor distância para ir ao Rio Grande do Sul. Esse

trecho, durante 34 anos, nunca sofreu nenhum tipo de revitalização. Quando chegamos a Seara não existe contorno viário da 283 para atravessar o município. Assim, para ir a Chapecó, Xanxerê e ao Rio Grande do Sul, temos que passar por dentro da cidade, o deputado Dirceu Dresch conhece.

Estamos pedindo oanel viário de Seara, que liga Rio Grande do Sul, Itá, Seara, Xavantina, Xanxerê e Paraná. A rodovia da morte com acesso a Seara já causou inúmeros acidentes.

Essa é a razão da apresentação do pedido de informação para que, mais uma vez, se pense na elaboração desse contorno viário.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentá-lo e dizer que é a primeira vez que estou aqui ouvindo o seu pronunciamento. Quero parabenizá-lo e dizer que pode contar com este deputado na parceria desta luta.

Nós andamos muito nestas rodovias de Seara, Concórdia e de toda região. Precisamos pensar seriamente, deputado Flavio Ragagnin, na estruturação das rodovias estaduais, e está havendo isso nas rodovias federais também.

Há poucos dias terminamos o trevo do distrito de Juvêncio, agora já temos Palmitos, Maravilha, as perimetrais, preparando o crescimento e a duplicação no futuro.

É necessário fazer pista dupla em vários lugares, por exemplo, de Chapecó a São Lourenço, porque cada vez mais há caminhões nas estradas e os carros pequenos ficam atrás e, por isso, às vezes acontecem os acidentes. Então, há necessidade de elaborarmos um grande projeto, principalmente de terceira pista nas principais subidas, porque os acidentes aumentam e o trânsito fica mais pesado.

Quero cumprimentá-lo, deputado Flavio Ragagnin, e dizer que somos companheiro nesta caminhada, nesta luta, para levantar uma grande bandeira no oeste, porque é preciso ter investimentos para a região poder crescer. O oeste precisa crescer, pois é onde há uma demanda muito grande de transporte dos produtos agrícolas.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Continuando, com relação ao trecho de Seara a Chapecó, é aquilo que o deputado acabou de dizer. Quando saímos de Seara, se encontrarmos caminhões carregados numa subida ou em qualquer trecho da estrada, o veículo menor tem que perseguir o caminhão por cinco a dez quilômetros para fazer ultrapassagem, atrasando todo o transporte. Sem falar fora na insegurança, pois não há acostamento. Se formos analisar, vamos ver que é uma vergonha a rodovia de Seara a Chapecó não ter nem acostamento. Não pode, é preciso que se faça a revitalização.

Deputado Genésio Goulart, o discurso de Raimundo Colombo foi sobre o ser humano, mas agora o perigo, na minha maneira de entender, são as grandes indústrias como a Seara Alimentos, a Cooperalfa, a Chapecó, a Sadia, de Concórdia, enfim, todas as empresas que fizeram grandes investimentos, daqui a pouco mudarem-se para o centro do país porque lá há mais facilidades. E o que será do nosso oeste sem essas agroindústrias? O perigo é muito grande!

Eu acho que temos que fazer essa análise, pensar muito sobre o assunto. Só

em Seara existem três mil funcionários que trabalham com frangos e suínos. Imaginem se essa empresa se transferir para outro local, o que vai acontecer com o município? O que vai acontecer com aquelas pessoas que hoje recebem um salário digno para colocar comida na mesa, pelo menos, para sustentar a sua família.

Então, é um assunto para ser pensado, não vou permanecer nesta Casa por muito tempo. Por isso, solicito a todos os deputados que pensem seriamente sobre esse problema do nosso oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, servidores do Poder Legislativo, gostaria de, nesta semana que antecede o segundo turno, falar sobre a eleição presidencial.

Há duas semanas já falamos a respeito do perigo por que passamos, e talvez ainda estejamos passando, pois questões que até aqui a sociedade brasileira tratava com tranquilidade, como o respeito aos diferentes credos religiosos, como o respeito à orientação sexual de cada pessoa, como o respeito à livre manifestação de pensamento, de repente nesta campanha virou pauta que estava ou ainda está no centro do debate. Isso, além de não ser correto, traz alguns perigos e a possibilidade de alguns acirramentos em torno da sociedade brasileira.

Estava falando dessas questões e da necessidade de superar isso, ou seja, de não "fulanizar" essas questões importantes que são de fundo filosófico e cultural da sociedade brasileira, mediante um processo eleitoral. Refletindo sobre isso, tenho falado para algumas pessoas que tanto Dilma Rousseff quanto José Serra nessas questões são bastante parecidos.

Ataca-se Dilma Rousseff por ter feito parte da luta armada na década de 60. Mas Serra também não era ou ele não pertenceu à Ação Popular, que foi um grupo que pegou em armas durante a ditadura militar? Mas sobre a questão religiosa, casamento homossexual e aborto Dilma Rousseff e José Serra pensam a mesma coisa. Então, seria desonesto e injusto fazer uma campanha acusatória, quando na verdade os dois candidatos, nesses aspectos, são muito parecidos.

Mas vim manifestar-me sobre questões que considero mais importantes nesse processo eleitoral do que essas, ou questões que por serem tão sérias e delicadas não devem ser "fulanizadas" num processo eleitoral.

A religiosidade, a ideologia, a convicção filosófica de cada pessoa não deve ser "fulanizada" no processo eleitoral, caso contrário poderemos criar acirramentos que levem a conflitos pelos quais não precisamos passar. Temos tantos conflitos, mas por alguns não precisamos passar. E esses são alguns deles.

A primeira questão, é que o PDT está coligado desde o primeiro turno com a candidatura de Dilma Rousseff, inclusive o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, é o ministro do Trabalho e Emprego desde o começo do segundo mandato, desde o começo de 2007. Esta foi uma decisão da

convenção nacional realizada na cidade de São Paulo.

Mas quero falar sobre outras questões que considero sejam mais importantes do que esta que tenho falado até aqui em relação a esse processo eleitoral, que é a posição da corrente comunista Luiz Carlos Prestes, organização política da qual faço parte, e que tem como decisão nesse segundo turno votar em Dilma Rousseff, com a compreensão, inclusive que, às vezes, nos debates acontecidos nos meios de comunicação os dois candidatos têm razão. Ficam se acusando mutuamente, mas os dois estão certos. Um quer privatizar mais, a outra quer continuar privatizando a conta gotas. Talvez em alguns momentos os dois tenham razão.

É preciso avaliar, sim, que o programa nacional de desestatização de Fernando Henrique Cardoso, à época em que José Serra era ministro do Planejamento, não foi negado na era Lula. O que foi negado politicamente foram os acordos internacionais assinados por Fernando Henrique Cardoso, e não foram rompidos ou questionados pelo governo Lula e pela ministra Dilma Rousseff. Tanto é que desta tribuna deputados do PT vêm falar que existe pedágio na BR-101 e na BR-116 porque era contrato lá do governo Fernando Henrique. É verdade!

O pagamento dos juros da dívida externa e interna continuou. O leilão de poços de petróleo também. Então, quando José Serra acusa de terem continuado, é verdade, talvez diminuíssem a intensidade, a voracidade e forma de fazer, mas os contratos anteriores com o monopólio, com os minifúndios e com o imperialismo foram e estão sendo continuados.

Na essência, no centro, no miolo da coisa, as duas candidaturas, como diria e disse em alguns debates Plínio de Arruda Sampaio, estão no mesmo horizonte de afirmação e de consolidação da ordem social, econômica e política estabelecida e capitalista, naturalmente. Plínio disse isso bem certo, estão no mesmo horizonte.

Há diferença entre as duas candidaturas? Evidente que sim, embora reafirme o que falei sobre a questão da dívida externa, do orgulho que o governo tem por ela ter sido paga. Na verdade não foi, ela foi transformada em dívida interna e o poder público brasileiro continua pagando juros e mais juros para os monopólios instalados aqui. Dinheiro que com certeza daria para resolver a maioria e os principais problemas na área da educação, da segurança, da saúde e do saneamento do povo brasileiro. Mas as duas candidaturas são diferentes na intensidade, meu caro Nauro, líder do movimento popular de Santa Catarina.

Então, o voto em Dilma Rousseff é uma necessidade no sentido da importância e da necessidade de derrotar José Serra, que seria o retorno a uma situação mais aguda, mais privatizante, mais escorchante em termos de retirada de direito.

O governo Lula destinou, sim, mais dinheiro para o fortalecimento do serviço público na área da educação e várias outras, mas aceitando o modelo de organização de ensino superior e técnico, que é o padrão da meritocracia tão exigido também pelos monopólios.

Então, há diferença de intensidade e nós orientamos e defendemos o voto em Dilma Rousseff no próximo domingo, como forma de evitar o retrocesso daquelas forças mais reacionárias e conservadoras da

sociedade brasileira ao governo central do país, colocando em risco questões importantes como o pré-sal, colocando em risco inclusive uma posição pelo menos um pouquinho mais soberana na questão da política internacional na relação com o mundo, com os outros...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, há pouco recebi a visita, em meu gabinete, de um joinvilense, na verdade de um atleta joinvilense, o lutador de boxe mais conhecido por Alazão. Ele me contava que quando estava chegando a Florianópolis havia, na ponte, uma barreira que estava parando todo mundo. Pararam-no, mandaram-no erguer os braços e colocar as mãos no capô, revistaram-no e coisa e tal. Acabaram reconhecendo-o, porque ele é um atleta, um lutador de boxe bastante conhecido em Santa Catarina e fora do estado também. Mas explicaram a ele que estavam fazendo essas barreiras para poder coibir ou minimizar a onda de assaltos que acontecem em Florianópolis e também nas cidades vizinhas.

Nesses últimos dias, tem-se intensificado de maneira bastante forte a questão dos assaltos a estabelecimentos comerciais na nossa capital. Hoje, pela manhã, ouvia um dos comandantes da Polícia Militar comentar que o problema da segurança pública tomou uma dimensão muito maior do que os limites apenas da Polícia Militar. O problema da segurança pública tornou-se de cunho social e para achar uma solução para esse problema seriíssimo teriam que estar envolvidos todos os segmentos da sociedade organizada. Todos, exatamente todos, e não deveriam debitar apenas e tão somente à Polícia Militar a responsabilidade para resolver esse problema, até porque ela não tem como resolver. Ela tem como coibir determinadas situações e não pode fazer milagres.

A situação que vemos hoje, em Florianópolis e na região, segundo o conhecimento que temos, é que quando o tráfico de drogas flui normalmente na capital e nas cidades vizinhas, e aqui com muito mais redundância porque é a capital do estado, é porque é o local onde acontecem eventos de toda ordem e de toda forma e porque a droga é companheira dessas ocasiões.

Mas quando a polícia repreende de forma ostensiva essa questão que está acontecendo agora, por exemplo, em que a polícia desbaratou pelo menos umas três ou quatro quadrilhas de traficantes aqui da região e fez a apreensão de drogas, que eu diria até bastante grande, esse pessoal migra para outro tipo de delito. Por quê? Porque eles não estão conseguindo vender o seu produto que é a droga. Como eles não estão conseguindo vender drogas por conta da repressão forte da polícia, eles migram para outro tipo de delito para fazer dinheiro, porque têm dívidas. E nesse submundo o cara deve R\$ 5,00, R\$ 10,00, R\$ 100,00 ou R\$ 10 mil é a mesma coisa. Se não pagar, paga com a morte, paga com a própria vida. Perde a vida, porque não há conversa nesse submundo, não há meio termo.

Então, o que eles fazem quando se vêem pressionados por conta da repressão dos policiais em cima das drogas? Eles migram para outro tipo de delito. E aí começam a se suceder assaltos a estabelecimentos comerciais com muito mais redundância, com muito mais incidência do que normalmente se vê. E é isso exatamente o que está acontecendo em Florianópolis e também nas cidades vizinhas à capital.

Esses mesmos elementos estão migrando para outro tipo de atividade, enquanto a polícia está nessa repressão. Na hora em que ela der uma afrouxada, na hora em que der uma acalmada na questão das drogas, eles voltam ao seu lugar comum e passam a verter dinheiro através das drogas. É uma situação que não é novidade para mim que conheço bastante esse segmento, trabalho com isso há pelo menos 30 anos e convivo quase que diariamente com esse tipo de problema.

Eu tenho, em Joinville, há pelo menos 20 anos, um programa de televisão e há 30 anos um programa de rádio, de cunho policial; temos repórteres todos os dias em delegacias; temos repórteres todos os dias convivendo com policiais militares e policiais civis e lá acontece exatamente a mesma coisa que aqui em Florianópolis, ou seja, se a polícia faz a repressão em determinado segmento da criminalidade, ela migra para outro local. Pressionou lá, ela migra para outro local, e assim vai. Porque na cadeia mesmo ficam apenas 30%. Até porque, se ficassem presos todos os elementos que a polícia prende diariamente, não teríamos presídios suficientes para manter essa turma lá.

Então, é uma situação muito complicada, é uma situação que envolve toda a sociedade organizada, não só a polícia, como todos os segmentos organizados da sociedade que precisam ter um envolvimento nisso para se achar uma solução.

Mas o cerne do problema está nas drogas, começa tudo nas drogas. E agora muito pior ainda, porque nós temos o *crack*. Até não muito tempo atrás a droga mais pesada que víamos por aí era a cocaína. No meu tempo era maconha, LSD, essas coisas todas dos anos 70. Fumava-se um baseado e todo mundo ficava muito *down*. Então, era o LSD, as bolinhas, cheirava-se as bolinhas arrebetadas no lenço e todo mundo ficava *down*. Hoje, não. Até pouco tempo era cocaína e agora é o *crack*. E o *crack* é o grande negócio do traficante, porque basta apenas e tão somente uma experimentada ou no máximo duas vezes para ter ali um cliente perpétuo, um cliente para sempre, um refém seu.

E é por isso que a coisa se alastrou. Tanto que o *crack* hoje já entrou também na classe média e na classe alta. Antes o *crack* era a droga do pobre, do pé de chinelo, daquele que não tinha onde cair morto. Agora o *crack* migrou para a classe média e para a alta sociedade, porque faz a vítima no seu primeiro ato e a partir daí adeus. Então, essa é a situação.

Eu tinha outros três assuntos para tratar, mas acabei envolvido com esse assunto que certamente preocupa todos nós que temos filhos. No meu caso, me preocupo mais com os meus netos. Eu já tenho um neto com 15 anos e mais duas netinhas que estão entrando na adolescência. Eu pensava que quando criasse os filhos já não teria mais problema, mas aí vem a preocupação com os netos. Esse é o problema, não é, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela Rádio Aleesc Digital e pela TVAL, visitantes - eu vejo aqui o suplente de vereador de Rio Rufino, o Renatinho, juntamente com o sr. Amilton, o seu pai, e queremos saudar, em seu nome, toda a população daquela cidade -, eu também queria dar uma saudação especial ao nosso serviço de comunicação, a TVAL, que completa hoje ou está completando esta semana 11 anos de trabalho.

A TVAL chega com o seu sinal há 18 cidades e pela internet chega a praticamente todas as cidades de Santa Catarina. E certamente a grande reputação que tem o Poder Legislativo de Santa Catarina deve-se ao trabalho que cada um faz. Esta Casa é a caixa de ressonância de toda a sociedade, pois cada um de nós traz aqui e encaminha a sua solução, mas a sociedade precisa e sabe do nosso trabalho, porque nos vê trabalhando lá nas nossas comunidades, nas nossas cidades. E os que não nos vêem sabem do nosso trabalho através da Rádio Digital Aleesc, através da TVAL, enfim, através dessa grandiosa equipe que a Assembleia tem e que divulga os nossos trabalhos.

A boa reputação do Legislativo de Santa Catarina também se deve a quem conduz isso tudo. Nós últimos anos, nós pudemos acompanhar aquele vendaval que ocorreu no Legislativo do Rio Grande do Sul, o tufão que ocorreu no Legislativo do Paraná, as coisas do próprio Congresso Nacional e aqui vemos o bom resultado, pois o trabalho de cada um dos deputados é divulgado pela TVAL e pela Rádio Digital Aleesc, e a população catarinense se orgulha do nosso trabalho, do trabalho que nós fazemos.

Mas quero destacar aqui uma figura importante, que é justamente a Mesa Diretora dos trabalhos. E os parlamentares - isso já ocorre aqui há anos, muito antes de eu estar aqui -, na hora de escolher a Mesa, privilegiam muito mais a sociedade, a democracia como um todo do que algum partido. Buscam, em primeiro lugar, o respeito à Assembleia, porque se esta Casa é de todos os catarinenses não pode ter a supremacia deste ou daquele partido. Nesse sentido, tivemos uma reunião há pouco com a bancada eleita do PSDB - vejo aqui os deputados Dado Cherm, Nilson Gonçalves, André Dadam, Marcos Vieira, Gilmar Knaesel, Adilor Guglielme e eu, naturalmente -, buscando esses entendimentos com outras bancadas, para que esse processo de escolha privilegie, acima de tudo, a democracia, a sociedade e o trabalho de todos.

Tivemos a primeira reunião exatamente com a bancada do DEM, com os nossos companheiros de campanha, de eleição e fomos vitoriosos tanto no lado do Legislativo quanto do Executivo.

Srs. deputados, escrevemos aqui há seis mãos uma nota que iríamos divulgar à imprensa.

Diz a nota:

(Passa a ler.)

"Em reunião da nova bancada eleita do PSDB com e Democratas, debateram profundamente a conjuntura do Legislativo, buscando entendimentos para balizar a escolha da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos Legislativos da nova legislatura que está por iniciar em fevereiro.

O PSDB vê o processo de escolha de toda nova Mesa Diretora com muita responsabilidade, posto que nesta Casa ecoam os clamores de toda sociedade, sendo necessário prestigiar a vocação democrática, ao invés da exaltação partidária.

Trabalhamos pela valorização deste princípio, por isso, buscamos a unidade legislativa consolidada em uma escolha unânime, prestigiando a democracia representada por todos os partidos nesta Casa.

O deputado Gelson Merisio mostrou imensa habilidade conduzindo muito bem o trabalho legislativo, neste delicado ano eleitoral de exacerbadas controvérsias, estando credenciado desta forma, do ponto de vista dos seis deputados do PSDB, que empenham seu total apoio, para que novamente presida a Assembleia Legislativa neste primeiro período de implantação do novo governo."

Esta seria a nota elaborada pelos seis deputados do PSDB a ser encaminhada à imprensa para manifestar a nossa posição com relação à composição da nova Mesa Diretora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos assistem através da TVAL e aqueles que estão participando conosco. Quero, hoje, desta tribuna, fazer um relatório muito sucinto. Fui a São Paulo no dia de ontem, a convite fazer, em nome da Assembleia Legislativa, não uma palestra, mas, sim, uma exposição daquilo que esta Casa e o governo do estado de Santa Catarina fizeram ou estão fazendo quanto às questões ambientais.

Participamos lá em São Paulo da II Conferência Nacional para o Desenvolvimento e Aplicação de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais. Esse é um tema que está chamando a atenção de todos os brasileiros e do mundo inteiro e que vem sendo discutido, com muita frequência, mas até o presente momento a questão dos pagamentos por serviços ambientais está no discurso, na teoria, porque a prática realmente não tem acontecido por este Brasil afora, com exceção de poucos municípios, já que alguns estados timidamente iniciaram um processo dessa natureza.

Tive a oportunidade de falar em nome de Santa Catarina na abertura dessa conferência nacional, no dia de ontem, sobre aquilo que aprovamos. Primeiro sobre o nosso Código Ambiental, que foi o primeiro do Brasil numa atitude corajosa do estado de Santa Catarina em demonstrar suas situações diferenciadas em relação a outros estados brasileiros mostrando que, apesar de Santa Catarina representar apenas 1,3% do território brasileiro e ser um estado bastante pequeno, é o quinto maior produtor de todo o Brasil, com algumas situações diferenciadas. Já tivemos a constatação de

que aproximadamente 41% do nosso território catarinense é coberto por mata nativa.

Esse é um dos privilégios do estado de Santa Catarina que, por isso, pode tomar a iniciativa de fazer uma flexibilização nas questões ambientais, pode juntar todas as legislações existentes, portarias, decretos, leis, resoluções, enfim, fazer uma só lei que possa ser mais clara, tanto para o órgão fiscalizador, quanto para aqueles que têm que manter suas propriedades ambientais.

Aí vieram as questões da consolidação de áreas existentes, como a flexibilização das APPs, a remodelação de reserva legal e um dos pontos fundamentais do nosso Código Ambiental era que em 180 dias após a promulgação do Código Ambiental o governo teria que fazer a lei regulamentando os pagamentos por serviços ambientais. E assim foi feito! Tive a oportunidade, além de ser o relator do Código Ambiental, de regulamentar o artigo que previa o pagamento por serviços ambientais, talvez por isso que nos foi feito o convite para estar lá nessa abertura, quando tivemos a oportunidade de falar em nome do único estado que já possui Código Ambiental, não na prática, porque estamos em processo de evolução, já que o código foi aprovado este ano e foram consignados recursos que estarão no Orçamento do ano que vem. Acredito que o próximo governo, Raimundo Colombo, coloque em prática esta legislação.

Tivemos a oportunidade também de demonstrar que o nosso valor de referência, aquele que estabelecemos para o pagamento dos serviços ambientais, um valor baseado em produto, são 30 sacas de milho por hectare/ano, é aproximadamente aquilo que todos os catarinenses que têm um terreno para arrendar cobram pelo arrendamento, para ceder as suas áreas aos produtores.

Certamente não será efetuado o pagamento por serviços ambientais a todos aqueles que estão preservando, mas, sim, àqueles que se encaixaram dentro de algum subprograma que foi estabelecido para que as pessoas sejam contempladas. E dentro dessa questão acredito que Santa Catarina terá uma das melhores remunerações de pagamento por serviços ambientais o que, certamente, servirá como base para os demais estados.

Pudemos perceber também na conferência nacional, que havia pessoas de renome fazendo palestras sobre o aquecimento global e outras questões na área ambiental, mas o tema principal era o pagamento por serviços ambientais, a intenção é fazer com que o Brasil desenvolva essa ideia através dos estados, dos municípios, do governo federal, para que possamos incentivar o nosso produtor rural, e aquele que realmente está preservando, aquele que contribuiu com a natureza, que está contribuindo com as questões ambientais e também com a sobrevivência humana do mundo inteiro seja remunerado pelos serviços que vai prestar dentro daquele subprograma estabelecido pela nossa legislação.

Sem dúvida nenhuma, o nosso estado dará novamente esse exemplo ao Brasil implementando essa legislação, porque através dela ficarão claros os conceitos do que é serviço ambiental, do que é pagamento por serviços ambientais, quem é o pagador por esses serviços e quem é o receptor. Um dos temas desse

debate, dessa conferência, foi o conceito, de um modo geral no Brasil, do que é pagamento por serviços ambientais para que não haja uma confusão de idéias. Com o pagamento por serviços ambientais, estaremos fazendo com que alguém zele pela preservação ambiental, para ampliá-la, para melhorar a qualidade ambiental, como também a questão da água, que é a mais crucial e preocupante.

Então tive essa oportunidade, deputado Onofre Santo Agostini, v.exa. que foi nosso secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, juntamente com o deputado Antônio Ceron, que foi nosso secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que foram os grandes responsáveis por essa luta pela criação do Código Ambiental, assim como pelo pagamento dos serviços ambientais que, muitas vezes, deixaram acirrados os ânimos por aqui, e pelas audiências públicas que fizemos por aí afora, para aqueles que não entendiam dessa forma, mas que acabaram se engajando nessa luta para que Santa Catarina fosse o primeiro estado a ter o seu Código Ambiental e efetuar também o pagamento por serviços ambientais.

Parabenizo então os nossos dois ex-secretários que tiveram uma tarefa importante, assim como todos os srs. deputados que nos ajudaram e contribuíram na confecção dessa lei para que pudéssemos ter, em Santa Catarina, pela primeira vez, essa remuneração pelos serviços ambientais.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Ouço o ilustre deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Romildo Titon, a Assembleia foi muito feliz em indicar v.exa. para participar dessa conferência lá em São Paulo sobre o Código Ambiental e sobre o pagamento por serviços ambientais. Ninguém nesta Casa é mais bem preparado do que v.exa., sem dúvida nenhuma, para ser o relator das duas matérias. V.Exa. fez um trabalho extraordinário, pode ter certeza disso, e Santa Catarina o reconhecerá eternamente por isso.

É claro que eu e o deputado Antônio Ceron preparamos a minuta, por determinação do governador Luiz Henrique da Silveira, mas coube a v.exa., como relator da matéria, aperfeiçoá-la para que hoje fosse um Código Ambiental festejado no Brasil inteiro. Em qualquer lugar por onde viajamos, fora de Santa Catarina, deputado Romildo Titon, e quando falamos que somos catarinenses todos fazem referência ao Código Ambiental de Santa Catarina, como também aos serviços ambientais. Sem dúvida nenhuma, saímos na frente de novo, Santa Catarina mais uma vez saiu na frente, é claro que precisamos de alguns detalhes que, pelo andar da carruagem, serão resolvidos para que realmente ocorra, não só no papel, mas, principalmente, na prática a solução desse grave problema.

Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço as palavras do ilustre deputado Onofre Santo Agostini, a sua gentileza. Certamente tudo aquilo que desempenhamos na Assembleia foi importante, modestamente, em nome de todos os colegas que representamos.

Cedo os minutos restantes ao deputado Ronaldo Benedet, pois fizemos a divisão do tempo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedet pelo tempo restante do PMDB.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Romildo Titon, muito obrigado por ceder a metade do tempo do nosso partido para representarmos a nossa bancada do PMDB. É uma satisfação estar aqui mais uma vez, estamos nos despedindo da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, mas ainda temos algum tempo antes do encerramento deste período legislativo.

Hoje não poderia deixar de falar sobre algo que foi iniciado no estado, uma proposta política, aliás, a única proposta política diferente plantada na forma de administrar deste país, a partir de 2002, em Santa Catarina, que é o projeto da descentralização. Precisamos levar essa ideia para todo o Brasil. Em Santa Catarina, com a mudança do governo, embora os deputados, o Parlamento catarinense continue com a ideia de que em time que está ganhando não se mexe, a descentralização tem que continuar. E refiro-me à ideia, não ao time político, não à bandeira de um partido político, mas à bandeira da ideia de mudarmos o nosso país, através de Santa Catarina, com a descentralização.

Eu sou favorável à ideia do aprofundamento da descentralização, da criação de mais secretarias Regionais, inclusive dentro do princípio de que quanto menor o quintal, mais fácil de roçar. E isso tem dado certo em Santa Catarina. "Ah, mas deu um problema aqui, deu um problema lá, fulano lá não trabalha direito". Bom, mas a ideia é que temos que aprimorar as secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é o líder da bancada do PMDB, sabe disso. Temos que aprofundar a democracia, e a descentralização é o aprofundamento dela. Temos que ter secretários de Desenvolvimento Regional para levar o desenvolvimento às regiões. Muitas vezes a sociedade tem aspirações, mas não sabe como trazer a Florianópolis. Chega ao deputado, mas não há como levar. O deputado fala com o deputado setorial, ele anota a boa ideia, mas não possui autonomia, não há orçamento. Normalmente o secretário é de outra região e já está com inúmeros problemas, e aí acaba administrando mal devido à pressão. E a região que, muitas vezes, está com problemas, precisa ter alguém do governo que o represente no dia a dia das ações, nas necessidades daquela comunidade.

Por isso, precisamos aprofundar a descentralização, e falo da minha região, do sul do estado. Agora, como deputado federal, farei ainda mais, mas já atuava nessa região, a região de Sombrio, lá do vale do Araranguá, que reivindica a criação de uma secretaria de Desenvolvimento Regional. É necessária exatamente porque o vale do Araranguá é liderado pela cidade de Araranguá, mas há uma cidade, Sombrio, situada no extremo sul de Santa Catarina, que possui uma característica diferente.

Estariam nessa secretaria regional, juntos, sete municípios. Seria maior do que muitas secretarias regionais, pela

população, pelo número de eleitores, e pela característica da necessidade de desenvolvimento. É uma das regiões mais pobres no nosso sul do estado, que precisa de atenção especial do governo, precisa ter um governo local, exatamente dentro do princípio das secretarias regionais, para se desenvolver ainda mais.

Gostaria de falar como deputado estadual ao governador Colombo, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, mas acredito que não terei oportunidade como deputado estadual, acho que não vamos ter sessões, talvez tenhamos uma em janeiro, para que ainda possa atuar no novo governo que ajudei a eleger, com muito orgulho, do nosso governador Raimundo Colombo e do nosso vice Eduardo Moreira. Mas a minha colocação é pela defesa do aprofundamento da descentralização, das nossas secretarias regionais, pela criação de uma secretaria regional no extremo sul de Santa Catarina, lá na região de Sombrio, incluindo os municípios da região fronteira com o Rio Grande do Sul, exatamente pelas características e pelos problemas de desenvolvimento que temos naquela região.

Com a ausência de grandes indústrias e uma economia baseada na agricultura, Sombrio sofreu grande baque. Já existiram grandes indústrias de calçados naquela região, mas em virtude dos problemas de exportação tivemos uma falência de praticamente todas as empresas calçadistas, o que criou uma vontade, um sentimento de industrialização frustrado e agora precisamos do apoio do governo. Esse é o anseio daquela região, aprofundar a descentralização para levar mais desenvolvimento. Quem já teve 20, 30 secretarias, e agora está com 36, se aumentar para 40 não será isso que vai atrapalhar o Orçamento, ao contrário, vai melhorar, aprofundar.

Há ainda aqueles que são críticos e céticos com relação às secretarias regionais, mas temos que, no novo governo, aprimorar ainda mais o seu trabalho, o desenvolvimento das suas atividades, e aumentar o foco na letra "D", de desenvolvimento, porque era esse o objetivo da descentralização quando o governador Luiz Henrique e Eduardo Moreira conceberam a ideia, que nós vimos ser votada nesta Assembleia no mês de janeiro de 2003.

Essa é a ideia, aprofundar, dar oportunidade. Talvez precise mexer, modificar algumas questões em relação à representatividade do Conselho de Desenvolvimento Regional, mas é necessário que continuemos aprofundando e consolidando a descentralização, porque foi um grande fator de crescimento, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas em Santa Catarina.

Esse é o nosso pronunciamento e o pensamento que queremos deixar registrado nos anais desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ronaldo Benedet.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, a que concedemos a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, srs. deputados, vamos retomar o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves, quando

levantou, com muita propriedade, o problema da violência.

Todos os jornais e os noticiários de ontem e hoje, sem exceção, falam sobre a situação dos assaltos não só na capital do estado, mas em toda Santa Catarina. Realmente, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. tem razão e alguma coisa vamos ter que fazer, mas não só no discurso. É claro que nos cabe, como deputados, abordar o assunto. Nós não temos o poder de polícia, não temos a ação da polícia para tomar providências, mas o fato é que, deputado Ronaldo Benedet - e v.exa. foi secretário da Segurança - temos que fazer alguma coisa. Não se admite que um posto de gasolina seja assaltado duas vezes num dia! E essa semana foi repleta de noticiários falando de assaltos na cidade.

Mas estão assaltando, deputado presidente, qualquer um. É impressionante! Senhoras em plena luz do dia, no centro da cidade, estão sendo assaltadas de uma forma violenta.

Nós não podemos esperar janeiro, quando o novo governador assumir; não podemos esperar o novo comandante da polícia; não podemos esperar o novo secretário da Segurança Pública para tomar providências. Temos que fazer alguma coisa já, srs. deputados! A partir de hoje, se possível, providências têm que ser tomadas, srs. deputados, porque não cabe na cabeça de qualquer cidadão na capital do estado três assaltos num dia! Um posto de gasolina foi assaltado duas vezes no mesmo dia! É uma afronta à sociedade o que está acontecendo. Deputado Antônio Aguiar, infelizmente, não se faz nada. Nós não vemos ação nenhuma.

Por isso, eu quero comungar do seu pensamento, deputado Nilson Gonçalves, e dizer que foi de muita importância a ideia aqui apresentada por v.exa.

E nós vamos ter que fazer isto: todos os dias, nesta tribuna, teremos que chamar a atenção das autoridades. Eu tenho assistido a alguns programas eleitorais e visto que ambos os candidatos à Presidência da República também estão preocupados e têm apresentado alguma solução para que se controle isso. Mas acho que nós não podemos ficar só no campo das ideias. Temos que iniciar uma ação rápida, rasteira e urgentíssima para evitar o que está acontecendo. E por enquanto estão indo os anéis, mas daqui a pouco vão os dedos, como tem acontecido.

Lá na minha terra dois bandidos assaltaram uma casa, deputado Antônio Ceron, e uma senhora de bem, que nada tinha a ver, foi levada como refém. Tomaram um carro e a coitada morreu num assalto. Uma doméstica, uma pessoa trabalhadora, pagou com a própria vida nessa violência terrível que o ser humano, hoje, enfrenta.

Quando nós assistimos, deputada Professora Odete de Jesus, ao noticiário em nível nacional - e amanhã v.exa. deve assistir ao telejornal *Bom Dia Brasil* -, as dez primeiras notícias ou são sobre violência ou corrupção, ou são sobre assalto ou assassinatos. E isso todo o santo dia!

Mas o grande problema, deputado Antônio Aguiar, é que isso não acontece só lá no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Isso está ocorrendo em Santa Catarina, que é um estado pacato, que tem policiais de ótima qualidade. Mas o fato é que a coisa se agravou.

Muitos dizem que é um problema social. Eu não acredito muito nisso. Acho que não é só um problema social, não. Creio

que é falta de autoridade! O que está faltando é autoridade, uma lei mais rígida, mais dura, para que o assaltante, o bandido tenha medo ao cometer delitos. É claro que não estou aqui para julgar ninguém, eu não sou o dono da verdade.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Cumprimentando v.exa., até pela sua experiência e pelo seu tempo de Poder Legislativo, quero dizer que entendo que um dos grandes fatores da criminalidade neste país chama-se impunidade. A impunidade, muitas vezes, faz com que uma pessoa tenha coragem de cometer um crime porque ela sabe que, se cometê-lo, não vai acontecer nada com ela, ou vai levar dez, 15 ou 20 anos para acontecer. Se ela for processada, ela entra com recurso, depois com outro, vai prescrever o crime e acontecer, no final, a impunidade.

Então, eu espero - e parabenizando v.exa. como deputado federal eleito - que v.exa. possa ajudar este país, na função de deputado federal, a mudar essas leis que regem a nossa nação brasileira.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - V.Exa. pode ter certeza de que vamos lutar por isso.

O ser humano que não tem medo de nada é muito perigoso. O ser humano tem que ter medo de alguma coisa e, principalmente, da lei. É preciso que haja uma lei rígida para que o criminoso saiba que a ação da Justiça é rápida, rasteira e pode realmente tirá-lo do meio da sociedade.

Mas o alerta do deputado Nilson Gonçalves tem bastante procedência. Acho muito importante debatermos esse assunto todos os dias para chamar a atenção das autoridades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos visita nesta tarde na Assembleia Legislativa, quero dizer que hoje pela manhã estive em Itajaí acompanhando a visita do presidente Lula ao nosso estado. Em cerca de 40 dias ele voltou ao nosso estado, como tinha prometido, para inaugurar o novo berço, em Itajaí, e anunciar novos investimentos também para o Porto de Itajaí, que vai ter um novo berço, a retroárea e ainda investimentos para aprofundar o calado e assim aquele porto poder receber navios com maior porte.

Como hoje é o dia do aniversário do presidente Lula, que faz 65 anos, a visita acabou sendo também festiva. As pessoas foram para lá cumprimentá-lo, parabenizá-lo e cantar os parabéns. Ele, também muito alegre e contente, com o seu carisma ajudou a criar um clima extremamente gostoso hoje de manhã.

Ele veio ao estado também porque na época em que veio inaugurar o Berço 2 - e hoje foi inaugurado o Berço 3 -, insinuaram que estava vindo visitar uma obra inacabada. É claro que o presidente tem uma agenda



complexa em todo o país. Então, ele visita várias obras, em vários momentos, mas o importante é que ele está acompanhando a evolução dos investimentos do governo federal no Brasil.

Foi lá para confirmar todos os recursos que vieram para Santa Catarina concluir aquela obra que recupera definitivamente aquilo que foi perdido em 2008 pelas enchentes. Falou da qualidade da obra. O governo federal fez questão de fazer uma obra definitiva, com estaqueamento de 50m, aproveitando o melhor da engenharia atual, tirando todos os entulhos de tal forma que se evite que na próxima enchente se percam esses investimentos. Portanto, foram explicados esses detalhes técnicos.

Em função de que muito foi comentado em Santa Catarina, e até mesmo nesta Casa, sobre a lentidão e o fato de que prometeram e não cumpriram a vinda dos recursos federais para resolver o problema das enchentes no nosso estado, em 2008, o presidente Lula designou o ministro Paulo Bernardo para convidar os prefeitos, a estrutura do estado e a estrutura do governo federal (senadores, deputados federais, governador, ex-governador), no sentido de fazer uma audiência para esclarecer sobre todos esses recursos que saíram de Brasília e para saber se chegaram ou não. E se não chegaram, deve-se procurar onde está entravado ou quem é o responsável por isso. Porque da parte dele foram liberados todos esses recursos que ele se comprometeu com Santa Catarina.

O presidente Lula, no seu depoimento, comentou que essa, provavelmente, é a sua última visita a Santa Catarina durante o seu mandato, mas disse que sai do governo com a consciência tranquila, feliz com os índices de aprovação que a população lhe dá. Falou ainda que sai do governo com a sensação do dever cumprido. E os números têm comprovado isso.

Lembrou que, quando entrou, a luta era por um salário mínimo de US\$ 100 - hoje está mais de US\$ 300. Quando entrou o salário dos aposentados nem eram reajustados pela inflação e hoje são reajustados mais do que a inflação. Quando entrou o índice de desemprego era próximo a 17% e hoje está na casa de 6%, superando países como Alemanha, Espanha e o próprio Estados Unidos. Hoje há programas importantes, como o Bolsa Família, que na época era taxado como esmola e hoje atende a mais de 12 milhões famílias, 44 milhões de pessoas. Ele sai como o presidente que mais fez universidades neste Brasil. São 14 novas universidades, 214 escolas técnicas novas. Enfim, fez um conjunto de investimentos importantes.

Mas o que ele considerada mais importante é que devolveu a esperança para o povo brasileiro e mostrou que ele tem capacidade - e antes o estrangeiro era idolatrado e considerado sempre o melhor. Hoje, no Brasil, os trabalhadores, a nossa engenharia e a nossa capacidade de execução são grandes e fortes. Isso gerou grandes reportagens no mundo inteiro falando do avanço que o Brasil teve. Este é um grande legado que o governo Lula deixa para o Brasil. O nosso país está no rumo certo, mostrou a sua capacidade e devolveu a esperança aos jovens. Há 10 anos eles iam procurar o futuro nos Estados Unidos, na Itália, na Alemanha e hoje estão ficando aqui porque sabem que este é um país do futuro.

Então, ele considera que a grande obra foi devolver a esperança e a autoestima

ao povo brasileiro. E não podemos perder esta grande conquista.

Além disso, ele agradeceu toda a contribuição do povo catarinense nos seus oito anos de mandato.

Então, parabéns, presidente Lula, pelos seus 65 anos. Nós estamos torcendo por v.exa. porque está fazendo o Brasil do jeito que queremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por oito minutos.

A informação que temos é que o deputado Reno Caramori está fazendo os seus últimos pronunciamentos, uma vez que irá prestigiar o seu colega, o deputado Antônio Carlos Vieira, Vieirão.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, uso a tribuna, nesta tarde, para fazer uma observação. É lamentável que isso ocorra, e realmente há muita gente lastimando. Mas as mentiras continuam à mercê daqueles menos informados, que acabam acreditando nelas porque, infelizmente, ainda há autoridades legisladoras ou executoras que mentem às suas comunidades ou tentam enganar, mesmo através de documentos. Então, vejamos.

Aliás, por várias vezes nós recebemos informações de calúnias através de algumas pessoas lá do querido município de Salto Veloso. E oportunamente iremos àquele município, convidado pela Câmara de Vereadores, para obter esclarecimentos.

Mas eu recebi um comunicado, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cobalchini comemora licitação de obras na região."

Lá na região existe uma rodovia que liga Salto Veloso a Hercíliopolis, com sentido à BR-153, em que o projeto técnico de engenharia já foi feito no governo de Esperidião Amin. E, para nossa surpresa, a prefeitura de Salto Veloso contratou uma empreiteira para fazer um novo projeto.

Fizemos um pedido de informação à Empreiteira Iguatemi, que elaborou o projeto inicial, que disse que poderia haver a necessidade de alguma adequação.

Diante disso, fizemos um pedido de informação ao governo do estado, perguntando:

(Passa a ler.)

"1) Qual a situação do projeto de pavimentação do trecho da rodovia SC-453, que liga o distrito de Hercíliopolis, no município de Água Doce, ao município de Salto Veloso?"

Resposta: Projeto encontra-se concluído." Está em processo de licitação.

"2) Qual empresa responsável pela execução do projeto?"

Resposta: A empresa responsável foi a Sinaliza Ltda.

3) Qual o custo total desse projeto?"

Resposta: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).[...]"

Mas o vereador Fino, fino mesmo, largou um manifesto lá na região, numa das maiores festas realizadas no município de Água Doce, dizendo que o projeto custaria R\$ 300 mil, e aqui o governo informa que foi R\$ 150 mil.

(Continua lendo.)

"[...] 5) Qual a extensão do trecho que será pavimentado?"

Resposta: Será pavimentado um trecho de 17,259 km.

6) Quando será licitada essa obra?"

Resposta: A obra já está licitada e encontra-se em fase de avaliação de proposta.

7) Qual o custo total da pavimentação do referido trecho?"

Resposta: O custo total orçado é de R\$ 19.480.457,10 (dezenove milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos).

8) Qual a fonte de recursos financeiros para o custeio da obra?"

Resposta: Fonte 100."[sic]

Nós recebemos essa informação do secretário Regional de Videira com data de 14 de julho. Mas o tal do vereador Fino diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O vereador Helioberto Marcel Ramos/PMDB - Fino lembra que a contrapartida para a realização do tão esperado asfalto era que os municípios de Salto Veloso e Água Doce bancassem o projeto, R\$ 300.000,00.

Parabenizamos o Prefeito de Salto Veloso, sr. Pedrinho Ansiliero/PPS que acreditou e bancou sozinho o projeto, pois a prefeita municipal de Água Doce, sra. Nelci Fátima Trento Bortolini/PP infelizmente se negou a ajudar.

Esperamos que a prefeita repense seu modo de agir em relação aos projetos oriundos do governo estadual que interessam ao município."[sic]

Essa prefeita deve acionar esse vereador juridicamente, deve processá-lo, porque é vergonhoso quando um vereador faz uma afirmativa dessas, tendo a prefeita de Água Doce, o prefeito de Salto Veloso, assim como a Câmara de Vereadores, em mãos, o Convênio de Cooperação Técnica n. 003/2009, em que firmam convênio para o pagamento do projeto entre a prefeitura de Salto Veloso e Água Doce, cuja cláusula 1ª diz:

(Passa a ler.)

"1º O presente termo visa à cooperação financeira entre os municípios de Salto Veloso e Água Doce, sendo que o primeiro contratará e executará o projeto de engenharia rodoviário de pavimentação da SC-453, trecho Salto Veloso até a SC-452 no distrito de Hercíliopolis, no município de Água Doce com extensão de 18 km."

A Cláusula 2ª diz o seguinte:

"2º Na fase final o município de Salto Veloso, observando o devido processo de licitação, contratará prestadora de serviço para elaboração do projeto de engenharia rodoviária com vistas à pavimentação da SC-453, trecho Salto Veloso até a SC-452 no distrito de Hercíliopolis.

Os recursos pertinentes à execução do trecho no município de Água Doce serão repassados nas seguintes condições:

1 - A prefeitura de Água Doce efetuará ressarcimento do valor gasto pela prefeitura de Salto Veloso, com o referido projeto, quando do recebimento da receita de Imposto Sobre Serviços (ISS), referente e proporcionalmente ao trecho pavimentado naquele município.

2 - Os valores serão repassados em cota única quando da entrada da receita correspondente ao ISS devido à tesouraria do município de Água Doce."

Portanto, srs. deputados, esse vereador mal-informado ou mal-intencionado

vem acusando a prefeita por uma coisa que está na lei, e existe contrato entre as prefeituras.

Dentre os argumentos da prefeita está que não havia recurso suficiente nesse exercício, mas iria ressarcir, iria pagar quando do recolhimento do ISS...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT, por até cinco minutos.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, faço uso da palavra para registrar aqui uma posição que considero de interesse de todo o Parlamento catarinense, de todos nós, deputados, com vistas ao processo sucessório da Presidência da Assembleia Legislativa para o ano que vem.

A nossa posição, o nosso entendimento é no sentido de que haja um esforço para que se possa construir uma chapa única, evidentemente respeitando todas as diferenças ideológicas, partidárias, programáticas e os compromissos que cada parlamentar tem com suas bases, com seu setor social e respeitando o conjunto de pressupostos que integram o conjunto da sociedade brasileira em torno da demanda de política pública, da utilização do espaço do Poder Legislativo para manifestação de todas as formas de pensamento da sociedade brasileira, para que todas as demandas legítimas da sociedade brasileira possam se expressar através deste Parlamento.

Nós, nesses termos, já queremos manifestar a nossa posição em relação à composição da próxima Mesa Diretora por uma chapa única para evitar divergências internas que possam prejudicar o andamento do trabalho nos próximos dois anos. E o nosso voto, a nossa posição, desde agora, é que v.exa. possa estar à frente deste Parlamento nos próximos dois anos, portanto, encabeçando na posição de presidente a próxima chapa, no dia 1º de fevereiro do próximo ano.

Esse é o nosso entendimento. Já temos conversado com vários parlamentares de diversos partidos a respeito disso e consideramos que isso seria o mais produtivo para o Parlamento, como já disse, respeitadas todas as posições partidárias, ideológicas, programáticas e os anseios legítimos de todos os setores da sociedade catarinense. Como todos sabem e v.exa. também, temos compromisso e fidelidade com os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com o fortalecimento do serviço público, dando espaço para a manifestação da opinião, do pensamento de todos os setores legítimos da sociedade catarinense.

Era essa a manifestação que gostaria de fazer, desejando êxito a v.exa. neste processo de construção, que na nossa avaliação deve culminar com uma chapa única para a Mesa Diretora, no dia 1º de fevereiro do ano que vem, com v.exa. encabeçando a mesma na condição de presidente deste Poder Legislativo por mais dois anos.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado, pelo apoio e pela confiança, para que

possamos continuar construindo um processo harmônico, nesta Casa, que é importante para o Parlamento.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, estamos levando em consideração as manifestações feitas no dia de hoje, o que a nossa bancada vem tratando há alguns dias sobre o assunto e como o presidente conduziu a Assembleia Legislativa neste ano. Foi um ano conturbado pelas eleições, mas o presidente teve responsabilidade e compromisso com todos os parlamentares, com todos os colaboradores desta Casa, com toda a sociedade catarinense e nos honrou presidindo esta Casa.

Até para fazer justiça à condução que deu aos trabalhos desta Casa, é justo que v.exa. seja reconduzido por mais um mandato completo, porque foi incompleto, levando em consideração que foi um ano e não deu para fazer tudo aquilo que v.exa. desejaria.

Diante disso, os seis deputados eleitos da nossa bancada tomaram a decisão de hoje comunicar a v.exa. o apoio para o seu próximo mandato na Presidência desta Casa.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, pela consideração e também pelo apoio.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pelo visto, sr. presidente, a eleição já está deflagrada. Infelizmente, eu não vou poder estar aqui para votar em v.exa., e não vai poder contar com o voto. Quem sabe em outra eleição.

Mas quero, sr. presidente, registrar a presença do vereador de Porto União, o Gildo Masselai, que visita a Assembleia Legislativa. Ele já esteve em meu gabinete, é vizinho da terra onde eu nasci, Calmon. Então, sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense o vereador Gildo Masselai e a comitiva de Porto União.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado e amigo Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, já que o assunto foi antecipado, eu também quero dizer que é com muita alegria que o líder acaba de anunciar a decisão unânime da nossa bancada pela recondução de v.exa. à Presidência desta Casa.

É claro que o processo foi muito antecipado, mas, como a imprensa começou a tratar do assunto, rapidamente, sr. presidente, a Casa já se entendeu. Como nós todos sabemos fazer conta, já vimos que v.exa. tem número suficiente de votos para permanecer no comando desta Casa, certamente em reconhecimento ao grande trabalho que empreendeu num ano tão difícil, num ano eleitoral.

Acho que, neste momento, v.exa. mostrou ser um grande articulador, respeitando todos os parlamentares, dando-

nos um tratamento igualitário, respeitoso. Sinto-me muito tranquilo ao dizer isso, porque pertencem ao partido que fez Oposição ao atual governo, e v.exa., mesmo integrante da coligação, tratou esta Casa com respeito e imparcialidade.

Por isso, vai merecer na próxima eleição, no dia 1º de fevereiro, integralmente os votos do Partido Progressista pelo grande trabalho que vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Quero, mais uma vez, enfatizar a tradição desta Casa que nós estamos juntos construindo. Vivemos um processo harmônico com as diferenças sendo compreendidas, com as pretensões sendo respeitadas e vamos continuar fazendo assim ao longo de todo o curso do processo com muito respeito às bancadas, aos parlamentares, ao legítimo direito de postulação, e eu tenho muita alegria em poder compartilhar com os colegas deputados o bom momento que vive o Parlamento catarinense, que só ocorre porque há harmonia e respeito as nossas diferenças.

Então, quero ratificar o respeito que tenho às pretensões de todos os parlamentares e, com certeza, juntos vamos ter tempo necessário para construir um processo harmônico não apenas para o eixo da próxima legislatura, mas para o próximo mandato como um todo, como foi feito até agora, o que nos está diferenciando dos Parlaamentos do Brasil e está dando condição para termos uma Assembleia Legislativa respeitada pela população do estado e pelo Brasil.

Eu agradeço a todos pelas manifestações.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0283/2010, de autoria da deputada Angela Albino, que institui a Semana Estadual da Amizade Brasil - Japão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0437/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de mensagens em aparelhos de telefonia móvel, que tenham como objetivo a oferta de produtos e serviços, em todo o estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Há uma mensagem de veto.

Consulto os srs. líderes se há concordância em retirá-la de pauta para que haja o entendimento com todas as bancadas.

Parece-me, deputado Elizeu Mattos, que seria prudente que não deliberássemos sem um prévio entendimento da matéria com as bancadas. Se houver entendimento, nós retiramos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, se v.exa. acha que não há consenso... Eu acho que se trata de uma matéria até pacífica entre nós, só que há o desconhecimento sobre o teor. Há um veto que trata sobre a questão do duodécimo e outro sobre aquela emenda em que foi colocado o valor de R\$ 300 milhões. Há dois vetos no mesmo projeto. Se entenderem os srs. deputados que não devemos deliberar hoje, não deliberamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os encaminhamentos que chegaram, majoritariamente, são pela derrubada dos dois vetos. É esse o encaminhamento?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sendo líder do governo, acho que é pela manutenção do veto em um caso e pela derrubada do veto no outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Por isso, sugiro que seja retirado de pauta, porque é flagrante o desacerto nos encaminhamentos.

Se houver concordância, nós retiramos de pauta.

(Os líderes aquiescem.)

Está retirado da pauta.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Na verdade, ela nem deveria estar em pauta. Precisaria haver concordância para entrar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. tem razão, eu cometi um equívoco. Só se houvesse concordância para ser incluído na pauta. Então, está fora da pauta o veto que foi lido.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu queria solicitar, com a concordância dos líderes, que fosse votado em segundo turno o projeto de origem governamental sobre as divisas e a redação final também, pois terá que ser aprovado até o dia 31.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será feito desta forma. Há vários projetos que precisam de votação em dois turnos. Aqueles aprovados em primeiro turno, automaticamente serão submetidos à votação em segundo turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0048/2010, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que reestrutura

a tabela de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e estabelece outras providências.

Acompanha esse processo um DVD com dados relativos à matéria.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Trata-se de um projeto de lei complementar e a votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria, os que votarem "não" rejeitam-na.

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANDRÉ DADAM sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO ANTÔNIO CERON

DEPUTADO DADO CHEREM sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO RONALDO BENEDET sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados

Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0183/2010, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a redação do *caput* do art. 6 da Lei Complementar n. 447, de 2009, que dispõe sobre a ampliação de licença gestação para a servidora efetiva e dá licença paternidade ao servidor efetivo, cria a licença parental e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0184/2010, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui a Bolsa de Estimulo à Produtividade em Pesquisa Discente de Pós-Graduação no Curso de Estudos Estratégicos em Administração Pública - CEEAP, da Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração - Ena Brasil, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0072/2010, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei n. 13.993, de 2007, que dispõe sobre a consolidação das Divisas Intermunicipais do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único.

Falta apenas a redação final, deputado Onofre Santo Agostini, que pode ser feita em outra sessão, ou v.exa. quer que se faça nesta mesma sessão?

(O sr. deputado Onofre Santo Agostini, sinaliza no sentido de que a redação final seja feita nesta mesma sessão.)

Sim, então nesta mesma sessão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a matéria foi aprovada com a emenda por mim incluída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sim, foi aprovada com a emenda de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, fazendo parte constante do projeto.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - É claro, deputado, se v.exa.

votar a redação final, atingiremos os objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos votar com certeza, deputado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0613/2009, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis. (Loja Simbólica Alferes Tiradentes n. 20)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, acerca daquele projeto que foi aprovado por unanimidade, da licença paternidade, parental, e assim por diante, quero dizer que não tenho total conhecimento, então não posso votar uma matéria sobre a qual não tenho um conhecimento melhor. Gostaria que fosse registrada a minha abstenção naquela matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro da

abstenção do projeto citado pelo deputado Nilson Gonçalves que será editado posteriormente.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0321/2009, de origem governamental, que revoga o § 3º do art. 1º da Lei n. 15.080, de 2010, que redefine os critérios de concessão de Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica, dispõe sobre a indenização pela aplicação de procedimentos especiais, nos serviços médicos complementares de média e alta complexidade, e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n.0006/2010, de autoria das bancadas com assento na Assembleia Legislativa, que denomina deputado Lício Mauro da Silveira a Escola do Legislativo de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade este projeto da mais alta relevância e uma justíssima homenagem a um amigo, a um catarinense de valor, colega nosso com um mandato por iniciar e concluindo outro, que é o nosso sempre lembrado e querido Lício Mauro da Silveira.

(Palmas)

Fico muito feliz de, na condição de presidente, poder prestar com esta rapidez a homenagem que se não conforta a família por uma perda tão significativa, refaz e traz presente os grandes momentos vividos por esse nosso amigo e, com certeza, traz alegria à família.

Por isso, quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli que é o presidente da comissão e da Escola do Legislativo e, em seu nome, agradecer a todos os demais parlamentares por podermos juntos prestar esta homenagem ao Lício e, em seu nome, a sua família.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h12min, para deliberarmos sobre as matérias em segundo turno, e também sobre as redações finais dos projetos aprovados.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 028ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h12min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - André Dadam - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0048/2010, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que reestrutura a tabela de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANDRÉ DADAM

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO ANTÔNIO CERON

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO RONALDO BENEDET sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 25 srs. deputados, na verdade, 26 deputados, pois foi computado o voto favorável do deputado Gilmar Knaesel, fora do sistema eletrônico.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0283/2010, de

autoria da deputada Angela Albino, que institui a Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0437/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de mensagens em aparelhos de telefonia móvel que tenham como objetivo a oferta de produtos e serviços em todo o estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria a ser deliberada nesta sessão.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h15m.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h15min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Guidi - André Dadam - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Explicação Pessoal

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Elogia a postura do governador Leonel Pavan durante as eleições; refere-se à SC-486; comenta investimentos estaduais em rodovia de Brusque.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Refere-se o mau estado das rodovias estaduais; reporta-se às secretarias Regionais.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Aborda o estado precário das rodovias estaduais; comunica seu afastamento por 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão, para leitura das redações finais dos projetos aprovados nas sessões anteriores.

Consulto os srs. líderes se é possível votarmos em bloco as redações finais.

(As lideranças aquiescem.)

Vamos votar as redações finais dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0048, 0183, 0184; dos Projetos de Lei n.s: 0072, 0613, 0321, 0283, 0437 e do Projeto de Resolução n. 0006.

Estão em votação as redações finais dos projetos lidos.

Não há emendas às redações finais.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Estão aprovadas por unanimidade as redações finais dos projetos que acabam de ser votados.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0533 e 0534/2010, de autoria do deputado Luiz Eduardo Cherem; 0535/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0536/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0537/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0538 e 0539/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça e 0540/2010, de autoria do deputado André Dadam.

Também comunica que defere os requerimentos n.s: 1105/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1104 e 1106/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1107/2010, de autoria do deputado Serafim Venzon; 1108/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar e 1111/2010, de autoria da deputada Ada De Luca.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 1104/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Anatel e às diretorias das Empresas Operadoras de Telefonia Celular em Santa Catarina, solicitando solução definitiva dos problemas com a telefonia rural no município de Seara, migração dos usuários do serviço TDMA para GSM ou telefonia fixa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1109/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça,

que solicita o envio de mensagem ao Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo a aprovação do PM n. 5.649/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1110/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem ao Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo apoio na aprovação do PM n. 7.495/2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0076/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente do Senado e da Câmara dos Deputados, e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando pela aprovação do PL n. 0115/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário destinado à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer uma saudação especial a estes alunos que



adentraram às galerias desta Casa e que vêm prestigiar este Parlamento. Sejam bem-vindos!

Quero saudar o governador Leonel Pavan, primeiro pela sua conduta durante esse processo eleitoral, que não mereceu nenhuma crítica de ninguém, de nenhum colunista político, muito menos de algum adversário político por alguma conduta que tivesse tido fora daquilo que um governador devesse ou pudesse fazer durante uma eleição.

Ele cumpriu exatamente sua tarefa que foi a de governar Santa Catarina. Ele que havia dito, antes de iniciar as eleições, que o povo e o estado de Santa Catarina são muito maiores que os parlamentares, que os candidatos e que o momento da eleição e, por isso, não poderia perder esse tempo, quatro ou cinco meses, estando à frente do governo, digamos, gastando o seu tempo ou dirigindo sua atenção para um processo eleitoral.

Assim, absteve-se, governou Santa Catarina exemplarmente e nós continuamos o desenvolvimento social e econômico que Santa Catarina precisa ter, graças às mãos do governador Leonel Pavan, que muito bem conduziu o estado, portando-se de forma exemplar durante esse processo, sem interferir nem a favor e nem contra, ou seja, cumpriu a sua tarefa. E nesse sentido certamente o resultado da eleição talvez não fosse tão favorável quanto foi para a triplice aliança se não fosse a postura do governador, da qual ninguém pode reclamar.

Mas quero saudar aqui o governador pelo cumprimento de um compromisso que tinha sido assumido pelo governador Luiz Henrique, com relação à rodovia do cimento, a SC-486, que vai de Itajaí a Vidal Ramos, ligando os municípios de Imbuia e de Alfredo Wagner, onde passa a BR-282.

Nós já a batizamos há alguns anos como a rodovia do cimento, porque sua implementação só seria justificada por uma grande causa econômica que seria a fábrica de cimento, o minério, que está sendo implantada e já quase pronta, em Vidal Ramos. E essa rodovia se justificaria por estar escoando a produção de cimento para a grande área consumidora, que é o vale do rio Itajaí Mirim e o vale do rio Itajaí-Açú. E, agora, no final do ano a fábrica de cimento ficará pronta.

Quando a Votorantim iniciou os trabalhos de implantação da fábrica o governador Luiz Henrique esteve lá presente na assinatura de um protocolo de intenções, no qual o estado de Santa Catarina se comprometia em abrir a estrada, favorecendo a implantação da fábrica de cimento. Daria, quando do momento de sua implantação, todo o cimento para fazer a pavimentação daquela rodovia, que seria uma rodovia até especial, porque o projeto prevê que na serra do Mar não pode haver mais do que 8% ou 10% de aclives, declives, nem de curvas com um raio menor de 50m. E a grande esperança do povo de Brusque, de Botuverá, de Vidal Ramos era exatamente a implantação dessa rodovia.

Mas, já no ano passado, o governador Luiz Henrique prometeu a pavimentação de um pequeno segmento de cinco quilômetros, entre Brusque e um bairro dentro de Brusque, Dom Joaquim, local pavimentado com paralelepípedo e o governo se comprometeu a fazer o asfaltamento. No começo deste ano assinou, houve a licitação e a ideia era pavimentar aquele trecho entre Brusque e o bairro Dom Joaquim, que seria de 4km a 4,5km.

Infelizmente, veio a eleição e a rodovia acabou não sendo pavimentada. Foram asfaltados 500 m, foi colocada a primeira camada e as demais não. A comunidade fez muitos movimentos, mas a licitação previa que essa rodovia fosse asfaltada até o final do mês de novembro.

O governo e todos nós gostaríamos de ver aquele segmento asfaltado até as eleições, não foi possível, mas está sendo agora. O governador Leonel Pavan não asfaltou aquela rodovia durante o período eleitoral talvez para que ninguém fizesse algum comentário maldoso, mas a empresa está agora cumprindo aquilo que está previsto na licitação, ou seja, que até o final de novembro essa obra seja entregue. Da mesma forma, o governador prometeu que até novembro a executaria.

A obra, no momento, já está em ritmo acelerado e acredito que em mais uns 15 ou 20 dias já esteja concluída, ou seja, dentro do período previsto, e certamente o governador Leonel Pavan estará lá para inaugurar um segmento da rodovia SC-486 entre Brusque e o bairro Dom Joaquim.

Outro segmento muito sonhado é justamente entre o centro de Botuverá e o bairro Ourinhos, onde existe a caverna de estalactite e estalagmite mais bonita do sul do país. Aliás, em 1996 ou 1997, a prefeitura de Botuverá, em convênio com o governo federal, fez a urbanização de todo o entorno daquela caverna. Hoje, ela está passível de visitação, há um grande parque ao redor da caverna, algo extremamente maravilhoso. O grande problema é o acesso à caverna, porque a estrada não está asfaltada. Entre Brusque e Ourinhos dá uns 14km ou 15km e a estrada é de chão, com curvas e estreita.

Luiz Henrique, quando governador, liberou um valor considerável para abrir uma parte daquela estrada, mas o grande sonho da comunidade de Botuverá e certamente de Brusque é ver a estrada pronta, porque será mais um instrumento turístico.

Queremos agradecer ao governador Leonel Pavan que, em breve, vai entregar o asfalto entre Brusque e Dom Joaquim, mas o povo de lá quer também que seja concluído urgentemente o trecho entre Botuverá e Ourinhos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, desde ontem

estou acompanhando muitos pronunciamentos feitos nesta Casa com relação às rodovias catarinenses em âmbito estadual, federal, mas mais precisamente nas rodovias estaduais.

Muitas vezes nós nos manifestamos nesta tribuna com indicações, não é nenhuma crítica ao governo, alertando a administração pública, principalmente a do governo, que ficou no poder durante sete anos, que as rodovias estaduais existentes não tinham prioridade na manutenção. Na época, o governo deu prioridade para construir novas rodovias e deixou de lado as existentes.

Muitas vezes fomos contestados a respeito e estávamos com razão. Prova disso foram as manifestações feitas ontem e hoje. Alertamos inúmeras vezes que havia um abandono na manutenção das rodovias estaduais. Mas espero que o governo que vai assumir no próximo ano tenha recursos para investir na recuperação dessas estradas. Certamente vai pagar a conta por esses sete anos que essas rodovias foram deixadas de lado, sem a manutenção devida. Com isso o custo vai ser bem maior para a sua recuperação.

Não vamos aqui citar rodovias porque praticamente todo o estado está precisando, com exceções, desses investimentos e de manutenção. Vale lembrar que esses investimentos serão muito maiores pela falta de uma manutenção preventiva ou até corretiva no momento certo, porque quando há infiltração no asfalto que não é corrigida, a tendência é que as fissuras se transformem em buracos.

É por isso que ontem vários parlamentares se manifestaram a respeito. Isso consolida aquilo que vínhamos alertando ao longo dos anos.

Por outro lado, tive a oportunidade de ouvir, no dia de hoje, parlamentares falando sobre o modelo de descentralização de secretarias de Desenvolvimento Regional. Eu me surpreendi no dia de hoje. Confesso que nós continuamos defendendo a descentralização, ou seja, a descentralização de investimentos. Eu imagino que o novo governo, se não pensa assim, irá pensar em fazer mais investimentos em Santa Catarina e diminuir as despesas de custeio. Mas quando ouvi dizerem que há 36 secretarias Regionais e que mais quatro não iriam alterar o Orçamento eu pensei: ou não entendo mais de Orçamento, de recursos, de investimentos, de custeio ou alguém falou com propriedade de quem conhece. Mas esse modelo de gestão eu não conheço.

Sabemos que quanto mais aumenta a despesa de custeio, menos recursos há para investimento. Se observarmos o levantamento feito pelo IBGE, as cidades que mais cresceram, demograficamente, foram as do litoral: Navegantes, Itapoá e outras cidades.

Sempre tive o conceito de que o litoral e algumas cidades próximas tendiam a crescer mais, por várias razões da economia e efeitos para cidades

portuárias, mas não era isso que se dizia ano passado. Dizia-se que o modelo aplicado seria o contrário e isso não aconteceu. A prova é o crescimento demográfico, um percentual bem maior do que em outras cidades.

Se nós formos visitar muitos municípios - vou falar aqui um pouco do planalto norte, que o deputado Reno Caramori conhece muito bem -, veremos que a maioria deles não cresceu. Ou se cresceu foi muito pouco, porque não houve investimentos na economia, houve poucos investimentos. No planalto norte, a exemplo de Monte Castelo, Bela Vista do Toldo e de outros municípios, a economia praticamente está estagnada e os investimentos estaduais também não corresponderam com aquilo que se pregava através das secretarias.

Mas devemos lembrar que ainda este ano teremos a aprovação do Orçamento para o ano de 2011, e quero pedir aos nossos deputados federais para que não se esqueçam da nossa BR-280, que vem lá de Porto União, passando por Mafra, Canoinhas, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Corupá e Jaraguá do Sul.

Deputado Nilson Gonçalves, ontem v.exa. falou sobre o edital de licitação da BR-280, do trecho de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul, e pelo que eu entendi, é o lançamento do edital de concorrência para ver quais as empresas que vão se habilitar. Diante disso, faço um apelo aos nobres colegas para que seja incluído o trecho de Jaraguá do Sul a Porto União. Há também o trecho de Jaraguá do Sul a São Bento do Sul, que merece que seja feita uma terceira faixa em alguns locais, como outros avanços naquelas rodovias, uma melhor sinalização, investimentos na pavimentação, principalmente a terceira faixa, que seria muito prudente.

Não devemos esquecer o município de Rio Negrinho, pois aquela travessia urbana merece um projeto adequado para desviar a BR-280 de dentro da cidade. Não é diferente no município de Porto União. Em Porto União há necessidade de se fazer um desvio da BR-280 com a BR-116 e com a BR-153, que faz a ligação. Tem que ser feito o contorno, o anel desviando do centro. E fazemos um apelo, nesta Casa, aos nossos parlamentares federais para incluírem esse trecho, a fim de podermos no futuro dar sequência também a essa rodovia que é fundamental tanto para a economia quanto para os usuários.

Acredito que na semana que vem, deputado Reno Caramori, mesmo v.exa. estando ausente por 60 dias, iremos encaminhar um documento à Câmara Federal, à Frente Parlamentar, pedindo a inclusão no Orçamento de mais recursos para essa rodovia federal.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só queria complementar

o que o meu querido deputado Silvio Dreveck estava falando, ou seja, que a nossa serra acima, como chamamos, é extremamente produtiva e contribui de uma forma muito especial para o desenvolvimento deste estado, e não é justo que ela fique à margem desse processo.

Tudo bem que haja um clamor no sentido da duplicação até Jaraguá do Sul, mas precisamos unir forças para que tenhamos também esse comprometimento do governo federal para duplicar até a região de São Bento/Canoinhas, essa região que produz e ajuda este estado a se desenvolver também. E tomara que não tenha sido somente uma assinatura pró-forma porque faltam três, quatro dias para as eleições.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, cumprimentando as nossas taquígrafas, quero comunicá-las que estarei ausente por 60 dias, mas sentirei saudades pelo trabalho que fazem no acompanhamento. Quando nós precisamos de imediato, prontamente vocês nos atendem com a sua agilidade.

Deputado Silvio Dreveck, parece coincidência, mas não é, realmente as estradas de Santa Catarina se encontram num estado calamitoso.

Ontem, vários deputados se pronunciaram, inclusive este deputado, e esta é uma realidade. Nós, que andamos pelas estradas de Santa Catarina, corremos o risco a todo o momento, principalmente nas estradas estaduais. Quem ganha com isso são as borracharias, são as oficinas mecânicas, as fábricas de amortecedores, de rodas e as farmácias, pois os motoristas, quando estressados, recorrem aos medicamentos para se acalmar. Essa é a grande realidade.

Trago aqui e solicito à nossa assessoria que coloque um DVD de um trecho que fotografamos várias vezes.

(Procede-se à apresentação de fotos.)

Ai está o trecho, deputado Silvio Dreveck, da SC-280, trecho de Porto União/Irineópolis. É um perigo! Há lá uma sinalizacinha que fica acesa à noite. Eu fotografei alguns carros passando e v.exas. podem ver que há praticamente meia pista, pois na outra meia pista, no sentido norte/sul, ninguém tem coragem de trafegar, porque está cada vez desbarrancando mais. É um perigo muito grande.

As fotos estão sendo repetidas, mas há aquelas em que os caminhões estão chegando, há freadas bruscas dos veículos que estão vindo no sentido contrário, porque a sinalização ainda é carente. Nós nos deparamos com esses problemas nesse trecho, já reclamamos, trouxemos esse problema várias vezes e eu não vi ainda nenhuma providência nem mesmo a melhoria da sinalização. Até que

aconteça um acidente, aí vão responsabilizar alguém pela falta de cuidado que estão tendo.

Estou vendo que está havendo dificuldades com a projeção, mas não há problema. É bem pior do que aparenta nessa foto. Mas não paramos por aí, temos outros tantos trechos de rodovias estaduais no estado. E, falando em serviço malfeito, nós temos um que é piada. É piada! E aqui quero me referir ao trecho Iomerê/Bom Sucesso/Treze Tilias. O trecho Iomerê/Bom Sucesso já foi refeito todo, praticamente, porque a autorização que tinham dado era uma casca de ovo. Era uma casca de ovo, o fim da picada! Foi deteriorando, foi arrebrandando tudo e já refizeram praticamente todo o trecho novamente.

O Trecho de Treze Tilias/Bom Sucesso, que licitaram, fizeram uma política muito grande, muito produtiva eleitoralmente, mas até agora não saiu do papel. Uma indústria, uma grande indústria está-se instalando no trecho em função da promessa do asfalto, porque não pode ter pó pelo fato de ser uma indústria de ração. É ração animal. Mas não pode!

É preciso fazer um isolamento muito maior na indústria em consequência do pó. E se formos enumerar, há outras tantas que estão em péssimas condições. Repito aqui: Tangará. Essa é a piada, essa só a cavalo! Se tiver pressa vai a cavalo, porque chega antes. Ainda bem que por ali há um CTG bem pertinho, o pessoal já é treinado e a luta do campo naquela região é bastante acentuada. O pessoal está prático. "Vou pegar o carro. Não, não, pego o meu pangaré e vou a cavalo que chego antes em Campos Novos." É isso que o pessoal de Ibiã comenta. Para quem vem de Ibiã para Tangará a cavalo é mais rápido. Infelizmente ocorre isso.

Mas vou aproveitar esses quatro minutos que me restam para comunicar aos colegas e aos nossos queridos funcionários, as nossas queridas taquígrafas e toda a assessoria desta Casa, que vamos nos ausentar por 60 dias. Passa muito rápido, deputados Flavio Ragagnin e Silvio Dreveck. Cumprimos com a nossa palavra, até em homenagem ao saudoso Lício Mauro da Silveira, porque já havia o compromisso de emprestar 60 dias do seu mandato para o Antônio Carlos Vieira, o Vieirão. Com a perda do nosso amigo Lício, assumiu o deputado Flavio Ragagnin, mas não seria justo que ele ficasse apenas 40 dias para que o deputado Vieirão ficasse com o restante do tempo. Então preferimos, num acordo da nossa bancada, ceder esses 60 dias ao deputado Vieirão. Vamos nos ausentar, vamos dar oportunidade ao suplente, Vieirão, que já abriu mão por duas vezes, para que ele assumia uma cadeira nesta Casa, neste período.

Mas estaremos presentes, inclusive, sr. presidente e srs. deputados, vamos aproveitar para verificar e filmar a situação das rodovias, até para brindar o nosso futuro governador, e tenho certeza de que ele será grato, porque não acredito que as regionais vão informar a realidade,

já que o governo que passou aí, pelo amor de Deus, foi uma brincadeira, fizeram uma provocação com o motorista, com os usuários das rodovias. Vou elaborar um presente para que o nosso amigo e futuro governador, Raimundo Colombo, saiba da situação das estradas, das rodovias catarinenses. Tenho certeza de que ele será grato por receber o informativo adequado para fazer uma análise e determinar as prioridades, porque são muitas. Por isso vamos aproveitar esses 60 dias em que estaremos ausentes desta Casa e continuar trabalhando. O nosso gabinete continua no mesmo ritmo de trabalho e o deputado Antônio Carlos Vieira terá o atendimento dos nossos funcionários.

E a nossa querida gente catarinense, a quem temos sempre prestado os nossos serviços, pode estar ciente de que o deputado

Vieirão vai assumir com muita competência, com muito carinho, esmero e dará continuidade, nesses 60 dias, a todos os nossos projetos, às nossas indicações, ao trabalho parlamentar que fazemos nesta Casa, assim como acompanhará aquelas matérias que estão tramitando.

Por isso, agradeço mais uma vez os nossos companheiros deputados por este ano de trabalho, que foi um ano bastante pesado com eleições, com uma série de concentrações de trabalho.

Felizmente, esta Casa deu uma demonstração de responsabilidade não deixando para traz nada daquilo que é de sua competência, que são os andamentos dos projetos. E aos nossos abnegados parlamentares, o nosso abraço. Quero dizer que brevemente estaremos de volta para continuar o nosso trabalho. E no ano que vem nós, infelizmente, com a perda do nosso amigo Lício, voltaremos a esta por mais quatro anos.

Tenho certeza de que não vou decepcionar e nem envergonhar aqueles mais de 24 mil votos de confiança que recebi. Estaremos prestando assistência a esses e a todos os catarinenses que nos procurarem.

Um grande abraço!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### REDAÇÕES FINAIS

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0437.4/2009

O Projeto de Lei nº 0437.4/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Cria o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de *Telemarketing*, e da outras providências.

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de *Telemarketing*.

§ 1º - O Cadastro tem por objetivo impedir que as pessoas naturais, empresas de *telemarketing*, ou estabelecimentos que utilizem deste serviço, efetuem de forma não autorizada, ligações telefônicas, envios de mensagens eletrônicas por meio de sinal telefônico ou pela rede mundial de computadores (internet) e similares.

§ 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se *telemarketing* a modalidade de oferta ou publicidade, comercial, institucional, de produtos ou serviços mediante ligações telefônicas.

§ 3º - Equipara-se a *telemarketing* o envio de mensagens conhecidas como *spam* através de correio eletrônico pela rede mundial de computadores (internet).

Art. 2º - Considerar-se-á prática abusiva, nos termos da legislação de proteção e defesa do consumidor, condicionar o fornecimento de produto ou serviço:

I - A exclusão ou não inserção do número de linha telefônica e endereço eletrônico no cadastro que alude o artigo 1º desta Lei;

II - À outorga de autorização.

Art. 3º - A inscrição no Cadastro será realizada mediante fornecimento das seguintes informações pelo usuário:

I - Nome, firma ou denominação social;

II - Número do Registro Geral - RG;

III - Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - Endereço e número do Código de Endereçamento Postal - CEP;

V - Número da linha telefônica a ser cadastrada, com a apresentação do seu comprovante de propriedade, o qual se admite a cópia recente da sua conta mensal emitida em nome do usuário;

VI - Endereço eletrônico - e-mail.

§ 1º - Concluído o registro dos dados, o titular da linha receberá uma senha para consulta e eventuais alterações de cadastro.

§ 2º - Sobrevindo alteração de titularidade da linha ou do e-mail, o usuário cadastrado fornecerá ao novo titular a senha a que alude o parágrafo anterior para fins neste último indicados.

§ 3º - O sítio eletrônico ou formulário empregados para a inscrição de que trata este artigo incluirá advertência de que a inexistência no fornecimento dos dados poderá acarretar na responsabilização civil e penal de quem lhe der causa.

§ 4º - As pessoas descritas no parágrafo 1º do artigo 1º, deverão acessar o Cadastro de que trata esta Lei, a fim de tomar conhecimento dos usuários inscritos, podendo esse acesso ser estabelecido de forma gratuita ou onerosa.

§ 5º - Enquanto vigorar a relação de consumo, as pessoas previstas nesta Lei que mantiverem operações econômicas com o usuário cadastrado ficam excluídas da vedação legal, exceto para a venda e a divulgação de novos produtos ou serviços.

§ 6º - Também ficam excluídas da vedação legal as pessoas que forem expressamente autorizadas pelo usuário cadastrado a encaminharem por e-mail oferta ou publicidade, comercial, institucional, de produtos ou serviços.

Art. 4º - A partir do trigésimo (30º) dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao §§ do artigo 1º, não poderão efetuar ligações telefônicas e encaminhar mensagens destinadas às pessoas inscritas nesse cadastro.

§ 1º - Incluem-se nas disposições desta Lei os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral;

§ 2º - A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do Cadastro.

§ 3º - O usuário que receber ligações após os trinta (30) dias do ingresso no Cadastro, no prazo de em até trinta dias, poderá registrar ocorrência do fato junto ao PROCON/SC, informando o dia, horário, nome da empresa, estabelecimento ou pessoa natural infratora e, quando possível o nome do atendente/operador e o número da linha de que partiu o chamado, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

§ 4º - O autor da reclamação a que se refere o parágrafo 3º deste artigo deverá apresentar relação das chamadas recebidas no dia da ocorrência, fornecida pela concessionária de serviços de telefonia fixa ou móvel, ou autorizar o PROCON/SC, a em seu nome solicitar a esta última, tais informações.

§ 5º - Nos termos do parágrafo terceiro no caso de recebimento de *spam* o usuário deverá apresentar a sua cópia com seu cabeçalho completo (header), onde consta as informações sobre o endereço IP de origem da mensagem, por quais servidores de e-mail a mensagem passou, entre outras.

§ 6º - O desrespeito a esta Lei acarretará ao infrator pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência.

§ 7º - O valor da multa previsto no parágrafo 5º será reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que o venha substituir.

Art. 5º- Estão isentos do cumprimento das disposições desta lei:

- a) As organizações de assistência social, educacional, religioso e hospitalar sem fins lucrativos, portadoras do título de utilidade pública e que atuem em nome próprio, como entidade chamadora da ligação telefônica ou de envio de email;
- b) Os órgãos governamentais.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte (120) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de Junho de 2010.

**Deputada Professora Odete de Jesus**

Líder do PRB/SC

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 27/10/10

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 27/10/10

#### JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva Global visa aperfeiçoar o presente projeto de lei em virtude da existência de leis similares nos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, bem como no município de Balneário Camboriú.

Dessa forma, utilizando-se do que de melhor há nas respectivas leis e neste projeto, buscou-se fundi-las na intenção de criar uma legislação atual e moderna.

Inclusive, foi adicionado ao projeto, os rigores legais para o encaminhamento de *spams*, buscando a sua coibição. Já que os usuários do serviço de correio eletrônico podem ser afetados de diversas formas. Alguns exemplos são:

- a) Não recebimento de e-mails. Boa parte dos provedores de Internet limita o tamanho da caixa postal do usuário no seu servidor. Caso o número de Spams recebidos seja muito grande o usuário corre o risco de ter sua caixa postal lotada com mensagens não solicitadas. Se isto ocorrer, todas as mensagens enviadas a partir deste momento serão devolvidas ao remetente e o usuário não conseguirá mais receber e-mails até que possa liberar espaço em sua caixa postal;
- b) Gasto desnecessário de tempo. Para cada *spam* recebido, o usuário necessita gastar um determinado tempo para ler, identificar o e-mail como Spam e removê-lo da caixa postal;
- c) Aumento de custas. Independentemente do tipo de acesso à Internet utilizado, quem paga a conta pelo envio do *spam* é quem o recebe. Por exemplo, para um usuário que utiliza acesso discado à Internet, cada Spam representa alguns segundos a mais de ligação que ele estará pagando;
- d) Perda de produtividade. Para quem utiliza o e-mail como uma ferramenta de trabalho, o recebimento de spams aumenta o tempo dedicado à tarefa de leitura de e-mails, além de existir a chance de mensagens importantes não serem lidas, serem lidas com atraso ou apagadas por engano;
- e) Conteúdo impróprio. Como a maior parte dos *spams* são enviados para conjuntos aleatórios de endereços de e-mail, não há como prever se uma mensagem com conteúdo impróprio será recebida. Os casos mais comuns são de Spams com conteúdo pornográfico ou de pedofilia enviados para crianças.

Portanto, essa emenda procurando respeitar o objetivo inicial de sua criação, lhe emprega novos termos e estruturas visando proteger o consumidor, o cidadão catarinense.

**Deputada Professora Odete de Jesus**

Líder do PRB/SC

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 437/09

Cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*.

§ 1º O cadastro tem por objetivo impedir que as pessoas naturais, empresas de *telemarketing*, ou estabelecimentos que utilizem este serviço, efetuem de forma não autorizada, ligações telefônicas, envios de mensagens eletrônicas por meio de sinal telefônico ou pela rede mundial de computadores (internet) e similares.

§ 2º Para efeitos desta Lei, considera-se *telemarketing* a modalidade de oferta ou publicidade, comercial, institucional, de produtos ou serviços mediante ligações telefônicas.

§ 3º Equipara-se a *telemarketing* o envio de mensagens conhecidas como *spam* através de correio eletrônico pela rede mundial de computadores (internet).

Art. 2º Considerar-se-á prática abusiva, nos termos da legislação de proteção e defesa do consumidor, condicionar o fornecimento de produto ou serviço:

I - à exclusão ou não inserção do número de linha telefônica e endereço eletrônico no cadastro que alude o art. 1º desta Lei;

II - à outorga de autorização.

Art. 3º A inscrição no cadastro será realizada mediante fornecimento das seguintes informações pelo usuário:

I - nome, firma ou denominação social;

II - número do Registro Geral - RG;

III - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - endereço e número do Código de Endereçamento Postal - CEP;

V - número da linha telefônica a ser cadastrada, com a apresentação do seu comprovante de propriedade, o qual se admite a cópia recente da sua conta mensal emitida em nome do usuário;

VI - endereço eletrônico - *e-mail*.

§ 1º Concluído o registro dos dados, o titular da linha receberá uma senha para consulta e eventuais alterações de cadastro.

§ 2º Sobrevindo alteração de titularidade da linha ou do *e-mail*, o usuário cadastrado fornecerá ao novo titular a senha a que alude o parágrafo anterior para fins neste último indicados.

§ 3º O sítio eletrônico ou formulário empregados para a inscrição de que trata este artigo incluirá advertência de que a inexatidão no fornecimento dos dados poderá acarretar a responsabilização civil e penal de quem lhe der causa.

§ 4º As pessoas descritas no § 1º do art. 1º, deverão acessar o cadastro de que trata esta Lei, a fim de tomar conhecimento dos usuários inscritos, podendo esse acesso ser estabelecido de forma gratuita ou onerosa.

§ 5º Enquanto vigorar a relação de consumo, as pessoas previstas nesta Lei que mantiverem operações econômicas com o usuário cadastrado ficam excluídas da vedação legal, exceto para a venda e a divulgação de novos produtos ou serviços.

§ 6º Também ficam excluídas da vedação legal as pessoas que forem expressamente autorizadas pelo usuário cadastrado a encaminharem por *e-mail* oferta ou publicidade, comercial, institucional, de produtos ou serviços.

Art. 4º A partir do trigésimo dia do ingresso do usuário no cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados aos §§ do art. 1º, não poderão efetuar ligações telefônicas e encaminhar mensagens destinadas às pessoas inscritas neste cadastro.

§ 1º Incluem-se nas disposições desta Lei os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral;

§ 2º A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do cadastro.

§ 3º O usuário que receber ligações após os trinta dias do ingresso no cadastro, no prazo de até trinta dias, poderá registrar ocorrência do fato junto ao PROCON/SC, informando o dia, horário, nome da empresa, estabelecimento ou pessoa natural infratora e, quando possível, o nome do atendente/operador e o número da linha de que partiu o chamado, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

§ 4º O autor da reclamação a que se refere o § 3º deste artigo deverá apresentar relação das chamadas recebidas no dia da ocorrência, fornecida pela concessionária de serviços de telefonia fixa ou móvel, ou autorizar o PROCON/SC, a em seu nome solicitar a esta última, tais informações.

§ 5º Nos termos do § 3º no caso de recebimento de *spam* o usuário deverá apresentar a sua cópia com seu cabeçalho completo (*header*), onde consta as informações sobre o endereço IP de origem da mensagem, por quais servidores de *e-mail* a mensagem passou, entre outras.

§ 6º O desrespeito a esta Lei acarretará ao infrator pena de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência.

§ 7º O valor da multa previsto no § 6º será reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que o venha substituir.

Art. 5º Estão isentos do cumprimento das disposições desta Lei:

I - as organizações de assistência social, educacional, religiosa e hospitalar sem fins lucrativos, portadoras do título de utilidade pública e que atuem em nome próprio, como entidade chamadora da ligação telefônica ou de envio de *e-mail*;

II - os órgãos governamentais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 613/09

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, a conceder à Loja Simbólica Alferes Tiradentes nº 20, pelo prazo de vinte anos, o uso gratuito de parte do imóvel, contendo 858,32 m<sup>2</sup> (oitocentos e cinquenta e oito metros e trinta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, no Município de Florianópolis, conforme registro sob o nº 37.935 constante em certidão e matrícula nº 15.855 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01367 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 7.210, de 3 de maio de 1988.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir que a entidade construa um complexo maçônico, que compreenderá, além da parte administrativa, um conjunto de instalações físicas, com auditório, espaços para exposições, encontros científicos, cursos e eventos de manifestações de valores da arte, do folclore, do saber popular e da cultura catarinense.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº PL/0072.6/2010

**"Altera dispositivos da Lei nº 13.993, de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas."**

**Autor:** Governador do Estado

**Relator:** Deputado Joares Ponticelli

#### RELATÓRIO

Retornar a este Relator os autos do supramencionado Projeto de Lei, após as alterações aprovadas pela Comissão de Finanças e Tributação na reunião do dia 27 de outubro do corrente ano.

Na Comissão de Finanças e Tributação o Relator Deputado Gilmar Knaesel, após manifestação dos representantes das comunidades envolvidas e da Secretaria de Estado do Planejamento, na Audiência Pública realizada neste dia 27 de outubro, a qual havia sido solicitada em Voto de Vista dos Deputados Silvio Dreveck e Lício Mauro da Silveira, acatou alterações na coordenada geográfica na foz do ribeirão Vermelho no Rio Biguaçu.

Nesse sentido, este Relator, corroborando com a manifestação da Comissão de Finanças e Tributação, acata a proposta de alteração da coordenada geográfica na foz do ribeirão Vermelho no Rio Biguaçu, dando a seguinte redação às letras B e E contidas no **Anexo Único - "Anexo I: Memorial Descritivo (descrição dos limites) às fls. 06 e 08 dos autos:**

• **Antonio Carlos letra B divisa com Biguaçu...** segue por linha seca e reta até o rio Biguaçu, na foz do ribeirão Vermelho (c.g.a.lat.27º 30' 24"S...);

• **Biguaçu letra E divisa com Antonio Carlos** desce por este até sua foz no rio Biguaçu (c.g.a.lat.27º 30' 24"S...);

Sendo assim, este Relator, propõe que na **redação final da presente matéria seja observada a alteração da coordenada geográfica na foz do ribeirão Vermelho no Rio Biguaçu, conforme anotado acima.**

#### VOTO

Ante ao exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº PL/0072.6/2010, **observado o apontamento da alteração da coordenada geográfica na foz do ribeirão Vermelho no Rio Biguaçu, às fls. 06 e 08 dos autos.**

Sala da Comissão, em  
Deputado Joares Ponticelli  
Relator

APROVA DO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 27/10/10

#### EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 072/10

O art. 1º do PL 72/10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica retificada a divisa entre os Municípios de Agronômica e Rio do Sul, Anchieta, Barra Bonita, Guaraciaba e Romelândia, Galvão e São Domingos, Capivari de Baixo e Tubarão, Antônio Carlos, Biguaçu e São José, Pinheiro Preto, Videira e Tangará conforme Anexo Único desta Lei.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

#### JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final do referido projeto, incluindo municípios de Pinheiro Preto, Videira e Tangará no art. 1º, uma vez que os mesmos estão contemplados no Anexo Único deste Projeto de Lei, conforme consta às folhas 10, 13 e 14.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 072/2010**

Altera dispositivos da Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, que dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica retificada a divisa entre os Municípios de Agronômica e Rio do Sul, Anchieta, Barra Bonita, Guaraciaba e Romelândia, Galvão e São Domingos, Capivari de Baixo e Tubarão, Antônio Carlos, Biguaçu e São José, Pinheiro Preto, Videira e Tangará, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**ANEXO ÚNICO****"ANEXO I: MEMORIAL DESCRITIVO  
(descrição dos Limites)**

(Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007)

**AGRÔNOMICA**

As divisas intermunicipais do município de Agronômica, representadas no Anexo XXIII, integrante desta Lei, são:

**B - Com o município de RIO DO SUL:**

Inicia no rio Itajaí do Oeste, na foz do rio Trombudo (c.g.a. lat. 27°14'39"S, long. 49°41'22"W), sobe por este até o M.D. nº 701 (c.g.a. lat. 27°15'07"S, long. 49°41'47"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 972 (c.g.a. lat. 27°15'22"S, long. 49°41'46"W), na rodovia municipal que liga Agronômica e Rio do Sul; segue por linha seca e reta até o M.D. nº 1.118 (c.g.a. lat. 27°16'02"S, long. 49°41'45"W), no divisor de águas entre o arroio Pastagem e um afluente da margem direita do rio Trombudo; segue por este divisor e pelo divisor de águas entre o ribeirão do Tigre, de um lado, e arroio Pastagem e o ribeirão Mosquitinho, do outro, até encontrar o divisor de águas entre os ribeirões do Tigre, Mosquitinho e Strey (c.g.a. lat. 27°17'26"S, long. 49°40'49"W).

**ANCHIETA**

As divisas intermunicipais do município de Anchieta, representadas no Anexo II, integrante desta Lei, são:

**C - Com o município de ROMELÂNDIA:**

Inicia no rio Sargento, no travessão que divide os blocos 9 e 8, M.D. nº 072 (c.g.a. lat. 26°32'31"S, long. 53°14'18"W), segue por este até a divisa entre o lote 82 e o bloco 8, M.D. nº 073 (c.g.a. lat. 26°32'58"S, long. 53°15'23"W); segue por esta até a divisa entre os lotes 82 a 75, de um lado, e 66 a 74, do outro, M.D. nº 074 (c.g.a. lat. 26°34'14"S, long. 53°15'00"W), num afluente da margem direita do rio Sargento; segue por esta até a divisa entre os lotes 74, 57 a 54, de um lado, e os blocos 23 a 20, do outro, M.D. nº 075 (c.g.a. lat. 26°33'50"S, long. 53°16'26"W); segue por esta até a divisa entre os blocos 20 e 19, M.D. nº 076 (c.g.a. lat. 26°34'30"S, long. 53°16'13"W); segue por esta até a divisa do lote 182 e bloco 19, M.D. nº 077 (c.g.a. lat. 26°34'53"S, long. 53°18'15"W); segue por esta até a divisa entre os lotes 182 a 175, de um lado, e 164 a 174, do outro, M.D. nº 078 (c.g.a. lat. 26°34'59"S, long. 53°18'15"W); segue por esta até encontrar o arroio Primeirinha na foz da sangra da Saudade (c.g.a. lat. 26°35'23"S, long. 53°20'00"W); sobe por esta até encontrar o M.D. nº 079 (c.g.a. lat. 26°35'03"S, long. 53°20'36"W), na divisa dos lotes 274 e 199; segue por esta e pela divisa dos lotes 200, 153, 152, 121 e 115, de um lado, e 248 a 236, do outro, até a divisa dos lotes 8 e 9, M.D. nº 080 (c.g.a. lat. 26°37'11"S, long. 53°23'24"W).

**D - Com o município de BARRA BONITA:**

Inicia na divisa dos lotes 8, 9 e 236, M.D. nº 080 (c.g.a. lat. 26°37'11"S, long. 53°23'24"W), segue pela divisa dos lotes 8 e 9, de um lado, e 236, do outro, até o lajeado Araçá (c.g.a. lat. 26°37'17"S, long. 53°23'32"W); sobe pelo lajeado Araçá até o M.D. nº 081 (c.g.a. lat. 26°36'52"S, long. 53°23'49"W), na divisa dos lotes 85 e 139; segue por esta e pela divisa dos lotes 86 e 139 até a divisa dos lotes 155 e 139, M.D. nº 082 (c.g.a. lat. 26°36'31"S, long. 53°24'09"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 154 a 149, de um lado, e 138 a 147, do outro, até a divisa dos lotes 149 e 193, M.D. nº 083 (c.g.a. lat. 26°35'35"S, long. 53°23'44"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 149 e 194 até a divisa dos lotes 149 e 195, M.D. nº 084 (c.g.a. lat. 26°35'11"S, long. 53°24'16"W), num afluente da margem esquerda do rio das Antas; desce por este até a divisa dos lotes 196 e 195, M.D. nº 085 (c.g.a. lat. 26°35'15"S, long. 53°24'17"W); segue por esta até a divisa dos lotes 196 e 212,

M.D. nº 086 (c.g.a. lat. 26°35'03"S, long. 53°24'47"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 211 a 206 e 202, de um lado, e 197 a 198 e 201, do outro, até o rio das Antas, M.D. nº 087 (c.g.a. lat. 26°36'11"S, long. 53°25'28"W).

**E - Com o município de GUARACIABA:**

Inicia no rio das Antas, na divisa dos lotes 202 e 201, M.D. nº 087 (c.g.a. lat. 26°36'11"S, long. 53°25'28"W), sobe por este até a foz do lajeado Chaleira.

**ANTÔNIO CARLOS**

As divisas intermunicipais do município de Antônio Carlos, representadas no Anexo XXXVII, integrante desta Lei, são:

**B - Com o município de BIGUAÇU:**

Inicia na serra do Macaco Branco (c.g.a. lat. 27°23'50"S, long. 48°50'08"W), no divisor de águas entre os rios Rachadel, Inferninho e ribeirão Arataca, segue pelo divisor de águas entre o rio Rachadel, de um lado, e rios Inferninho, Três Riachos e afluentes da margem esquerda do rio Biguaçu, do outro, passando pelos pontos de cotas altimétricas, 743, 514, 472, 586 e 195 m, até encontrar o morro do Fermiano (c.g.a. lat. 27°29'49"S, long. 48°45'15"W); segue por linha seca e reta até o rio Biguaçu, na foz do ribeirão Vermelho (c.g.a. lat. 27°30'24"S, long. 48°44'19"W); sobe por este até a foz de um afluente seu da margem direita (c.g.a. lat. 27°32'05"S, long. 48°43'17"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 27°30'40"S, long. 48°44'27"W), no divisor de águas entre os rios Biguaçu e Maruim.

**C - Com o município de SÃO JOSÉ:**

Inicia na nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Vermelho (c.g.a. lat. 27°30'40"S, long. 48°44'27"W), no divisor de águas entre os rios Biguaçu e Maruim; segue por este divisor até a nascente do rio Estaneslau (c.g.a. lat. 27°33'11"S, long. 48°43'38"W), no ponto de cota altimétrica 486 m.

**BARRA BONITA**

As divisas intermunicipais do município de Barra Bonita, representadas no Anexo II, integrante desta Lei, são:

**A - Com o município de ANCHIETA:**

Inicia no rio das Antas, na divisa dos lotes coloniais 202 e 201, Marco de Divisa - M.D. nº 087 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26°36'11"S, long. 56°25'28"W), segue pela divisa dos lotes coloniais 206 a 212, de um lado, e 198 a 196, do outro, até a divisa dos lotes 196 e 195, M.D. nº 086 (c.g.a. lat. 26°34'03"S, long. 53°24'47"W); segue por esta até a divisa dos lotes 149 e 195, M.D. nº 085 (c.g.a. lat. 26°35'15"S, long. 53°24'17"W), num afluente da margem esquerda do rio das Antas; sobe por esta até a divisa dos lotes 149 e 194, M.D. nº 084 (c.g.a. lat. 26°35'11"S, long. 53°24'16"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 149 e 193 até a divisa dos lotes 149 e 147, M.D. nº 083 (c.g.a. lat. 26°35'35"S, long. 53°23'44"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 150 a 155, de um lado, e 146 a 139, do outro, até a divisa dos lotes 139 e 86, M.D. nº 082 (c.g.a. lat. 26°36'31"S, long. 53°24'09"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 139 e 85 até o lajeado Araçá, M.D. nº 081 (c.g.a. lat. 26°36'52"S, long. 53°23'49"W); desce pelo lajeado Araçá até a divisa dos lotes 9 e 236 (c.g.a. lat. 26°37'17"S, long. 53°23'32"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 8 e 236 até a divisa dos lotes 8 e 9, M.D. nº 080 (c.g.a. lat. 26°37'11"S, long. 53°23'24"W).

**D - Com o município de GUARACIABA:**

Inicia na divisa dos lotes 90, 91 e 31, M.D. nº 053 (c.g.a. lat. 26°39'38"S, long. 53°29'42"W), segue por esta e pela divisa dos lotes 61 a 54, de um lado, e 44 a 46, do outro, até a divisa dos lotes 51 e 46, M.D. nº 052 (c.g.a. lat. 26°38'39"S, long. 53°28'38"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 46 e 50, até a divisa dos lotes 50 e 49, M.D. nº 051 (c.g.a. lat. 26°38'50"S, long. 53°28'24"W); segue por esta até a divisa dos lotes 49 e 196, no arroio Barra Bonita, M.D. nº 050 (c.g.a. lat. 26°38'14"S, long. 53°27'46"W); desce por este até a divisa dos lotes 196 a 197, M.D. nº 049 (c.g.a. lat. 26°38'21"S, long. 53°27'39"W); segue por esta até a divisa dos lotes 230 e 231, M.D. nº 048 (c.g.a. lat. 26°38'06"S, long. 53°27'13"W); segue por esta até a sangra da Araponga, M.D. nº 047 (c.g.a. lat. 26°38'03"S, long. 53°26'47"W); sobe por esta até a divisa dos lotes 225 e 237, M.D. nº 046 (c.g.a. lat. 26°37'39"S, long. 53°26'45"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 240 e 224, passando pelo M.D. nº 045 (c.g.a. lat. 26°37'39"S, long. 53°26'33"W), na rodovia municipal, até o rio das Antas (c.g.a. lat. 26°37'34"S, long. 53°25'39"W); sobe por este até o M.D. nº 087 (c.g.a. lat. 26°36'11"S, long. 53°25'28"W), na divisa dos lotes 201 e 202.

**BIGUAÇU**

As divisas intermunicipais do município de Biguaçu, representadas no Anexo XXX, integrante desta Lei, são:



**D - Com o município de SÃO JOSÉ:**

Inicia na baía Norte, no ponto de coordenada (c.g.a. lat. 27°30'59"S, long. 48°34'32"W), segue por esta até a foz do ribeirão Carolina ou Serraria; sobe por este até o M.D. nº 1.025 (c.g.a. lat. 27°32'14"S, long. 48°38'27"W); segue pela rua projetada "A" do Loteamento Jardim das Flores, até o M.D. nº 1.024 (c.g.a. lat. 27°32'32"S, long. 48°38'55"W), na Linha de Alta Tensão da CELESC; segue por esta até o M.D. nº 1.023 (c.g.a. lat. 27°32'30"S, long. 48°38'55"W), num afluente da margem direita do ribeirão Carolina ou Serraria; sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 27°32'30"S, long. 48°38'59"W); segue pelo divisor de águas entre o córrego Potecas e o ribeirão Carolina ou Serraria, passando pelo ponto de cota altimétrica 208 m e pelo divisor de águas entre os rios Caveiras e Biguaçu, de um lado, e córrego Potecas e ribeirão Forquilha, do outro, passando pelos pontos de cotas altimétricas 348, 540 e 174 m, até a nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Vermelho (c.g.a. lat. 27°30'40"S, long. 48°44'27"W).

**E - Com o município de ANTÔNIO CARLOS:**

Inicia na nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Vermelho (c.g.a. lat. 27°30'40"S, long. 48°44'27"W), desce por este até sua foz no ribeirão Vermelho (c.g.a. lat. 27°32'05"S, long. 48°43'17"W); desce por este até sua foz no rio Biguaçu (c.g.a. lat. 27°30'24"S, long. 48°44'19"W); segue por linha seca e reta até encontrar o morro do Fermiano (c.g.a. lat. 27°29'49"S, long. 48°45'15"W); segue pelo divisor de águas entre o rio Rachadel, de um lado, e afluentes da margem esquerda do rio Biguaçu, rios Três Riachos e Inferninho, do outro, passando pelos pontos de cotas altimétricas 195, 586, 472, 514 e 743 m, até encontrar o divisor de águas entre o ribeirão Arataca e rios Inferninho e Rachadel, na serra do Macaco Branco (c.g.a. lat. 27°23'50"S, long. 48°50'08"W).

**CAPIVARI DE BAIXO**

As divisas intermunicipais do município de Capivari de Baixo, representadas no Anexo XL, integrante desta Lei, são:

**B - Com o município de TUBARÃO:**

Inicia no encontro do rio dos Patos com o rio Tubarão das Conchas (c.g.a. lat. 28°30'45"S, long. 48°55'24"W), segue por este até o rio Tubarão; sobe por este até a foz do rio Capivari (c.g.a. lat. 28°27'44"S, long. 48°58'53"W); sobe por este até a foz do rio Indaial de Baixo (c.g.a. lat. 28°25'18"S, long. 48°58'46"W).

**GALVÃO**

As divisas intermunicipais do município de Galvão, representadas no Anexo IV, integrante desta Lei, são:

**A - Com o Estado do PARANÁ:**

Inicia no divisor de águas entre os rios Saudades e Saudadinha (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26°22'48"S, long. 52°38'39"W), segue pela divisa interestadual até a nascente do arroio Bananal (c.g.a. lat. 26°24'28"S, long. 52°33'24"W).

**B - Com o município de SÃO DOMINGOS:**

Inicia na nascente do arroio Bananal (c.g.a. lat. 26°24'28"S, long. 52°33'24"W), desce por este até a foz da sanga do Xaxim (c.g.a. lat. 26°27'22"S, long. 52°34'47"W); sobe por esta até sua nascente (c.g.a. lat. 26°27'38"S, long. 52°36'07"W); desce pela sanga do Izidro até sua foz na sanga Brejo Velho (c.g.a. lat. 26°28'09"S, long. 52°35'52"W); desce por esta até a foz da sanga do Bellé (c.g.a. lat. 26°28'11"S, long. 52°35'49"W); sobe por esta até sua nascente (c.g.a. lat. 26°28'35"S, long. 52°36'05"W); segue pelo divisor de águas entre as sangas Brejo Velho e Engenho Velho e pelo divisor de águas entre o rio Martins e lajeado Jacutinga até a nascente da sanga Barrinha, Marco de Divisa - M.D. nº 325 (c.g.a. lat. 26°29'24"S, long. 52°36'36"W).

**GUARACIABA**

As divisas intermunicipais do município de Guaraciaba, representadas no Anexo II, integrante desta Lei, são:

**B - Com o município de ANCHIETA:**

Inicia na foz do lajeado Chaleira, no rio das Antas, desce por este até a divisa dos lotes 201 e 202, M.D. nº 087 (c.g.a. lat. 26°36'11"S, long. 53°25'28"W).

**C - Com o município de BARRA BONITA:**

Inicia na divisa dos lotes 201 e 202, no rio das Antas, M.D. nº 087 (c.g.a. lat. 26°36'11"S, long. 53°25'28"W), desce por este até a divisa dos lotes 240 e 224 (c.g.a. lat. 26°37'34"S, long. 53°25'39"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 224 e 225, de um lado, e 237, do outro, passando pelo M.D. nº 045 (c.g.a. lat. 26°37'39"S, long. 53°26'33"W), na rodovia municipal, até a sanga da Araponga, M.D. nº 046 (c.g.a. lat. 26°37'39"S, long.

53°26'45"W); desce por esta até a divisa dos lotes 230 e 231, M.D. nº 047 (c.g.a. lat. 26°38'03"S, long. 53°26'47"W); segue por esta até a divisa dos lotes 196 e 197, M.D. nº 048 (c.g.a. lat. 26°38'06"S, long. 53°27'13"W); segue por esta até a divisa dos lotes 196 e 49 no arroio Barra Bonita, M.D. nº 049 (c.g.a. lat. 26°38'21"S, long. 53°27'39"W); sobe por este até a divisa dos lotes 50 e 49, M.D. nº 050 (c.g.a. lat. 26°38'14"S, long. 53°27'46"W); segue por esta até a divisa dos lotes 50 e 46, M.D. nº 051 (c.g.a. lat. 26°38'50"S, long. 53°28'24"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 51 e 46 até a divisa dos lotes 54 e 46, M.D. nº 052 (c.g.a. lat. 26°38'39"S, long. 53°28'38"W); segue por esta e pela divisa dos lotes 55 a 61 e 21, de um lado, e 45, 44 e 90, do outro, até a divisa do lote 31, M.D. nº 053 (c.g.a. lat. 26°39'38"S, long. 53°29'42"W).

**PINHEIRO PRETO**

As divisas intermunicipais do município de Pinheiro Preto, representadas no Anexo XII, integrante desta Lei, são:

**B - Com o município de VIDEIRA:**

Inicia no rio do Peixe, na foz do lajeado da Cruz (c.g.a. lat. 27°01'41"S, long. 51°11'46"W), sobe por este até o M.D. nº 956 (c.g.a. lat. 27°01'32"S, long. 51°11'40"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 957 (c.g.a. lat. 27°02'06"S, long. 51°10'40"W); segue por um travessão de terras até o M.D. nº 958 (c.g.a. lat. 27°04'15"S, long. 51°09'59"W); segue por linha seca e reta até a nascente de um afluente da margem esquerda do arroio do Capim, M.D. nº 598 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 51°09'30"W).

**C - Com o município de TANGARÁ:**

Inicia no M.D. nº 598 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 51°09'30"W), na nascente de um afluente da margem esquerda do arroio do Capim; desce por este até sua foz no arroio do Capim (c.g.a. lat. 27°05'08"S, long. 51°09'56"W); desce por este até a foz de um afluente da sua margem direita (c.g.a. lat. 27°05'14"S, long. 51°10'22"W); sobe por este até o M.D. nº 597 (c.g.a. lat. 27°04'55"S, long. 51°10'27"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 596 (c.g.a. lat. 27°04'42"S, long. 51°12'13"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 595 (c.g.a. lat. 27°04'25"S, long. 51°12'15"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 594 (c.g.a. lat. 27°04'25"S, long. 51°12'49"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 593 (c.g.a. lat. 27°04'05"S, long. 51°12'48"W); segue por linha seca e reta até o rio do Peixe, M.D. nº 592 (c.g.a. lat. 27°03'51"S, long. 51°14'37"W); desce por este até a foz da sanga Potreiro; sobe por esta até sua nascente, M.D. nº 591 (c.g.a. lat. 27°03'34"S, long. 51°16'59"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 590 (c.g.a. lat. 27°03'28"S, long. 51°17'02"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 589 (c.g.a. lat. 27°03'03"S, long. 51°17'03"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 588 (c.g.a. lat. 27°03'05"S, long. 51°17'21"W); segue por linha seca e reta até a sanga do Termann, M.D. nº 587 (c.g.a. lat. 27°02'54"S, long. 51°17'21"W); sobe por esta até sua nascente, M.D. nº 554 (c.g.a. lat. 27°03'27"S, long. 51°17'56"W).

**RIO DO SUL**

As divisas intermunicipais do município de Rio do Sul, representadas no Anexo XXIII, integrante desta Lei, são:

**E - Com o município de AGRONÔMICA:**

Inicia no divisor de águas dos ribeirões do Tigre, Strey e Mosquitinho (c.g.a. lat. 27°17'26"S, long. 49°40'49"W), segue pelo divisor de águas entre os ribeirões do Tigre, de um lado, e Mosquitinho e arroio Pastagem, do outro, e pelo divisor de águas entre o arroio Pastagem e um afluente da margem direita do rio Trombudo até o M.D. nº 1.118 (c.g.a. lat. 27°16'02"S, long. 49°41'45"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 972 (c.g.a. lat. 27°15'22"S, long. 49°41'46"W), na rodovia municipal que liga Agronômica e Rio do Sul; segue por linha seca e reta até o M.D. nº 701 (c.g.a. lat. 27°15'07"S, long. 49°41'47"W), no rio Trombudo; desce por este até sua foz no rio Itajai do Oeste (c.g.a. lat. 27°14'39"S, long. 49°41'22"W).

**ROMELÂNDIA**

As divisas intermunicipais do município de Romelândia, representadas no Anexo II, integrante desta Lei, são:

**A - Com o município de ANCHIETA:**

Inicia na divisa dos lotes 8 e 9, Marco de Divisa - M.D. nº 080 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26°37'11"S, long. 53°23'24"W), segue pela divisa dos lotes 115, 121, 152, 153, 200 e 199, de um lado, e 236 a 246 e 274, do outro, até encontrar a sanga da Saudade, M.D. nº 079 (c.g.a. lat. 26°35'03"S, long. 53°20'36"W); desce por esta até sua foz no arroio Primeirinha (c.g.a. lat. 26°35'23"S, long. 53°20'00"W); segue pelo travessão que separa os lotes 174, 170 a 164, de um

lado, e 175 a 182, do outro, até encontrar a divisa entre o lote 182 e o bloco 19, M.D. nº 078 (c.g.a. lat. 26°34'59"S, long. 53°18'15"W); segue por este até o travessão que separa os blocos 19 e 20, M.D. nº 077 (c.g.a. lat. 26°34'53"S, long. 53°18'15"W); segue por este até a divisa entre o bloco 20 e o lote 54, M.D. nº 076 (c.g.a. lat. 26°34'30"S, long. 53°16'13"W); segue por este, passando pelos lotes 54 a 57 e 74, de um lado, e pelos blocos 20 a 23, do outro, até encontrar a divisa entre os lotes 74 e 75, M.D. nº 075 (c.g.a. lat. 26°33'50"S, long. 53°16'26"W); segue pela divisa entre os lotes 74 e 66, de um lado, e 75 a 82, do outro, até encontrar a divisa entre o bloco 8 e o lote 82, M.D. nº 074 (c.g.a. lat. 26°34'14"S, long. 53°15'00"W); segue pela margem direita do rio Sargento; segue por esta até encontrar a divisa entre os blocos 8 e 9, M.D. nº 073 (c.g.a. lat. 26°32'58"S, long. 53°15'23"W); segue por esta até o rio Sargento, M.D. nº 072 (c.g.a. lat. 26°32'31"S, long. 53°14'18"W).

#### SÃO DOMINGOS

As divisas intermunicipais do município de São Domingos, representadas no Anexo VI, integrante desta Lei, são:

##### A - Estado do PARANÁ:

Inicia na nascente do arroio Bananal (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 26°24'28"S, long. 52°33'24"W), segue pela divisa interestadual até a nascente do lajeado Tranqueiras ou rio Emigra (c.g.a. lat. 26°26'16"S, long. 52°26'35"W).

##### H - Com o município de GALVÃO:

Inicia na nascente da sanga Barrinha, M.D. nº 325 (c.g.a. lat. 26°29'24"S, long. 52°36'36"W), segue pelo divisor de águas entre o rio Martins e lajeado Jacutinga e pelo divisor de águas entre as sangas Engenho Velho e Brejo Velho até a nascente da sanga do Bellé (c.g.a. lat. 26°28'35"S, long. 52°36'05"W); desce por esta até sua foz na sanga Brejo Velho (c.g.a. lat. 26°28'11"S, long. 52°35'49"W); sobe por este até a foz da sanga do Izidro (c.g.a. lat. 26°28'09"S, long. 52°35'52"W); sobe por esta até sua nascente (c.g.a. lat. 26°27'38"S, long. 52°36'07"W); desce pela sanga do Xaxim até sua foz no arroio Bananal (c.g.a. lat. 26°27'22"S, long. 52°34'47"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 26°24'28"S, long. 52°33'24"W), na divisa interestadual.

#### SÃO JOSÉ

As divisas intermunicipais do município de São José, representadas no Anexo XXX, integrante desta Lei, são:

##### A - Com o município de BIGUAÇU:

Inicia na nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Vermelho (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27°30'40"S, long. 48°44'27"W), no divisor de águas entre os rios Biguaçu e Caveiras, de um lado, e ribeirão Forquilha e córrego Potecas, do outro; segue por este divisor passando pelos pontos de cotas altimétricas 174, 540 e 348 m e pelo divisor de águas entre o córrego Potecas e o ribeirão Carolina ou Serraria, passando pelo ponto de cota altimétrica 208 m, até encontrar a nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Carolina ou Serraria (c.g.a. lat. 27°32'30"S, long. 48°38'59"W); desce por este até o Marco de Divisa - M.D. nº 1.023 (c.g.a. lat. 27°32'30"S, long. 48°38'55"W), na Linha de Alta Tensão da CELESC; segue por esta até o M.D. nº 1.024 (c.g.a. lat. 27°32'32"S, long. 48°38'55"W); segue pela rua projetada "A" do Loteamento Jardim das Flores até encontrar o ribeirão Carolina ou Serraria, M.D. nº 1.025 (c.g.a. lat. 27°32'14"S, long. 48°38'27"W); desce por este até sua foz na baía Norte; segue por esta até a coordenada (c.g.a. lat. 27°30'59"S, long. 48°34'32"W).

##### F - Com o município de ANTÔNIO CARLOS:

Inicia na nascente do rio Estaneslau, no ponto de cota altimétrica 486 m (c.g.a. lat. 27°33'11"S, long. 48°43'38"W), segue pelo divisor de águas entre os rios Biguaçu e Maruim, até encontrar a nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Vermelho (c.g.a. lat. 27°30'40"S, long. 48°44'27"W).

#### TANGARÁ

As divisas intermunicipais do município de Tangará, representadas no Anexo XVI, integrante desta Lei, são:

##### A - Com o município de PINHEIRO PRETO:

Inicia na sanga do Termann, Marco de Divisa - M.D. nº 554 (coordenada geográfica aproximada - c.g.a. lat. 27°03'27"S, long. 51°17'56"W), desce por este até encontrar o M.D. nº 587 (c.g.a. lat. 27°02'54"S, long. 51°17'21"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 588 (c.g.a. lat. 27°03'05"S, long. 51°17'21"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 589 (c.g.a. lat. 27°03'03"S, long. 51°17'03"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 590 (c.g.a. lat. 27°03'28"S, long. 51°17'02"W); segue por linha seca e reta até a sanga do Potreiro, M.D. nº 591 (c.g.a. lat.

27°03'34"S, long. 51°16'59"W); desce por esta até sua foz no rio do Peixe; sobe por esta até o M.D. nº 592 (c.g.a. lat. 27°03'51"S, long. 51°14'37"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 593 (c.g.a. lat. 27°04'05"S, long. 51°12'48"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 594 (c.g.a. lat. 27°04'25"S, long. 51°12'49"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 595 (c.g.a. lat. 27°04'25"S, long. 51°12'15"W); segue por linha seca e reta até o M.D. nº 596 (c.g.a. lat. 27°04'42"S, long. 51°12'13"W); segue por linha seca e reta até um afluente da margem direita do arroio do Capim, M.D. nº 597 (c.g.a. lat. 27°04'55"S, long. 51°10'27"W); desce por este até sua foz no arroio do Capim (c.g.a. lat. 27°05'14"S, long. 51°10'22"W); sobe por este até encontrar um afluente seu da margem esquerda (c.g.a. lat. 27°05'08"S, long. 51°09'56"W); sobe por este até sua nascente, M.D. nº 598 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 51°09'30"W).

##### B - Com o município de VIDEIRA:

Inicia no M.D. nº 598 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 51°09'30"W) na nascente de um afluente da margem esquerda do arroio do Capim, segue pelo divisor de águas entre os arroios Antônio Ribas e do Capim até a nascente do arroio Antônio Ribas (c.g.a. lat. 27°05'10"S, long. 51°09'19"W), desce por este até sua foz no rio Bonito (c.g.a. lat. 27°06'43"S, long. 51°08'37"W); sobe por este até a foz do rio do Tigre; sobe por este até a foz da sanga Weiss (c.g.a. lat. 27°07'12"S, long. 51°00'30"W).

#### TUBARÃO

As divisas intermunicipais do município de Tubarão, representadas no Anexo XL, integrante desta Lei, são:

##### B - Com o município de CAPIVARI DE BAIXO:

Inicia na foz do rio Indaial de Baixo, no rio Capivari (c.g.a. lat. 28°25'18"S, long. 48°58'46"W), desce por este até sua foz no rio Tubarão (c.g.a. lat. 28°27'44"S, long. 48°58'53"W); desce por este e pelo rio Tubarão das Conchas, até encontrar o rio dos Patos (c.g.a. lat. 28°30'45"S, long. 48°55'24"W).

#### VIDEIRA

As divisas intermunicipais do município de Videira, representadas no Anexo XV, integrante desta Lei, são:

##### C - Com o município de TANGARÁ:

Inicia na foz da sanga Weiss (c.g.a. lat. 27°07'12"S, long. 51°00'30"W), no rio do Tigre, desce por este até sua foz no rio Bonito; desce por este até a foz do arroio Antônio Ribas (c.g.a. lat. 27°06'43"S, long. 51°08'37"W); sobe por este até sua nascente (c.g.a. lat. 27°05'10"S, long. 51°09'19"W); segue pelo divisor de águas entre os arroios Antônio Ribas e do Capim até a nascente de um afluente da margem esquerda do arroio do Capim, M.D. nº 598 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 51°09'30"W).

##### D - Com o município de PINHEIRO PRETO:

Inicia no M.D. nº 598 (c.g.a. lat. 27°05'23"S, long. 51°09'30"W), na nascente de um afluente da margem esquerda do arroio do Capim, segue por linha seca e reta até o M.D. nº 958 (c.g.a. lat. 27°04'15"S, long. 51°09'59"W); segue por um travessão de terras até o M.D. nº 957 (c.g.a. lat. 27°02'06"S, long. 51°10'40"W); segue por um travessão de terras até o lajeado da Cruz, M.D. nº 956 (c.g.a. lat. 27°01'32"S, long. 51°11'40"W); desce por este, até sua foz no rio do Peixe (c.g.a. lat. 27°01'41"S, long. 51°11'46"W).

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 283/2010

Institui a Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Institui a Semana Estadual da Amizade Brasil-Japão, a ser comemorada, anualmente, de 16 a 23 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 321/2010

Revoga o § 3º do art. 1º da Lei nº 15.080, de 2010, que redefine os critérios de concessão da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica e dispõe sobre a indenização pela aplicação de procedimentos especiais nos serviços médicos complementares de média e alta complexidade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogado o § 3º, do art. 1º da Lei nº 15.080, de 04 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010  
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.  
048/2010**

GRUPO OCUPACIONAL	NÍVEL	REFERÊNCIA				
		A	B	C	D	E
SERVIÇOS DIVERSOS	1	1,00000	1,01262	1,02542	1,03840	1,05156
	2	1,13448	1,14899	1,16369	1,17861	1,19373
	3	1,28902	1,30569	1,32259	1,33973	1,35711
SERVIÇOS AUXILIARES	4	1,46661	1,48577	1,50519	1,52488	1,54486
	5	1,67069	1,69270	1,71502	1,73765	1,76060
	6	1,90521	1,93050	1,95615	1,98216	2,00853
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	7	2,17677	2,20794	2,23959	2,27170	2,30430
	8	2,51043	2,54661	2,58333	2,62061	2,65844
	9	2,89766	2,93965	2,98227	3,02553	3,06943
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	10	3,74708	3,80546	3,86478	3,92504	3,98626
	11	4,37475	4,44317	4,51269	4,58331	4,65507
	12	5,11039	5,19058	5,27206	5,35483	5,43894
GRUPO OCUPACIONAL	NÍVEL	REFERÊNCIA				
		F	G	H	I	J
SERVIÇOS DIVERSOS	1	1,06491	1,07844	1,09215	1,10607	1,12018
	2	1,20906	1,22461	1,24038	1,25637	1,27258
	3	1,37473	1,39260	1,41072	1,42909	1,44771
SERVIÇOS AUXILIARES	4	1,56511	1,58563	1,60646	1,62757	1,64898
	5	1,78387	1,80747	1,83140	1,85566	1,88026
	6	2,03528	2,06239	2,08989	2,11777	2,14604
ATIVIDADES NÍVEL MÉDIO	7	2,33739	2,37097	2,40507	2,43967	2,47478
	8	2,69684	2,73581	2,77538	2,81554	2,85630
	9	3,11400	3,15923	3,20515	3,25174	3,29904
ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR	10	4,04847	4,11167	4,17588	4,24112	4,30740
	11	4,72798	4,80206	4,87731	4,95377	5,03146
	12	5,52439	5,61120	5,69940	5,78902	5,88007

CARGOS EM COMISSÃO	DASI-1	2,17677
	DASI-2	2,65840
	DASI-3	3,29899
	DASU-1	2,17677
	DASU-2	2,65840
	DASU-3	3,29899
	DASU-4	4,37478
	DASU-5	5,88009
	DASU-6	7,71979
	DASU-7	7,86504
CARGOS EM COMISSÃO	DASU-8	8,08729
	DASU-9	8,73798
	DASU-10	10,03384 + 15% Adicional de Representação
	Diretor-Geral Administrativo	10,91759 + 20% Adicional de Representação
	Diretor-Geral Judiciário	10,91759 + 20% Adicional de Representação
	Chefe de Gabinete da Presidência	10,91759 + 20% Adicional de Representação

FUNÇÕES GRATIFICADAS	FG-1	0,54096
	FG-2	0,70325
	FG-3	0,99176

Art. 2º O piso de vencimento estabelecido no art. 18 da Lei Complementar nº 90, de 1993, correspondente ao Nível I, Referência A, da tabela de índices de vencimentos do Poder Judiciário, fica fixado em R\$ 1.016,25 (hum mil, dezesseis reais e vinte e cinco centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 12.686, de 23 de outubro de 2003.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 006/10**

Denomina Deputado Lício Mauro da Silveira a Escola do Legislativo.

Art. 1º Fica denominada Deputado Lício Mauro da Silveira a Escola do Legislativo, criada pela Resolução DP nº 072, de 19 de dezembro de 2000.

Reestrutura a tabela de vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:  
Art. 1º Fica alterado o Anexo XXIV da Lei Complementar nº 90, de 01 de julho de 1993, da seguinte forma:

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 010, de 03 de dezembro de 2009.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 006, de 27 de outubro de 2010**

Denomina Deputado Lício Mauro da Silveira a Escola do Legislativo.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica denominada Deputado Lício Mauro da Silveira a Escola do Legislativo, criada pela Resolução DP nº 072, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de outubro de 2010

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*